



**UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR - UCSAL**  
**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO**  
**TERRITORIAL E DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

**DEISE BORGES DE BARROS PRIMO**

**UMA RELEITURA DOS CORTIÇOS NO CENTRO ANTIGO**  
**DE SALVADOR**

Salvador

2020

**DEISE BORGES DE BARROS PRIMO**

**UMA RELEITURA DOS CORTIÇOS NO CENTRO ANTIGO  
DE SALVADOR**

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social da Universidade Católica do Salvador – UCSAL, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social.

Orientadora: Prof. Dr<sup>a</sup>. Laila Nazem Mourad

Salvador

2020

## Ficha Catalográfica. UCSal. Sistema de Bibliotecas

P953 Primo, Deise Borges de Barros

Uma releitura dos cortiços no centro antigo de Salvador / Deise Borges de Barros Primo. – Salvador, 2020.

112 f.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dra. Laila Nazem Moura.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Católica do Salvador. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social.

1. Cortiços 2. Habitação 3. Segregação 4. Cidade 5. Centro Antigo de Salvador  
I. Moura, Laila Nazem – Orientadora II. Universidade Católica do

Salvador. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós -Graduação

I. Título.

CDU 711.4(813.8)

**DEISE BORGES DE BARROS PRIMO**

**UMA RELEITURA DOS CORTIÇOS NO CENTRO ANTIGO DE  
SALVADOR**

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social da Universidade Católica do Salvador – UCSAL, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social.

05 de março de 2020.

BANCA EXAMINADORA

---

**Prof.<sup>a</sup> Dra. Laila Nazem Mourad - Orientadora**

Doutora em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Bahia.  
Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social  
Universidade Católica de Salvador

---

**Prof.<sup>a</sup> Liliane Vasconcelos de Jesus**

Doutora em Literatura e Cultura pela Universidade Federal da Bahia (UFBA)  
Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social  
Universidade Católica de Salvador

---

**Prof.<sup>a</sup> Thaís de Miranda Rebouças**

Doutora em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Bahia (UFBA)  
Centro Universitário Ruy Barbosa Wyden, Curso de Arquitetura e Urbanismo.

Salvador, BA/Brasil.



## AGRADECIMENTOS

A Deus, porque dEle e para Ele são todas as coisas.

À minha família (meu pai, minha mãe, meu irmão e minha sobrinha Yasmin) por compreender minha ausência e sempre me apoiar em todos os projetos de minha vida. À minha irmã Raquel que, mesmo em outro estado, sempre estava pronta a ouvir meus desabaços e me ajudar com várias dicas no processo da pesquisa, já que ela está vivendo essa mesma experiência do mestrado.

À Laila, minha professora orientadora que me incentivou durante toda a pesquisa e que contribuiu bastante para que o processo fosse menos doloroso.

À minha prima Stela Ananda, que serviu de motivação desde o processo de seleção do mestrado até a fase final do mesmo.

Ao meu esposo Carlos Magno, por entender minha ausência em tantos momentos da produção da pesquisa, mas que sempre esteve ali me motivando. Agradecimento também pelos desenhos que introduzem os capítulos desta dissertação.

Ao colégio Antônio Vieira, pelo apoio e investimento na minha capacitação enquanto profissional e reconhecimento da importância da conquista do título de Mestre para o docente, em especial a professora Vânia, que sempre foi uma grande incentivadora desse processo.

Ao colégio Sartre, pelo apoio e compreensão em todos os momentos que precisei me ausentar ou ajustar horários, em destaque o professor Emanuel Ribeiro.

Aos meus colegas de trabalho (Iranildes, Rodrigo, Ronaldo, Diego) e tantos outros que contribuíram de alguma forma para a construção deste trabalho.

Às professoras que compuseram a minha banca de qualificação desse mestrado juntamente com minha orientadora (Liliane Vasconcelos e Thaís Rebouças), principalmente pela leitura cuidadosa e atenciosa e pelas sugestões que contribuíram para o aprimoramento dessa pesquisa.

À professora Liliane Vasconcelos, pelas aulas ministradas nas disciplinas (que tanto me encantaram) e por sempre se colocar à disposição quando eu precisava.

Aos moradores do Centro Antigo e Centro Histórico da Cidade do Salvador, em especial a Jecilda que contribuiu para que as visitas a campo pudessem ocorrer com mais facilidade e segurança.

Ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – em especial a Gabriel pela ajuda e atenção com o fornecimento dos dados para pesquisa.

À Empresa Baiana de Águas e Saneamento – EMBASA – em especial Paulo Jenner com o fornecimento de informações relevantes para esta dissertação.

Muito obrigada a todos!

## RESUMO

Este trabalho tem como objetivo identificar e compreender, nas diferentes temporalidades, a dinâmica e os conflitos dos cortiços no Centro Antigo de Salvador. Buscar-se-á compreender os conflitos atuais dos cortiços no Centro Antigo, a construção de sua invisibilidade e o processo de “apagamento” da nomenclatura cortiço na memória da população. Contudo, esse tipo de moradia popular ainda persiste na memória de outra maneira, sua existência física está atrelada a nomes menos excluídos e estigmatizados. O trabalho propõe um olhar sobre a atual realidade dessas habitações, favorecendo uma reflexão sobre a dinâmica e a atuação dos diferentes agentes públicos e privados, que vêm produzindo setorização, segregação para atender seus próprios interesses. A escolha do objeto de pesquisa deve-se à necessidade de dar visibilidade ao tema cortiços na cidade do Salvador, já que o assunto tem sido pouco estudado nos últimos anos.

**Palavras chave:** Cortiços. Habitação. Segregação. Cidade. Centro Antigo de Salvador



## ABSTRACT

This work aims to identify and understand the dynamics and conflicts of the tenements in the Old Center of Salvador at different times. We will seek to understand the current conflicts of tenements in the Old Center, the construction of their invisibility and the process of “erasing” the tenement nomenclature in the memory of the population. However, this type of popular housing still persists in memory in another way, its physical existence is linked to less exclusive and stigmatized names. The work proposes a look at the current reality of these dwellings, favoring a reflection on the dynamics and performance of the different public and private agents, which has been producing sectorization, segregation to meet their own interests. The choice of the research object is due to the need to give visibility to the topic of tenements in the city of Salvador, since the subject has been little studied in recent years.

**Key words:** Tenements. Housing. Segregation. City. Historic center

**LISTA DE FIGURAS**

Figura 1 -	Fachada de um dos imóveis para famílias que foram indenizadas	37
Figura 2 -	Mapa 1 – do Centro e Centro Histórico de Salvador	40
Figura 3 -	Imagem do Centro Histórico – Pelourinho 1952	45
Figura 4 -	Casarão subdividido do Maciel, década de 1970	47
Figura 5 -	Mapa 2 – Perímetro tombado pelo Iphan e das sete etapas de recuperação do Centro Histórico	48
Figura 6 -	Centro Histórico – Área central	55
Figura 7 -	Imagem de satélite da rua Ruy Barbosa	57
Figura 8 -	Imagem do térreo do cortiço	67
Figura 9 -	Portas de entrada de diferentes cômodos do mesmo cortiço	68
Figura 10 -	Fiação de luz exposta e o banheiro coletivo	69
Figura 11 -	Cômodos com paredes de madeira e as escadas do cortiço	70
Figura 12 -	Área comum do cortiço	73
Figura 13 -	Mapa Prefeitura-Bairro Centro/Brotas – município de Salvador	75
Figura 14 -	Mapa concentração de 25 cortiços (região da rua Sodré)	76
Figura 15 -	Mapa concentração de 45 cortiços (região da Avenida Carlos Gomes)	77

Figura 16 -	Mapa concentração de 55 cortiços (região da rua do Sodré)	77
Figura 17 -	Mapa concentração de 32 cortiços (região das ruas Areal de Baixo e rua do Sodré)	78
Figura 18 -	Mapa concentração de 21 cortiços (região das ruas Avenida Vale dos Barris, Travessa Falcão e rua Direta da Piedade)	78
Figura 19 -	Mapa concentração de 41 cortiços (região das ruas Ruy Barbosa, rua de São Francisco, rua do Tijolo e a Avenida José Joaquim Seabra)	79

## GRÁFICOS

Gráfico – 1	Regiões administrativas que receberam famílias	36
Gráfico – 2	Habitações precárias – CAS	49
Gráfico – 3	Situação da ligação de água das unidades dos imóveis da rua Ruy Barbosa	81
Gráfico – 4	Situação da ligação de água das unidades dos imóveis da rua Tijolo	81
Gráfico – 5	Situação da ligação de água das unidades dos imóveis da Avenida José Joaquim Seabra	82
Gráfico – 6	Situação da ligação de água das unidades dos imóveis da rua de São Francisco	82
Gráfico – 7	Rendimento mensal domiciliar Centro	86
Gráfico – 8	Rendimento mensal domiciliar Centro Histórico	86
Gráfico – 9	Número de moradores por classe de idade em cortiços – Centro 2010	87
Gráfico – 10	Número de moradores por classe de idade em cortiços – Centro Histórico 2010	87
Gráfico – 11	Moradores dos cortiços por cor ou raça – Centro de Salvador – 2010	91
Gráfico – 12	Moradores dos cortiços por cor ou raça – Centro Histórico de Salvador – 2010	92
Gráfico – 13	Número de moradores por sexo em cortiço – Centro de Salvador – 2010	94
Gráfico – 14	Número de moradores por sexo em cortiço – Centro Histórico de Salvador – 2010	95

**LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

EMBASA	Empresa Baiana de Águas e Saneamento
COELBA	Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
CONDER	Companhia de Desenvolvimento do Estado da Bahia
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPAC	Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia
AMACH	Associação de Moradores e Amigos do Centro Histórico
CAS	Centro Antigo de Salvador
CHS	Centro Histórico de Salvador
CONDER	Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia

**TABELAS**

Tabela – 1	Número de cortiços encontrados no Centro de Salvador de acordo com o Senso de 2010	72
Tabela – 2	Número de cortiços encontrados no Centro Histórico de Salvador de acordo com o Senso de 2010	79
Tabela – 3	Número de moradores por cor ou raça em cortiços no Centro de Salvador - 2010	90
Tabela – 4	Número de moradores por cor ou raça em cortiços no Centro Histórico de Salvador - 2010	92
Tabela – 5	Número de moradores total e por sexo em cortiços – CHS – 2010	95

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>16</b>
<b>2</b>	<b>OS CORTIÇOS</b>	<b>23</b>
2.1	Conceitos	24
2.2	Contribuição da literatura e do cinema sobre os cortiços	26
<b>3</b>	<b>BREVE HISTÓRICO SOBRE OS CORTIÇOS NO CENTRO ANTIGO/HISTÓRICO DA CIDADE DO SALVADOR</b>	<b>42</b>
3.1	A projeção de uma nova cidade e a invisibilidade dos cortiços	52
<b>4</b>	<b>A DINÂMICA DOS CORTIÇOS NOS DIAS ATUAIS</b>	<b>60</b>
4.1.1	Imóvel 1	64
4.1.2	Imóvel 2	66
4.1.3	Imóvel 3	72
4.1	Novas questões sobre os cortiços no Centro Antigo de Salvador	61
4.2	Localização dos cortiços no Centro Antigo e no Centro Histórico de Salvador na atualidade	74
4.3	Os moradores dos cortiços	83
4.4	As mulheres dos cortiços	97
<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO</b>	<b>103</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b>	





## 1 INTRODUÇÃO

Lugar de elevada concentração demográfica, formado por diferentes paisagens construídas ao longo dos anos como consequência de diferentes forças que atuaram sobre o seu território, a cidade contemporânea é um espaço complexo que reflete grandes contrastes espaciais e sociais.

Embelezada pela Baía de Todos os Santos e privilegiada pela sua riqueza natural, Salvador é uma cidade que ocupa posição de destaque no contexto nacional. Entretanto, nem só de beleza vive uma cidade histórica como Salvador, a metrópole soteropolitana também é palco de grandes contrastes e desigualdades espaciais e sociais. Problemas como estes são comuns em capitais brasileiras. O dinamismo da cidade condicionado pelo estímulo mercantilista, muitas vezes encobre os reais problemas enfrentados por ela. A cidade, que deveria ser pensada na qualidade de espaço para socialização dos sujeitos, “enquanto bem cultural para ser vivenciado” (ALVES, 2007) se transforma em um espaço a atender aos anseios dos agentes públicos e privados que “promovem a segregação espacial e social em um espaço privatizado fragmentado, fazendo com que a noção de cidade, enquanto bem público, lugar do convívio e do conflito, seja hoje questionada” (ALVES, 2007), gerando, assim, um espaço de exclusão para uma parcela da população que não corresponde às expectativas mercantilistas.

A força do neoliberalismo que domina as grandes capitais é sustentada por um grupo que tem voz, formada por aqueles que tomam as decisões, os que apresentam potencial de consumo e vivem em bairros com infraestrutura condizente com uma “cidade moderna”; por outro lado, existe uma classe que, segundo Souza (2011) é constituída de indivíduos desprovidos, não só do capital cultural e econômico, mas também privados “das condições sociais, morais e culturais” e que são afastados do protagonismo urbano.

Torna-se relevante essa reflexão sobre a atual realidade da cidade, visto que este trabalho discutirá sobre os cortiços que compõe a paisagem urbana na cidade e que retrata uma modalidade habitacional voltada a atender a essa parcela excluída da sociedade.

Os elementos que compõem o espaço urbano apresentam individualidade e características próprias que contribuem para identificação da cidade enquanto espaço

formado por vários conjuntos de paisagens, o que justifica as diferentes utilizações desses lugares. Desse modo, o centro da cidade do Salvador representa “ao mesmo tempo, as formas atuais da vida da região e da cidade e do passado, seja pela evolução histórica da cidade e da região, seja pelo sítio escolhido inicialmente para instalar o organismo urbano.” (SANTOS, 2011)

Reconhecendo a importância do centro, sua paisagem carrega elementos que contam histórias do passado e do presente, os cortiços, que integram essa paisagem do Centro Antigo da cidade do Salvador, foram escolhidos como objeto de pesquisa para este trabalho.

A dinâmica da sociedade e as transformações do meio em que se vive motivaram discussões e ações de intelectuais e do poder público em preservar e recuperar o patrimônio histórico com medo de perder as referências do passado, visto que essas construções representam a memória da cidade. (REBOUÇAS, 2012)

“Elaborado em 1969, o plano Geral de Recuperação do Centro Histórico de Salvador integrava a lógica modernizante do Estado e visava à utilização turística da área como estratégia para sua reconfiguração socioeconômica”. (REBOUÇAS, p.15, 2012). Apesar dos projetos das reformas urbanas elaborados para a cidade, essas intervenções não foram suficientes para contemplar todo o Centro Histórico e resolver alguns problemas que persistem naquela região até os dias atuais.

O objetivo desta pesquisa é analisar o “que foi pouco tocado” pelas reformas urbanas, especificamente os cortiços no Centro Antigo de Salvador. Tendo em vista que, nos últimos anos, este tema tem sido pouco revisitado, intencionou-se dar visibilidade a essas habitações e aos seus moradores, na medida em que se trata de uma realidade não amparada pelo poder público. Reflexo então, da ausência de investimento, descaso com as demandas locais, precariedade e abandono deste tipo de moradia.

Dessa forma, diante de tal contexto, a pesquisa visa identificar na atualidade a permanência desses cortiços no Centro Antigo de Salvador. Buscar-se-á ainda analisar os fatores que contribuíram para sua formação, compreender os conflitos que os cercam e identificar como se deu a construção de sua invisibilidade.

A escolha deste tema é fruto de inquietações da necessidade de compreensão da real situação dessas habitações no Centro Antigo, se elas persistem nessas paisagens, se ocorreram transformações ao longo das últimas décadas e se o número de cortiços no centro de Salvador ainda é significativo na atualidade. Para

complementar essas reflexões, identificar o perfil das pessoas que residem nessas habitações, quais conflitos sociais, econômicos e culturais que elas enfrentam e analisar o desaparecimento da nomenclatura “cortiço” na memória coletiva dos moradores também se tornaram relevantes.

A metodologia adotada para este trabalho define-se como sendo de pesquisa bibliográfica, documental, qualitativa e quantitativa. Como ponto de partida foi feito um levantamento bibliográfico de estudos já realizados sobre o tema cortiço e assemelhados. Estes trouxeram contribuições significativas para compreensão dos cortiços no passado, cujas inferências reverberam nos estudos atuais.

Após o levantamento bibliográfico, buscou-se o repertório documental, por meio de algumas instituições como a EMBASA (Empresa Baiana de Águas e Saneamento), a COELBA (Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia) e o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Alguns registros que também trouxeram contribuições importantes para este trabalho foram adquiridos por empresas como a CONDER (Companhia de Desenvolvimento do Estado da Bahia), o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) e o IPAC (Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia).

As visitas a campo contemplaram a terceira etapa desta pesquisa. Os resultados obtidos, a partir das análises dos registros de campo, foram fundamentais para o alinhamento com as reflexões científicas. Para melhor compreensão das atividades realizadas *in loco*, foi construído um breve resumo respeitando a cronologia dos acontecimentos.

No processo de condução da pesquisa, surgiu a necessidade de aproximação com a área a ser estudada. A primeira visita realizada ao Centro Histórico da cidade foi fundamental para essa avizinhação e serviu de alicerce para idas posteriores. O caminhar pelas ruas, as conversas com os moradores, as entrevistas realizadas, as visitas às lojas, aos camelôs e à prefeitura bairro, somadas a um breve diálogo com policiais que faziam a ronda na região, delinearam essa aproximação com o Centro Antigo da cidade. Ouvir essas pessoas foi essencial no processo de confirmação e identificação dos cortiços, assim como compreender as transformações ocorridas nesses tipos de habitações nas últimas décadas. Como saldo, as primeiras pistas sobre a localização dos cortiços no Centro Antigo começaram a surgir.

As visitas posteriores foram oportunizadas e conduzidas pela moradora e presidente da AMACH (Associação de Moradores e Amigos do Centro Histórico), Jecilda Mello, dada a dificuldade na acessibilidade a esses espaços. Reconhecendo a necessidade de uma pesquisa de caráter local e compreendendo a situação de vulnerabilidade à que esses moradores são submetidos, alguns cuidados foram tomados no percurso da pesquisa. Devido à ausência de investimentos em projetos voltados a atender aos imóveis do tipo cortiço, surge insegurança por parte dos moradores quando observam pessoas diferentes do seu convívio circulando pela região. Muitas vezes, podem confundir com representantes indesejáveis de algumas instituições, que venham de alguma forma servir de ameaça. Assim, dialogar com as lideranças que atuam na região foi crucial para o desenvolvimento deste trabalho.

Os dados do Censo de 2010 disponibilizados pelo IBGE foram compilados, interpretados, analisados e confrontados com os dados adquiridos pelas demais empresas supracitadas. Apuraram-se, ainda, os microdados adquiridos por meio das pesquisas realizadas em campo, com ajuda dos moradores da região e com a análise dos mapas das ruas do Centro Antigo. A comparação das informações coletadas foi substancial para obtenção dos resultados expostos neste estudo.

As falas dos moradores entrevistados durante todas as visitas a campo foram parcialmente reproduzidas em itálico neste trabalho, sem mencionar os verdadeiros nomes dos enunciadores, por motivo de segurança, com exceção de Jecilda Mello.

Considerando a extensão da cidade do Salvador e o conciso período para a realização do mestrado, delimitou-se como área a ser estudada o Centro Antigo da cidade. Neste território, para o aprofundamento do estudo, foram escolhidas três categorias de imóveis identificadas enquanto cortiços. O primeiro caso foi identificado um cortiço de propriedade do Estado que é gerido por um particular; o segundo caso, um imóvel de proprietário particular que também o administra; e o terceiro, um cortiço que resultou do processo de ocupação (essas terminologias serão analisadas no capítulo 4). A invariável entre as três categorias analisadas dos cortiços é que todos apresentam uma relação de inquilinato com terceiros. É importante aclarar que foi feita uma estimativa das possíveis ruas que apresentam cortiços no Centro Antigo e no Centro Histórico da cidade do Salvador.

Aspirando alcançar os objetivos desta pesquisa, o trabalho se estrutura em cinco capítulos, incluindo a introdução e as considerações finais dispostos da seguinte forma:

A conceituação de Cortiço utilizada é compreendida a partir da definição de casarões e/ou sobrados que foram subdivididos em pequenos cômodos voltados a atender diferentes famílias ou pessoas e que apresentam uma relação de inquilinato. Nessa perspectiva, o trabalho concentra-se nos imóveis multifamiliares voltados a atender pessoas que pagam, mesmo que valores reduzidos, para residirem nessas moradias. O segundo capítulo tratará destas questões conceituais.

O terceiro capítulo apresentará um breve histórico sobre os cortiços no Centro Antigo de Salvador. Formas de morar, herdadas do passado, antigos casarões e/ou sobrados, que foram subdivididos em cômodos para atender a uma parcela populacional desprovida de recursos. Esses imóveis pertenciam a famílias nobres, tradicionais, comerciantes, donos de engenhos detentores do capital, em um período quando a escravatura fazia parte da organização social e econômica da cidade.

Reconhecendo a importância de compreender a dinâmica dos cortiços no Centro Histórico na atualidade e identificar quem são seus moradores, o quarto capítulo concentrar-se-á nesta análise. A partir do reconhecimento da heterogeneidade desses habitantes, este capítulo buscará descrever o perfil e condições de vida de moradores e moradoras dos cortiços pesquisados. Ainda neste capítulo, será analisada a condição das mulheres moradoras desses cortiços.

Por fim, o quinto capítulo trará as considerações finais, busca propor uma releitura atualizada sobre a situação dos cortiços, o descaso do poder público e dos gestores privados, que têm ofertado péssimas condições de moradia e auferindo lucro com a disponibilização de moradia indigna. Torna-se relevante considerar que os cortiços compõem a paisagem urbana do Centro Antigo de Salvador que foi e continua sendo construída a partir dos interesses da atuação dos diferentes agentes públicos e privados.

Dessa forma, pensando nas habitações de cortiços enquanto espaços localizados no Centro Antigo da Cidade e entendendo a definição de espaço como “um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente

e por uma estrutura representada por relações sociais que estão acontecendo diante dos nossos olhos” (SANTOS, 2008), olhar para esses imóveis e interpretá-los a partir das análises e resultados da pesquisa será fundamental para dar visibilidade ao que está invisível e trazer de volta à pauta essas habitações que, nos últimos anos, vêm sendo ignoradas pelo poder público, e até mesmo retomar essas discussões no campo das políticas urbanas.



Esse é o grande mistério das cidades: elas crescem e se modificam, guardando, porém, sua alma profunda apesar das transformações do seu conteúdo demográfico, econômico e da diversificação de suas pedras.

(Milton Santos)

## 2 OS CORTIÇOS

[...] imóveis sem as mínimas condições de habitação, com grandes rachaduras, forro podre, encanamentos entupidos, em cômodos exíguos, úmidos, muitos sem janelas, cheios de ratos, à mercê de proprietários inescrupulosos [...] (FOLHA DE SÃO PAULO, 24/11/1980)

No contexto de Salvador, normalmente os cortiços são formados por antigos casarões ou sobrados, subdivididos em pequenos cômodos voltados a atender pessoas que não têm condições de pagar por habitações nos grandes centros urbanos. Essas moradias são estruturadas em pequenos cubículos, sem ventilação, mal cheirosos, úmidos, rachados, onde comumente apresentam apenas um banheiro para atender a todos os habitantes dos cômodos. Trata-se de uma realidade habitacional segregada presente nas grandes metrópoles, que, em sua maioria, não apresentam uma infraestrutura digna para seus moradores.

### 2.1 CONCEITOS

Consoante Santos (2012) “os cortiços são o resultado da degradação progressiva desses velhos casarões e sobrados, construídos no centro da cidade quando essa era parte residencial rica”. Ao fazer referência às casas de cômodos no centro da cidade de Salvador, Milton Santos analisa que são casas que pertenciam a famílias abastadas, que viviam com seus escravos. Essas edificações sofreram um processo de subdivisão a partir do final do século XIX para atender uma nova população desprovida de recursos.

De acordo com VÉRAS (2016), outras terminologias – como cognome – também são utilizadas para essas habitações coletivas.

[...] também identificada como habitação coletiva precária de aluguel, recebeu diversos apelidos como “cabeça de porco”, casa de cômodos, quintalão, pensão, “maloca”, “mocó”, “caloji”, estância, “quadro”, “zungu”, vila, avenida, “casa de malta”, a depender das situações regionais e da acentuação de traços presentes em sua configuração. (VERÁS, 2016, p.112).

Como verificado, existem diversos vocábulos utilizados para designar o que chamamos de cortiços, e esses diferentes termos ganham também variações semânticas que particularizam cada região brasileira. Na obra, *As aventuras das*



*palavras, através dos tempos, das línguas e das sociedades*, segundo o que foi observado nos relatórios da inspeção de higiene de várias cidades, em Porto Alegre, no final do século XIX, o vocábulo “cortiço” e “portão” aparecem como sinônimos de habitat popular “referindo-se a um pátio com casas dispostas lado a lado e abrindo-se para a rua através de um portão”. Ainda sobre a utilização da palavra cortiço em Porto Alegre, no final do mesmo século, serviu para “designar um prédio ou edifício que abrigava vários moradores ou famílias, ocupando cada qual uma subdivisão do habitat coletivo” (Anuário... 1893:155). Já em São Paulo, segundo o mesmo relatório, a palavra estalagem foi empregada como sinônimo de cortiço, fazendo menção aos imóveis que se tornaram albergues e hospedarias. Na mesma região paulista, “representou de várias formas uma alternativa de moradia para amplos segmentos da classe trabalhadora pauperizada” (VERÁS, 2016, p.112). No Nordeste, a palavra *mocambo* (FERREIRA, 1986) foi aplicada a “habitação coletiva com evidentes sinais de degradação<sup>1</sup>”.

A coletividade do endereço é um traço distinto que caracteriza um cortiço, a apontar que tais habitantes não dispõem de recursos para usufruir de um imóvel individual com privacidade, “cabendo-lhes a subdivisão de uma casa, de um lote, da ocupação em subunidades dentro de um domicílio, sendo que cada unidade é ocupada por uma família, muitas vezes bastante numerosa”. (VERÁS, 2016, p.112)

A palavra “Cortiço”, conforme o dicionário Michaelis, apresenta três diferentes conceitos para o vocábulo. O primeiro define cortiço como caixa cilíndrica feita de cortiça ou de casca de qualquer outra árvore, destinada a alojar colônias de abelhas para a produção de mel e cera; colmeia. O segundo interpreta enquanto casa grande, geralmente decadente, que serve de habitação coletiva para famílias de baixa renda; casa de cômodos, zungu. E por último, classifica como conjunto de pequenas casas muito pobres. De acordo com Uriarte (2019), dentre os diversos significados da palavra cortiço, a ideia de espaço reduzido para muitos elementos é o que partilham os três sentidos do vocábulo, um conceito de confinamento.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indica enquanto domicílio, o local estruturalmente separado e independente que se destina a servir de habitação

---

<sup>1</sup> Trecho extraído do livro *As aventuras das palavras da cidade, através dos tempos, das linguagens e das sociedades*. Org. Christian Topalov; Stella Bresciani; Laurent Coudroy de Lille; Hélène rivièrè d’Arc.

a uma ou mais pessoas, ou que seja utilizado como tal. Para o órgão governamental, os critérios essenciais utilizados para definir um domicílio são os de separação e independência<sup>2</sup>. Esses domicílios podem ser classificados enquanto particulares ou coletivos. Os cortiços, segundo o Instituto, são classificados enquanto domicílios particulares permanentes, do tipo de habitação também intitulada como casa de cômodo ou cabeça de porco.

Assim, a definição adotada pelo IBGE no Censo de 2010, identifica como cortiço as habitações que se caracterizam pelo uso comum de diversas moradias (cômodos) de instalações hidráulica e sanitária (banheiro, cozinha, tanque etc.) e a utilização do mesmo ambiente para diversas funções (dormir, cozinhar, fazer refeições, trabalhar etc.). Faz parte de um grupo de várias habitações construídas em lote urbano ou em subdivisões de habitações de uma mesma edificação, sendo geralmente alugadas, subalugadas ou cedidas sem contrato formal de locação.

Vale ressaltar que a definição de cortiço do Censo de 2000 não era similar à definição adotada no Censo de 2010. No ano de 2000, a variável que englobava os cortiços tinha como definição, cômodo: domicílio particular composto por um ou mais aposentos localizados em casa de cômodos, cortiço, cabeça de porco.

Não obstante o entendimento do termo cortiço suscita novas leituras que estão sendo realizadas para designar esta forma de moradia ainda comum no país.

Apesar dos cognomes utilizados para caracterizar esse tipo de residência, uma pesquisa realizada na grande São Paulo, pelo professor Caio Amore, intitulada “*É pensão, sim!*” *notas sobre a diversidade de precariedades habitacionais em área central*, concluiu que muitos moradores não se identificam como residentes desse tipo

---

<sup>2</sup> “A separação fica caracterizada quando o local de habitação for limitado por paredes, muros ou cercas e coberto por um teto, permitindo a uma ou mais pessoas, que nele habitam, isolar-se das demais, com a finalidade de dormir, preparar e/ou consumir seus alimentos e proteger-se do meio ambiente, arcando, total ou parcialmente, com suas despesas de alimentação ou moradia”. Disponível em: <[https://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/notas\\_metodologicas.html?loc=0](https://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/notas_metodologicas.html?loc=0)>. Acessado em: 10 jan.2020.

“A independência fica caracterizada quando o local de habitação tem acesso direto, permitindo a seus moradores entrar e sair sem necessidade de passar por locais de moradia de outras pessoas”. Disponível em: <[https://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/notas\\_metodologicas.html?loc=0](https://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/notas_metodologicas.html?loc=0)>. Acessado em: 10 jan. 2020.

de imóvel. Normalmente eles se apresentam como moradores de pensão, fazendo sempre referência a outras residências mais precárias como cortiços. (AMORE, 2018)

Uma realidade diferente foi encontrada no Centro Antigo de Salvador. A moradora Jecilda, presidente da AMACH (Associação de Moradores e Amigos do Centro Histórico), ao ser entrevistada, relata que *"hoje a gente chama de avenida, dizemos que ele mora no beco, na vila, eram casas que antigamente eram tidas como cortiço"*. Fica claro que Jecilda rememora o termo cortiço como uma realidade do passado, que no presente se nomeia de forma diferente.

No desenvolvimento da pesquisa e nas visitas ao Centro Antigo da cidade, evidenciou-se que os moradores desses imóveis de aluguel não se reconhecem enquanto moradores de cortiços. A maioria dos entrevistados demonstravam insegurança ou até mesmo desconhecimento do verdadeiro significado da palavra. Apesar da não utilização do vocábulo cortiço, esta forma de habitar compõe a realidade do Centro Histórico de Salvador.

Surge assim uma reflexão sobre a palavra "cortiço", será que esses moradores realmente não conhecem o verdadeiro significado desse tipo de habitação? Ou será que o termo cortiço não tem sido verbalizado pelo caráter depreciativo que ele carrega?

Torna-se relevante entender a construção do imaginário coletivo sobre o vocábulo "cortiço". A percepção desse tipo de habitação vai sendo moldada no imaginário coletivo da sociedade a partir das diversas leituras e interpretações das mais variadas linguagens que lhe são apresentadas. Assim, faz-se necessário considerar algumas dessas elocuições.

## **2.2 CONTRIBUIÇÕES DA LITERATURA E DO CINEMA SOBRE OS CORTIÇOS**

Um dos clássicos da literatura brasileira, a obra *O Cortiço*, escrito por Aluísio Azevedo, é um romance naturalista que revela os problemas enfrentados nesse perfil de moradia coletiva e as mazelas que acometem seus moradores e adjacentes.

O enredo do livro descreve a dinâmica de um cortiço e o cotidiano de seus moradores com suas dificuldades, conflitos, alegrias e labutas diárias pela sobrevivência. João Romão, o dono de uma venda e de uma pedreira, era também o responsável pelo cortiço que, aos poucos, foi crescendo e atraindo diferentes moradores que compartilhavam os espaços comuns do imóvel, como o banheiro, o pátio e o portão, com as casinhas bem próximas umas das outras, tirando assim a privacidade dos seus habitantes. Ao lado do cortiço, existia um sobrado que pertencia a Miranda, imigrante Português que pertencia à classe burguesa daquele período.

No início da obra, alguns sinais são apontados sobre a concepção da sociedade naquele contexto acerca desse tipo de imóvel. Apesar da não definição do período em que a narrativa se desenvolve, a história se passa na cidade do Rio de Janeiro no século XIX, em um contexto de crescimento urbano quando uma nova elite burguesa convivia ao lado de uma classe desprovida de recursos. O Miranda, vizinho de João Romão, o vendeiro, demonstra uma grande insatisfação ao perceber que um cortiço estava sendo construído ao lado do seu imóvel (AZEVEDO, 2018, p.15). “O Miranda rebentava de raiva. – Um cortiço! – exclamava ele possesso. – Um cortiço! Maldito seja aquele vendeiro de todos os diabos! Fazer-me um cortiço debaixo das janelas!... Estragou-me a casa, o malvado!”. Nesse excerto é perceptível um olhar excludente e de desaprovação do Miranda em ter esse tipo de habitação coletiva ao lado do seu imóvel. Pode-se inferir que, ao afirmar que “estragou-me a casa”, Miranda deixa algumas mensagens subtendidas, como a desvalorização do seu imóvel por se localizar próximo a um cortiço, a paisagem de casinhas amontoadas que não embelezavam a vista da sua janela e o alvoroço da dinâmica do cortiço que poderia incomodar sua família.

O elevado número de pessoas, o barulho, o cantarolar, os gritos, os choros, as brigas, as conversas das lavadeiras são alguns dos ruídos que se ouviam diariamente do cortiço, “a surda zoadá ao longe, que vinha do cortiço, como de uma aldeia alarmada; tudo dava a ideia de uma atividade feroz, de uma luta de vingança e de ódio.” (AZEVEDO, 2018, p.39)

Os habitantes que compunham as casinhas dos cortiços eram os desprovidos de recursos ou aqueles que dispunham de pouco capital para sobreviver, como as lavadeiras, imigrantes recém-chegados ao Brasil, operários, prostitutas, “jornaleiros

de baixo salário, pobre gente miserável, que mal podia matar a fome com o que ganhava.” (AZEVEDO, 2018, p.58)

O banheiro coletivo, uma das características marcantes das moradias de cortiço, também foi retratado na obra (AZEVEDO, 2018, p.16) “As portas das latrinas não descansavam, era um abrir e fechar de cada instante, um entrar e sair sem tréguas. Não se demoravam lá dentro e vinham ainda amarrando as calças ou as saias”. E esse cenário não difere da realidade dos cortiços nos dias atuais, é perceptível a falta de privacidade, de conforto e de higiene ao compartilhar um único banheiro com várias pessoas diferentes. Como resultado das entrevistas realizadas com os moradores dos cortiços no Centro Antigo da cidade do Salvador, o uso coletivo do banheiro foi considerado como um dos maiores problemas enfrentados pelos seus habitantes. (ver a este respeito no capítulo 4)

Devido à precariedade das instalações dos cômodos do cortiço retratada na obra, episódios de incêndios eram comuns, gerando assim prejuízo para população que residia no imóvel. O dono da habitação coletiva, João Romão, sempre que tinha algum tipo de prejuízo, repassava para seus inquilinos o custo, aumentando assim o valor do aluguel.

A constância da ocorrência de incêndios nos cortiços em áreas centrais pode ser conferida em algumas reportagens de jornais de grande circulação nacional, como:

Um incêndio num cortiço na Rua 25 de Março, no Centro de São Paulo, deixou dois homens feridos nesta terça-feira (25). Os bombeiros conseguiram apagar as chamas rapidamente. Três botijões de gás queimados ficaram no local. Um dos homens teve queimaduras nas pernas e braços. O outro foi socorrido porque estava com dores<sup>3</sup>. (G1, 2018)

*“Incêndio de grande proporção atinge cortiço na região central de São Paulo”*<sup>4</sup>. (Folha de S. Paulo, 2017).

<sup>3</sup> Trecho da reportagem extraída do jornal G1. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2018/12/25/incendio-em-cortico-deixa-feridos-no-centro-de-sao-paulo.ghtml>>. Acessado em 12 jan. 2020.

<sup>4</sup> Trecho da reportagem extraída do Jornal Folha de São Paulo. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/07/1904396-incendio-atinge-cortico-na-regiao-central-de-sao-paulo.shtml>>. Acessado em Jan. 2020.

Os resultados encontrados na atual pesquisa sobre a estrutura e a dinâmica dos cortiços no Centro Antigo de Salvador pouco diferem do perfil retratado pelo clássico de Aluísio Azevedo, que representa a realidade de um cortiço há dois séculos, mas que descreve bastante a atualidade. A dinâmica do cortiço, enquanto habitação para obtenção de lucro e a proximidade do lugar de trabalho, foram algumas das abordagens do livro e também uma realidade dos dias atuais.

Não obstante, as casinhas do cortiço, à proporção que se atamancavam, enchiam-se logo, sem mesmo dar tempo a que as tintas secassem. Havia grande avidez em alugá-las; aquele era o melhor ponto do bairro para a gente do trabalho. Os empregados da pedreira preferiam todos morar lá, porque ficavam a dois passos da obrigação. (AZEVEDO, 2018)

Em suma, na conclusão do seu penúltimo capítulo, a obra caracteriza um segundo cortiço que surgira, chamado “Cabeça-de-Gato”, que na proporção em que o cortiço de João Romão crescia e se organizava, atraindo um novo perfil de moradores, os mais pobres, que não podiam custear as despesas do cortiço reformado, migravam para o “novo” cortiço que preservava ainda características mais torpes,

mais abjeto, mais cortiço, vivendo satisfeito do lixo e da salsugem que o outro rejeitava, como se todo o seu ideal fosse conservar inalterado, para sempre, o verdadeiro tipo de estalagem fluminense, a legítima, a legendária; aquela em que há um samba e um rolo por noite; aquela em que se matam homens sem a polícia descobrir os assassinos; viveiro de larvas sensuais em que irmãos dormem misturados com as irmãs na mesma lama; paraíso de vermes, brejo de lodo quente e fumegante, donde brota a vida brutalmente, como de uma podridão. (AZEVEDO, 2018, p.203)

Em Salvador, na década de 30, Jorge Amado também se debruçou sobre essa temática. Suor, romance escrito pelo autor, é uma importante narrativa de caráter naturalista que auxilia no entendimento das características físicas e na dinâmica de um cortiço. O escritor, que aos 16 anos viveu em um cômodo de um cortiço localizado na ladeira do Pelourinho, tomou de sua própria experiência como inspiração para os relatos presentes na obra. Ainda que o livro se caracterize enquanto romance, representando uma moradia coletiva do final da década de 20, as narrativas

---

descrevem um quadro semelhante à realidade enfrentada pelos moradores dos cortiços na atualidade. O livro narra um panorama de opressão, repulsa, promiscuidade e exploração enfrentadas pelos seus moradores, o que reflete o estado subumano ao qual eles eram expostos.

Segundo Jorge Amado, na lógica do sistema capitalista, o lucro é o que impulsionava o funcionamento do casarão. O sobrado, que foi subdividido em vários cômodos, formava pequenas habitações voltadas a atender uma parcela da população destituída de capital, eram quatro andares com 116 quartos para amparar mais de 600 pessoas. De todos os moradores, “os únicos inquilinos gratuitos eram os ratos”. (AMADO, 1986). As prostitutas, as lavadeiras, os operários, os ambulantes, as costureiras, imigrantes entre outros moradores de perfis economicamente semelhantes, residiam no casarão “gente de todas as cores, de todos os lugares, com todos os trajés, enchiam o sobrado”. (AMADO, 1986, p.4)

O cortiço de número 68 da ladeira do Pelourinho é o personagem principal da obra. As histórias dos diversos personagens giram em torno do casarão que apresentava uma estrutura precária e de desasseio. A presença de ratos, baratas e gatos era comum nos espaços coletivos do casarão. A insalubridade, o descaso do proprietário com as condições físicas do prédio e o mau cheiro são constantemente citados na obra. “No corredor, os homens mijavam e cachorros e gatos defecavam. O preto Henrique o apelidava de galeria da sujeira”. (AMADO, 1986, p. 69). Os moradores do cortiço não reconheciam o imóvel enquanto lar ou casa, sempre que faziam referência ao sobrado usavam termos depreciativos como “meu buraco”, e apenas o proprietário o chamava de casa. O aspecto físico do imóvel não difere dos cortiços citados nas revistas, livros e jornais veiculados nas mais diversas capitais brasileiras, assim como não difere dos cortiços visitados no Centro antigo da cidade do Salvador. “[...] as paredes de tábuas, os telhados de zinco. Quando o sol batia parecia que o cortiço ia incendiar... os apartamentos abafados...” (AMADO, 1986, p.69)

A literatura brasileira, por meio da obra de Aluísio Azevedo – O cortiço – e da de Jorge Amado – Suor -, personifica esses casarões/cortiços e registram, embora por

intermédio da ficção, no Rio de Janeiro e em Salvador, a realidade dessas habitações e, em segundo plano, de seus moradores.

Além das contribuições literárias, a linguagem cinematográfica também colabora para a formação do imaginário social coletivo acerca do tema cortiço. O filme *Ó Paí Ó*, lançado em 2007, retrata um cortiço situado no Pelourinho, centro histórico da cidade, onde os seus moradores compartilhavam todos os serviços básicos necessários para sobrevivência. Ainda que em uma narrativa fictícia, o filme conduz histórias de personagens que vivem em um ambiente estigmatizado, segregado e excluído do mundo capitalista, realidade essa que compõe os grandes centros urbanos do plano real.

Um antigo sobrado em condições precárias, gerido por Dona Joana, nome da personagem, foi resultado do processo de ocupação dela e do seu marido no passado, o filme não relata o período da ação. Desde então, a nova proprietária passava a cobrar aluguel dos inquilinos que tivessem interesse em residir no centro da cidade por um baixo custo. Em um dos diálogos de Dona Joana, ao ser questionada sobre a posse do imóvel, ela afirma “Esse prédio é meu mesmo sim senhora, meu e de meu marido. Quando chegamos aqui, estava tudo abandonado”. A afirmativa da intérprete demonstra uma das condições identificadas durante o processo de pesquisa deste trabalho para formação dos cortiços. Entre os três perfis de imóveis visitados se encaixam, o cortiço decorrente do processo de ocupação, o cortiço enquanto espaço público, e o cortiço com o perfil de aluguel. Vale ressaltar que os três modelos exercem a função de inquilinato com terceiros.

O imóvel coletivo retratado no filme atendia a um conglomerado heterogêneo de pessoas que faziam parte do mesmo grupo socioeconômico, figuram esse grupo desempregados, homossexuais, viúvas, solteiros, subempregados, prostitutas entre outros considerados à margem da sociedade que compõem os submundos urbanos.

Nesse contexto, cabe a reflexão sobre esses submundos urbanos e o seu princípio conceitual. Palma (2008), no artigo *Margens de dentro: submundos urbanos em filmes brasileiros*, afirma que “toda essa noção de submundo construída historicamente pressupõe uma visão de fora, de um outro, sempre carregada de preconceito”. A autora pondera o olhar burguês sobre essa classe desprovida de recursos que vive à margem da sociedade, uma vez que é a classe dominante que



exerce o poder sobre a cidade. Palma esclarece ainda “O submundo corresponde à representação do espaço urbano em que a modernidade mostra-se apodrecida, em colapso. Local abandonado pelo projeto civilizatório, onde o que dá a tônica é a degradação – física e moral” (PALMA, 2008). Realidade como essa é visível no longa-metragem supracitado e nos cortiços visitados no Centro Antigo de Salvador.

Em uma das narrativas do filme, um guia turístico apresentando o Pelourinho a um grupo de turistas, em destaque na cena a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, um dos moradores do cortiço de Dona Joana cumprimenta o guia local e grita “êah meu lord, êah meus Raimundos, fala meus Raimundos, quem é da periferia diga ôh, quem é da periferia diga ôh ôh ôh, quem é da periferia diga ôh, ôh, ôh”, e alguns moradores, não só do cortiço como moradores locais da região, reproduzem o som reafirmando a frase como se fossem moradores da periferia. Essa referência à periferia, identificada na narrativa da cena, não concerne a localização geográfica de periferia enquanto espaço distante do centro, vai além do conceito geográfico espacial, a periferia nesse contexto se aplica àqueles que estão à margem da sociedade, sobre o olhar de uma perspectiva da exclusão, aqueles que habitam os espaços marginalizados, que são segregados, mesmo que geograficamente representem moradores que residem no centro da cidade do Salvador, são os “cidadãos periféricos”. “Espaços como esse – essas feridas urbanas – não são encontrados apenas em periferias distantes, mas também em regiões centrais”. (PALMA, 2008)

Em suma, o filme mostra:

[...] uma parcela da periferia negra e pobre que vivencia o cotidiano de luta para permanecer no centro de Salvador, após a remodelização do Pelourinho...um Pelourinho ao mesmo tempo pobre e luxuriante, simbolizado por um espaço habitado pelo sofrimento (moradia em péssimas condições, falta de água nos apartamentos). Em outras palavras, trata-se de um microcosmo que se propõe a representar as agruras de um bairro soteropolitano pobre típico [...] (JESUS, 2016)

Outras narrativas cinematográficas também representam habitações de cortiços em suas tomadas, como o filme Cidade Baixa, que “Concentra ainda áreas de prostituição, cortiços, pensões baratas e vida boêmia”. (PALMA, 2008)

Após as análises das diferentes linguagens, tanto literária quanto cinematográfica sobre o tema cortiço, refletidas em diferentes períodos da história, que remonta desde

o século XIX até o século XXI, é importante considerar as forças de transformações que atuavam em Salvador naquele momento. Entre os séculos XIX e XX, Salvador passava por grandes reformas urbanas. Sobre a perspectiva habitacional, a abolição da escravatura trouxe grandes consequências para a cidade, visto que a manutenção dos grandes casarões dependia do trabalho escravo, muitos desses imóveis começaram a entrar em decadência e transformaram-se em casas de cômodos ou cortiços. (VASCONCELOS, 2016)

No século XIX, período retratado pelo autor Aluísio Azevedo, a população da cidade de Salvador estava crescendo de forma acelerada, consequência da vinda de muitos retirantes que almejavam trabalho e melhores condições de vida, porém, terminavam trabalhando como domésticos para famílias de classe média ou abastadas (SANTOS, 2008). Esse movimento migratório contribuiu para o crescimento do espaço urbano de Salvador. Nesse período, a criação de novos meios de comunicação, de transporte e de novos bairros contribuiu para mudanças significativas no território soteropolitano.

Durante o século XX, o cortiço que inspirou Jorge Amado é descrito no contexto onde a cidade do Salvador também experimentava grandes transições. A cidade passou a sentir as primeiras consequências dos fluxos migratórios (VASCONCELOS, 2016), enfrentava surtos de doenças, como a febre amarela e a gripe espanhola, que levou à morte várias pessoas, principalmente a população menos favorecida. “Portanto, a ‘espanhola’ transitava livremente pelos becos e cortiços de Salvador”. (AMADO, 1986) Muitos casarões e sobrados foram abandonados por famílias nobres que migravam para os novos bairros que despontavam em Salvador.

Desse modo, visto que a construção do imaginário decorre da influência de uma cultura midiática e da literatura, o estigma depreciativo do nome "cortiço" sempre foi presente, onde esse tipo de habitação coletiva costumeiramente era (e ainda é) citado de forma pejorativa, retratando ambientes insalubres, sujos, pequenos, opressivos e sem condições dignas para suprir as necessidades básicas dos seus moradores.

É compreensível que em virtude disso, a população moradora dos cortiços rejeite o uso do rótulo, haja vista que o nome “cortiço” está carregado de uma negatividade. Os cortiços do Centro Antigo de Salvador, em especial o Centro Histórico, foram

motivos de expulsões de várias famílias, e algumas famílias, expulsas repetidas vezes.

Durante a pesquisa no Centro Antigo de Salvador, observou-se, através das entrevistas, que várias pessoas que habitam no centro atualmente viveram em cortiços no passado e enfrentaram muitos preconceitos. A declaração do então Governador Paulo Souto, em 2003, evidencia a posição preconceituosa, conservadora e segregadora do Estado sobre essa realidade:

Conforme a pesquisa socioeconômica realizada, revelaram-se condições indignas de vida para os moradores do local, não sendo admissível, à ótica constitucional, falar-se em cultura nascida exclusivamente das condições de pobreza e carência que os caracterizam e, muito menos, em requerer proteção para essa cultura, certamente não desejável para uma sociedade que respeite a dignidade de seus integrantes [...] Existe tão somente um estilo de vida determinado pela pobreza, indigno de ser considerado como expressão da dignidade da pessoa humana. Ressalta-se que a pesquisa socioeconômica apenas denota pobreza e marginalidade [...]. Não há na hipótese cultura popular a ser protegida (Declaração do Governador Paulo Souto, ADIN, 2003).

O governo do Estado, responsável pelas obras de recuperação da época, desconsidera completamente o conceito de patrimônio cultural, que reúne os elementos formadores de referência do lugar:

as práticas sociais, a identidade, a memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. As formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico (...). (Art. 216, caput, da CF/88)

Conforme Jecilda, o processo de Recuperação do Centro Histórico de Salvador<sup>5</sup> foi conduzido de “*forma autoritária, as famílias foram expulsas, retiradas à força de suas casas, de seu bairro*”, dos seus modos de viver, intrinsecamente relacionado à vida cultural e social do Centro Histórico. Uma violência psicológica para esses moradores que viveram ali. (MOURAD, 2011)

De acordo com Fernandes, “os moradores não tinham alternativas à violência que acompanhava o processo, e a fragilidade social dos moradores induziu à aceitação do auxílio-relocação a um preço que não permitiria acessar qualquer alternativa de moradia” (FERNANDES, 2006, p. 4).

---

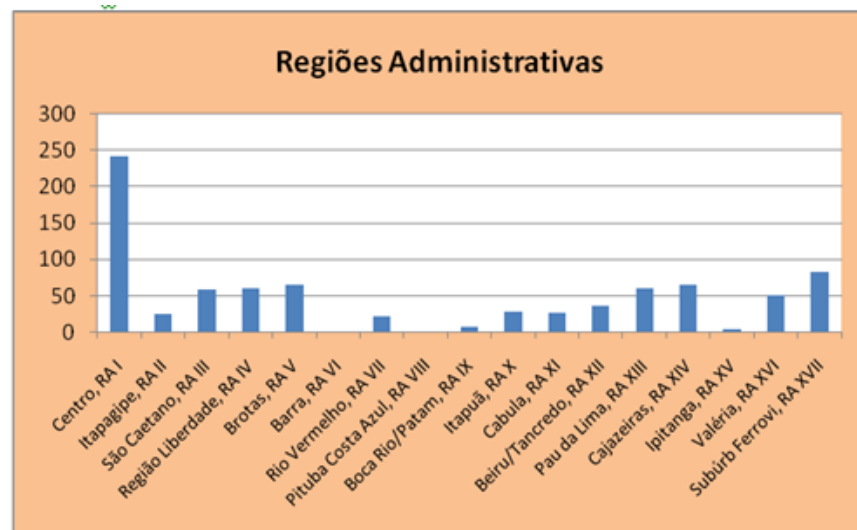
<sup>5</sup> Realizado no período de 1992 à 2004

Para Jecilda Mello, presidente da Associação de Moradores e Amigos do Centro Histórico – AMACH – auxílio-relocação revela duas questões importantes:

A própria comunidade tinha e ainda tem alguns que pensam que com o governo não se briga - você não vence governo - então isto é uma história de muita submissão, o cidadão precisa acreditar que ele também tem direito. Além disso, a intenção do Estado era a de que você fosse pra bem longe, de forma que você não conseguisse voltar, você ia perder suas próprias origens, estas origens todas que deram vida a este lugar e que o governo lhe botou pra fora sem lhe dar nenhuma condição. Porque este auxílio- relocação não estava lhe relocando para um outro lugar, estava lhe tirando o direito de morar, seja no centro histórico, seja em outro lugar, porque o 'dinheiro era tão irrisório'<sup>6</sup> que não dava para morar em nenhum lugar<sup>7</sup>.

A pesquisa realizada por Mourad (2011) evidencia a ocorrência na 7ª Etapa da Recuperação do CHS dos seguintes deslocamentos realizados pelas famílias que receberam o auxílio-relocação:

**Gráfico 1**



Fonte: Ficha de cadastro de 1292 famílias/CONDER – 2002. Elaboração Laila N. Mourad

1) Famílias que se concentraram no centro e nos bairros mais próximos do centro, nas regiões administrativas de Brotas e Liberdade; 2) Famílias que se deslocaram na direção das regiões administrativas de: São Caetano; Pau da Lima; Valéria;

<sup>6</sup> O valor médio pago a título de auxílio-relocação foi de R\$ 1.881,99 para o uso residencial, conforme pudemos observar nas fichas de cadastramento e nos termos de compromisso assinados pelas famílias. O auxílio-moradia não alcançava sequer o valor de produção de uma unidade habitacional em Cajazeiras, executada pela CONDER.

<sup>7</sup> Entrevista realizada por Laila Nazem Mourad no dia 30 de agosto de 2010.

Cajazeiras, e se aproximaram espacialmente da área do Miolo, localizada no centro geográfico do município; 3) Famílias que se deslocaram para o Subúrbio Ferroviário ou próximo; 4) Famílias dispersas na malha urbana/ território.

Cerca de 240 famílias permaneceram na região do centro, em virtude de o local de moradia ser próximo ao local de trabalho e dos vínculos sociais e culturais estabelecidos com o Centro Histórico. Soma-se a isso a disponibilidade de imóveis ou cômodos com o valor de aluguel acessível do ponto de vista da capacidade de pagamento das famílias o que permitiu a permanência delas na região do centro. Cabe destacar que o valor de aluguéis a um preço possível decorre de um estoque existente de imóveis em condições precárias (Mourad, 2011, p.141).

Ressalta-se ainda, segundo Mourad (2011), o descaso com a população mais pobre moradora da 7ª Etapa, 406 pessoas permaneceram no centro “*sem destino*”. Segundo Jecilda Mello, os “*sem destino eram aquelas famílias que ficaram na calçada, embaixo das marquises do centro histórico, onde aqueles que os expulsaram eram obrigados a passar todos os dias e continuarem a avistá-los no local*”<sup>8</sup>.

As famílias que permaneceram no Centro Antigo, e que foram indenizadas pelo governo do Estado com “novas” habitações, hoje vivem em imóveis que não são classificados como cortiços, são habitações que foram reformadas, mas ainda muito precárias. Em uma das visitas feitas a campo, uma moradora aponta para sua própria casa e reclama da péssima qualidade do material utilizado, afirma que sofre com problemas de rachadura, falta de água entre outros transtornos narrados. Apesar da precariedade dessas habitações, elas não são classificadas enquanto cortiços.

---

<sup>8</sup> Entrevista realizada por Laila Nazem Mourad no dia 30 de agosto de 2010.

**FIGURA 1: Fachada de um dos imóveis para famílias que foram indenizadas**



Fonte: Deise Borges, 2019

Vendedores, moradores, lojistas, pessoas que vivem e/ou transitam no Centro Antigo, no momento das entrevistas, ao serem questionadas sobre os cortiços e a existência deles no Centro Histórico, a maioria afirmava que não existe. No entanto, após uma breve explicação do que significa cortiço, eles refletiam e afirmavam a existência de algumas ruas que se destacam com esse tipo de moradia. Outros moradores continuavam a afirmar que não sabiam sobre a existência deles, demonstrando não entender qual seria esse tipo de habitação. Apropriando-se dessa segunda situação, no qual realmente algumas pessoas não entendem o real significado da palavra “cortiço”, isso ratifica mais uma vez o quanto esse termo tem sido pouco utilizado e a não verbalização dele trouxe esse “apagamento”. Apesar da tentativa na apropriação de outros termos para se referir aos cortiços, nenhuma palavra o substituiu, afinal a compreensão construída no imaginário coletivo não permitirá o “apagamento” completo dele, sem perder de vista também que as expressões artísticas literárias e cinematográficas eternizaram o nome “cortiço” na língua portuguesa, relaciona à realidade brasileira.

Vale mencionar que a estigmatização da palavra “cortiço” também colabora para essa não pronúncia. Durante muitos anos, existiu um preconceito em relação aos moradores de cortiços, sempre os correlacionando a pessoas drogadas, prostitutas, trombadinhas e flanelinhas, ou seja, aos grupos marginalizados da sociedade. Acredita-se que esses moradores também não utilizam o termo “cortiço”, porque eles não conseguem verbalizar, pelo que ele representou no passado.

“*Em Salvador não se fala mais em cortiços*”, a frase continuou sendo proferida regularmente pela entrevistada, que afirmava incessantemente que as moradias que se encaixam no perfil de cortiços eram verdadeiras vilas ou “*as moradias de avenida*”, reiterava Jecilda repetidas vezes. Ainda sobre as habitações de cortiços, ela afirma:

Hoje a gente chama de avenida, era um banheiro pra todo mundo que normalmente ficava no cantinho da praça, onde tinham casas de um lado e do outro, no meio tinha dois ou três tanques para lavar a roupa [...] as pessoas lavavam as roupas nas bacias, e nos cortiços que eram mais sofisticados, as pessoas lavavam suas roupas nos tanques.

Jecilda Mello rememora como eram os cortiços no passado e afirma que hoje esse mesmo espaço continua sendo cortiço, porém, com sua nova terminologia, adaptada a uma nova realidade, em alguns casos, já existe individualidade de alguns serviços básicos como a instalação de água, luz e banheiro, mesmo que bem reduzidos ainda. Alguns moradores não pagam aluguel, mesmo vivendo na coletividade. O relato retrata um imóvel localizado na rua 28 de Setembro, nº 33.

Como existem outras formas de morar que se encaixam no perfil de avenidas, na atual pesquisa, o eixo de relevância tornar-se-ia as “avenidas” com perfil de aluguel. Assim, faz-se necessária uma análise atenciosa e cuidadosa com a terminologia utilizada pelos próprios moradores dos imóveis, demonstrando respeito a essa autoidentidade.

Visto que muitas famílias foram relocadas para novos espaços na cidade com a dinâmica das reformas na região central, o vínculo que os ligava àqueles territórios, tornaram-se cada vez mais frágeis. Assim, torna-se relevante refletir diante dessa realidade espacial, sobre um tema bastante discutido pelas ciências sociais, a territorialidade e a desterritorialidade. Apesar das várias nuances das discussões sobre a temática, o deslocamento dessa população do Centro da cidade trouxe uma remodelação para o espaço como consequência dos poderes que transformam o

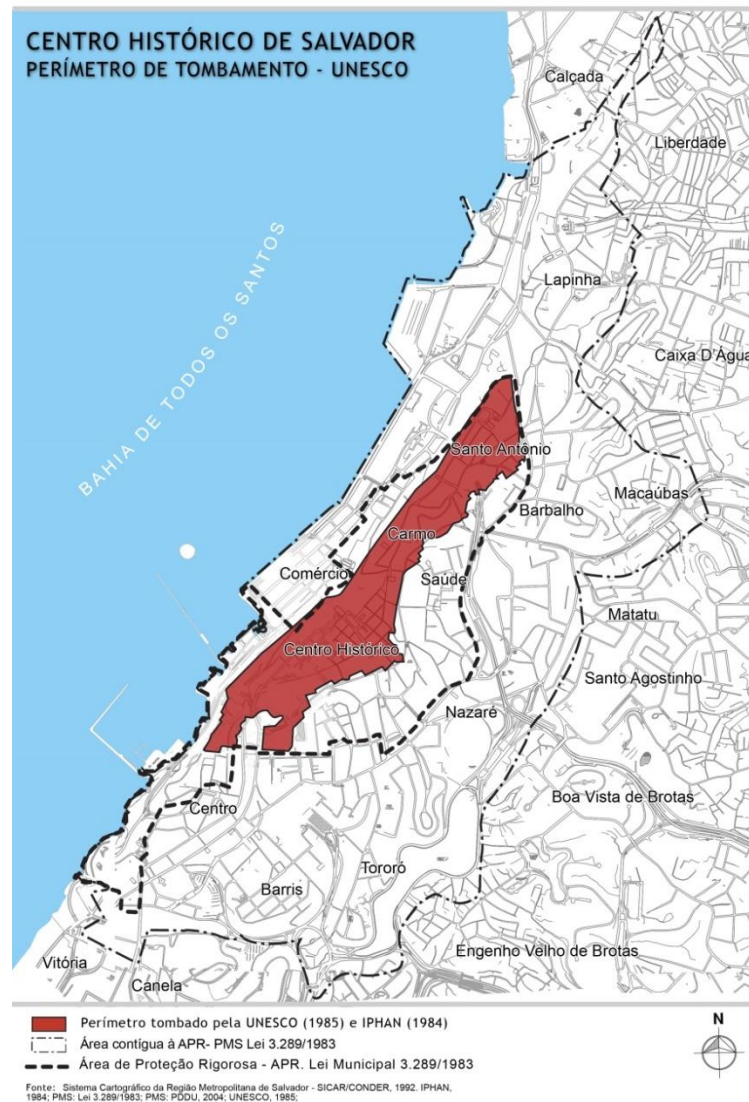
território para atender a seus interesses e a suas necessidades. Segundo Haesbaert (1994, p.210), “geralmente acredita-se que os “territórios” (geográficos, sociológicos e afetivos) estão sendo destruídos, juntamente com as identidades culturais (ou, no caso, territoriais) e o controle (estatal, principalmente) sobre o espaço”. No tocante à desterritorialização desses espaços, entende-se, segundo (IANNI, 1992, p.98) “Em certos casos, desterritorialização significa dissolver ou deslocar o espaço e o tempo”, “desterritorializam-se coisas, pessoas e ideias.”

Posto isso, é significativo destacar que a questão da territorialidade não se manifesta apenas nos espaços geográficos, nos espaços físicos, mas também se encontra principalmente na subjetividade, no lugar da fala e nas relações de poder. Essa subjetividade e esse reconhecimento da territorialidade dentro desses espaços são essenciais para reprodução da realidade e assim para a obtenção de políticas sociais mais amplas. O olhar para territorialidade dessas pessoas, a ciência dos espaços que elas ocupam, também deve ser feito juntamente com a noção de desterritorialidade, então são os desterritorializados na ideia de construção da relação de poder, de construção da consciência de espaço subjetivo, o espaço do sujeito, a desterritorialidade trabalhada dentro do espaço do sujeito deve ser levada em consideração. Tão importante quanto reconhecer os espaços que eles ocupam é o reconhecimento dos espaços que eles deixam de ocupar.

Para melhor compreensão do recorte da área de estudo e da variação da terminologia Centro Antigo e/ou Centro Histórico de Salvador, segue mapa para análise.



**Figura 2: Mapa do Centro e Centro Histórico**



Fonte: MOURAD, 2011, p. 74

Segundo Mourad (2011), “O que se chama hoje de Centro Histórico de Salvador corresponde ao núcleo da cidade colonial que se desenvolveu entre os séculos XVI e XIX, cumprindo as funções tradicionais de um centro até a primeira metade do século XX”. Torna-se relevante destacar que, quando utilizada a referência Centro Antigo, a escala referida será maior, englobando toda região do Centro Antigo da cidade que no mapa acima se destaca pela área contígua à APR Lei Municipal 3.298/1983. Quando utilizado Centro Histórico da cidade, faz-se referência a uma escala menor, seria o núcleo do CAS (Centro Antigo de Salvador), visto que o CHS (Centro Histórico de Salvador) se localiza no interior do CAS.



Embora o capitalismo irrestrito tenha uma face em geral inaceitável, o Estado corrupto que age em favor dos ricos é ainda pior. Em tais circunstâncias, pouco há a ganhar com a simples tentativa de melhorar o sistema.

(Alan Gilbert e Peter Ward)

### **3 BREVE HISTÓRICO SOBRE OS CORTIÇOS NO CENTRO ANTIGO DE SALVADOR**

A realidade da atual metrópole soteropolitana não é diferente de outros centros urbanos de maior porte, quando se fala em segregação habitacional. Salvador, primeira capital do Brasil, conhecida pelas suas riquezas naturais e pelos seus contrastes, já foi uma das cidades mais notáveis da América Latina e sustentou, durante alguns séculos, o papel de cidade mais importante do país. A cidade mais antiga do Brasil, que atualmente conta com mais de dois milhões e seiscentos mil habitantes, apresenta inúmeros problemas quanto à precariedade de moradias.

O processo de urbanização da cidade do Salvador foi reflexo da evolução dos primeiros ciclos econômicos que se beneficiaram dos aspectos físicos da cidade, a qual, desde então, se tornou cidade portuária voltada a atender às demandas de um mundo capitalista em ascensão do século XVI.

Sobre o olhar do crescimento populacional, Santos (2008) resumiu, em cinco, os períodos que marcaram a evolução da cidade do Salvador. Até o final do século XVI, chamada de fase inicial, Salvador servia apenas como centro administrativo, religioso e militar. O segundo período, que segue até o século XVIII, caracterizou-se por apresentar um crescimento lento, refletindo os primeiros esforços de valorização da cidade em expansão. No século XIX, que marca o terceiro período, a cidade apresentou um crescimento rápido e significativo, provocado pelo progresso da agricultura e sua expansão para novas áreas, pela melhor organização do espaço e pelo êxodo rural, que foi motivado pela seca. No quarto período, Salvador volta a desacelerar o ritmo do crescimento populacional, se comparado a outras cidades brasileiras, na primeira metade do século XX. As primeiras culturas comerciais entraram em crise, e a indústria estava em expansão em outras regiões; tais fatores justificam a desaceleração do crescimento populacional nesse período. Por último, no quinto período, o crescimento se intensifica novamente, fortalecido assim, pela economia agrícola do cacau. O olhar para o movimento populacional da cidade do Salvador é fundamental, já que traz consequências para dinâmica urbana e para as ocupações.

Santos (2008) constata três tipos de ocupações urbanas, desde a fundação da cidade até a década de 50 do século XX. Em sua análise,

1) A Salvador fundada como cidade em 1549, criada através de um plano, se desenvolve como função portuária até finais do século XVI; 2) Entre o século XVII e nos finais do século XIX, a cidade cresce sem plano, “a ocupação da malha urbana ocorre de forma descontínua”<sup>9</sup>; 3) O século XX é o século das grandes transformações urbanas, de ampliação das funções urbanas mas também de redefinições das funções do centro da cidade e “da introdução dos transportes modernos, o que conduz o alargamento das ruas e a abertura de praças. Na Cidade Baixa, os aterros criam áreas para a ampliação do porto, a abertura de largas avenidas, a criação de grandes praças e a construção de edifícios modernos”. (SANTOS, 2008, p.63)

Um aspecto importante é que, até o final do século XIX, diversos segmentos da população conviviam no mesmo espaço. Os bairros abrigavam escravos e libertos, mestres, artesãos e funcionários, burgueses e nobres. Os casarões destinavam-se a usos residenciais e comerciais ao mesmo tempo. Numa mesma área, eram realizados vários tipos de atividades. A partir do século XIX, percebe-se uma mudança progressiva nessa estrutura espacial e na estratificação social (MOURAD, 2011, p.84).

Vários autores, como Fernandes (1999), Pinheiro (2008), Nobre (2003), Braga (2008), Azevedo (2008), entre outros, destacam que a segregação socioespacial em Salvador inicia-se com o deslocamento da população mais abastada em busca de uma cidade inspirada no ideário europeu e com a ocupação dos espaços vazios por uma nova população, composta de migrantes da zona rural e ex-escravos.

No centro, seja na Cidade Baixa ou na Cidade Alta, os sobrados são subdivididos e alugados a muitas famílias. Mal conservados, encontram-se em péssimas condições de habitabilidade e higiene, muitos em ruínas. Normalmente, são habitados por uma população pobre, constituída de alforriados da escravidão, que conseguem a liberdade, mas não recebem ajuda alguma, nem têm condições de sobrevivência. São eles os que vivem no centro, em busca de uma oportunidade diária de trabalho. (PINHEIRO, 2002, p.22)

Com o objetivo de atender às demandas impostas pelas transformações advindas da Revolução Industrial com a introdução de novas tecnologias e com a intenção de atender às novas ordens econômicas, sociais e urbanísticas, muitos projetos de reformas urbanas foram propostos para cidade do Salvador entre os séculos XIX e XX.

A reforma urbana considerada de maior importância para os urbanistas e geógrafos brasileiros corresponde ao período de 1912-1916<sup>10</sup>. Foi conduzida pelos

<sup>9</sup> SANTOS, Milton. O centro da Cidade do Salvador. Estudo de Geografia Urbana/Milton Santos. 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Salvador: Edufba, 2008, p.56.

<sup>10</sup> É a terceira etapa descrita por Milton Santos

“ideais positivistas de Comte, centradas no saneamento, no embelezamento e na circulação como resposta a uma necessidade de estruturar a cidade”. De acordo com Peres, “a orientação nesta época era a de demolir o passado, derrubando o antigo casario e os monumentos, abrir avenidas, e conquistar espaços ao mar”. (PERES, 1974, p. 37).

Segundo Leite (1996) a reforma urbana se amparou na perspectiva de modernização, normatização, moralização dos costumes, ações de controle e regulamentação dos espaços. Na análise desse autor, o objetivo da burguesia era o de

higienização do comportamento dos pobres e trabalhadores. Isto porque se formulava uma intrincada associação entre pobreza-saúde-imoralidade ou, ainda, pobreza-saúde-promiscuidade-subversão. E havia mais, tentava-se impedir, a todo modo, a mendicância, os cultos místicos ou religiosos que não fossem católicos e as diversas formas de manifestações lúdicas populares (LEITE, 1996, p.12)

A idealização da elite durante todo o século XX era a de uma cidade europeizada e branca, porém essa aspiração esbarrava no fato de a população de Salvador ter aproximadamente 75% de negros e mestiços.

Como resposta inicial a esse contexto, foi construída a Avenida Sete de Setembro, ligando o Centro aos distritos da Vitória e da Barra, territórios que acolheram os comerciantes estrangeiros.

Para Leite, um dos problemas causados pelas intervenções foi

a falta de habitações e a alta dos aluguéis, preocupações que atormentavam a vida de muitas famílias [...] fatos denunciados com insistência, visto o ônus que passaram a representar no orçamento doméstico das classes populares e média baixa. Vários meses passados de remodelação, afirmava-se taxativamente nos jornais que há quase dois anos que o povo não tem onde morar. (A Tarde, 21/08/1913, apud LEITE, 1996, p. 69-70)

Verifica-se ainda, segundo Vasconcelos, que a ação do governo para retirar, “em 1933, as meretrizes do bairro de São Pedro para o Maciel, no Pelourinho, contribuiu para o declínio da parte norte da Cidade Alta, sobretudo a que não foi tocada pelas reformas urbanas” (VASCONCELOS, 2003, p.116).

De acordo com Wipfli,

Uma das consequências mais cruéis dessa territorialização da prostituição foi a estigmatização territorial que recaiu sobre toda a população residente na área. Esta área, identificada como local de prostituição e abrigo de marginais,

abrigava também grupos pobres que exerciam geralmente trabalhos inconstantes e de baixa renda – os subempregos, os operários e semioperários, desempregados e biscateiros, as lavadeiras e as costureiras, além de pequenos comerciantes, donos de botequins, vendedores de alimentação (WIPFLI, 2001, p.102).

Conforme Gordilho-Souza (2009)

[...] até a década de quarenta do século XX, a Cidade do Salvador, na sua área continental, guarda no seu território as características de cidade colônia [...] a partir de então nasce a Salvador moderna, [...] com a implantação das primeiras avenidas de vale; a partir da década de 1950, abre também outras áreas de expansão que começam a ser ocupadas, além dessa área antiga da cidade, atingindo áreas da Orla, como Ondina, Rio Vermelho e Pituba, bem como a ampliação da periferia urbana, na direção do Miolo da cidade e do Subúrbio Ferroviário [...]. (GORDILHO-SOUZA, 2009, p. 14).

### Figura 3 - Imagem do Centro Histórico – Pelourinho 1952



Fonte: IBGE/ Autores: Faludi, Stivan; Santos, Lindalvo Bezerra dos

Torna-se relevante destacar que, em 1850, foi aprovada a Lei de Terras no Brasil. Por meio desta, o acesso a essas terras recém-liberadas no mercado passaram a apresentar um elevado custo, através do qual apenas uma pequena parcela da população teria condições de adquirir esses espaços, visto que o alto custo para posse desses terrenos impedia que ex-escravos (recém-libertos), imigrantes e trabalhadores livres tivessem acesso a esses lotes. No espaço urbano, “a transformação do solo em mercadoria com a Lei de Terras possibilitou, já na década de 1939, o surgimento dos primeiros loteamentos privados” (REBOUÇAS, 2012). Ainda segundo a autora, esse

foi um dos fatores que colaborou para ocupação de terras afastadas do centro da cidade, “o que contribuiu para o gradativo processo de esvaziamento da população da área central”. Esse movimento de abertura de terras no mercado é um dos fatores que historicamente tem movido os vetores de desenvolvimento da cidade.

Além dessas transformações que provocaram impactos diretamente no Centro Antigo, soma-se, conforme análise de Fernandes, “o novo modelo de expansão urbana, advinda da mudança do padrão de crescimento de Salvador para uma lógica industrial – metropolitana, (...) marcada por diversas ações intraurbanas que aceleram ainda mais o processo de perda de ritmo de crescimento da área central da cidade” (FERNANDES, 2008, p.30).

Na década de 1970, o processo de esvaziamento, fragmentação e deslocamento de funções, bem como de popularização do Centro Antigo, acentuou-se, segundo Carvalho & Pereira com a consolidação de

[...] um novo centro urbano, impulsionado por empreendimentos públicos e privados (...), destacando-se a construção da Av. Paralela, do Centro Administrativo da Bahia, da nova Estação Rodoviária e do Shopping Iguatemi. Essa nova centralidade não apenas direcionou a expansão urbana no sentido da orla norte, como teve impacto na dinâmica do centro tradicional na área antiga da cidade, contribuindo para o seu gradativo esvaziamento. (CARVALHO & PEREIRA: 2001, p. 85).

**Figura 4 – Casarão subdividido do Maciel, aproximadamente na década de 1970**



Fonte: Acervo do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia, IPAC, Museu Tempostal. (apud URIART, p. 386, 2019)

O olhar para o Centro Histórico de Salvador, sobre a perspectiva da preservação e recuperação do seu patrimônio histórico e arquitetônico, ocorreu em 1969 com o primeiro plano de recuperação, “essas iniciativas de preservação do patrimônio por parte do Estado podem ser entendidas como uma reação do processo de modernização da economia do capital”. (REBOUÇAS, 2012, p.24). É importante ressaltar que o programa de requalificação foi elaborado com o objetivo de atender as demandas do Estado, que tinha como principal interesse dinamizar o turismo naquela região. As ações de cunho social e político voltadas a população local, eram pequenas se comparadas com as propostas para as atividades turísticas e comerciais da região.

Embora o Centro Histórico tenha sido ao longo do tempo objeto de diversos projetos de recuperação, os investimentos públicos realizados entre 1969 e 1985 não foram capazes de reverter o estado de degradação do centro e, conforme análise de Sant’Anna, as intervenções conduziram “a apropriação como um centro turístico e cultural, no início dos anos 90”. Caracterizado por “um forte movimento cultural negro que animava e dava vida ao lugar, mas a deterioração física e social de áreas como Maciel, Passo, Saldanha e trechos da Barroquinha era profunda.” (SANT’ANNA, 2003, p.45).

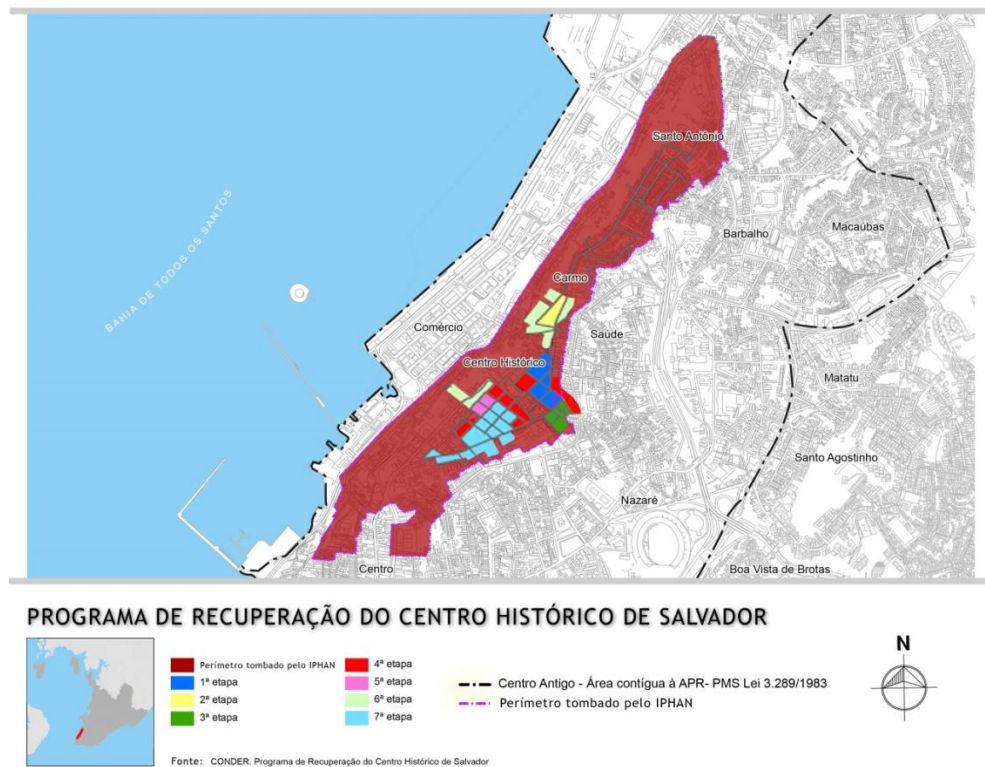
Foi no início da década de 1990 que o conjunto de intervenções proposto pelo programa de recuperação do Governo do Estado da Bahia marcou o Centro Histórico de Salvador. Esse programa foi dividido em sete etapas, “seu termo de referência foi elaborado no ano de 1991 pelo IPAC e apresentado em 1992 ao então governador Antônio Carlos Magalhães”. (REBOUÇAS 2012)

Para Fernandes,

O Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador [...], concebido em 7 etapas, visava realizar uma intervenção de monta no coração do centro antigo, abrangendo cerca de 12 hectares – justamente a área mais degradada e a que continha maior número de exemplares de arquitetura colonial e barroca –, e que transformasse de forma drástica os moldes e as características do processo de reprodução da área, recuperando-a e reinserindo-a numa dinâmica mais condizente com a nova lógica de preponderância do turismo na condução do desenvolvimento da cidade. (FERNANDES, 2006, p. 5)



**Figura 5 - MAPA 2 – Mapa do perímetro tombado pelo IPHAN e das sete etapas de recuperação do Centro Histórico**



Fonte: MOURAD, 2011

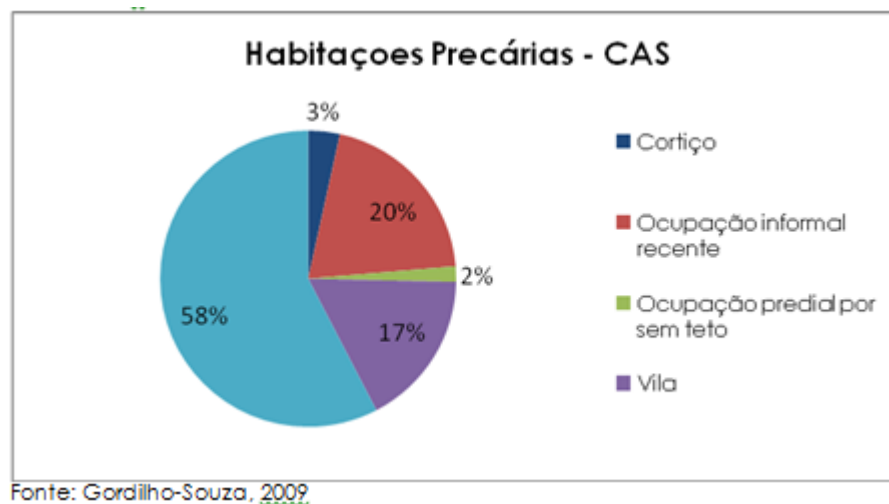
Ressalta-se o fato de, na 7ª Etapa do Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador, a restrição do uso habitacional nas quatro etapas iniciais desse programa. Conforme Gomes e Fernandes, “A restrição acentuada ao uso habitacional constituía, a nosso ver, parte essencial da proposta então desenvolvida, na medida em que ela permitia expulsar, sem maiores delongas, grande parte da população que ainda habitava o Pelourinho, em condições, no mínimo, precárias” (GOMES e FERNANDES, 1995, p. 48), já que esses moradores não constituem a classe com potencialidade para consumo, foram menosprezados aos olhos dos gestores. Contudo, muitos empresários, após a retirada da titularidade de prédios residenciais, receberam imóveis com fins comerciais e foram beneficiados com anistia de dívidas e incentivos fiscais (PINHEIRO, 2011).

Conforme estudo realizado por Mourad, “as propostas de intervenção foram marcadas pela expulsão de 3962 famílias pobres, e na maioria negras, moradoras do Pelourinho, desde o início do processo de Recuperação do Centro Histórico de Salvador, em 1992 até 2004”. (MOURAD, 2011, p. 20)

A análise realizada por Gordilho-Souza mostra que

[...] levantamento de uso e ocupação do solo no Centro Antigo de Salvador realizado em 2009 indica que do total de 16.687 registros, 10.935 correspondiam à função residência. Desse número, 28% são edificações em condições de habitabilidade precária, construídas em ocupações informais nas encostas, vilas, cortiços, além das ocupações prediais dos movimentos de sem-teto. (GORDILHO-SOUZA, 2009, p. 81).

**Gráfico 2**



Os cortiços em Salvador, em especial no Centro Antigo, são heranças de antigos casarões e/ou sobrados que atendiam aos interesses da elite comerciante e dos tradicionais nobres até o século XIX. Preocupados com os surtos de doenças que acometiam a sociedade naquele momento, a busca por áreas que se distanciassem dos ambientes insalubres e pouco arejados do centro se tornou uma realidade. Acrescido a outros fatores, como a busca por novos padrões arquitetônicos que emergiam naquele contexto de renovação do espaço urbano soteropolitano, juntamente ao avanço dos meios de transporte e a expansão do mercado de terras, a população de alta renda se deslocou para as novas casas nos bairros da Vitória, Graça, Barra e Canela.

As péssimas condições nos padrões sanitários desses imóveis foram ambientes férteis para que os surtos de doenças se tornassem uma realidade entre seus habitantes no início do século XX. A ausência de saneamento básico trouxe um quadro desesperador para cidade. As disputas políticas ignoravam as reais necessidades da sociedade, e o quadro de insalubridade era assustador.

O imobilismo das autoridades baianas diante da comprovada virulência daquele morbo evidencia as intrincadas relações no âmbito o poder público, relacionando-se à necessidade de preservação de uma imagem de 'salubridade' daquele porto agroexportador e à falta de recursos técnicos e financeiros para implementar as ações de saúde coletiva. (SOUZA, 2005, p.95)

No início do século XX, uma das epidemias que acometeu a cidade de Salvador foi a Influenza Espanhola. As condições precárias da cidade naquele período favoreceram um surto e a morte de muitas pessoas. Apesar da repercussão dos primeiros rumores sobre a doença que acometera a cidade naquele momento, as autoridades não deram a devida atenção. Sobre essa realidade, Souza elucida que “tratava-se apenas de uma enfermidade familiar à sociedade baiana que, até então não tinha apresentado graves consequências. Portanto, em um primeiro momento, o governo baiano, assim como os governantes de outras partes do mundo, assumiu uma postura passiva” (SOUZA, 2005, p. 82).

Mesmo sabendo que a população desfavorecida era a mais prejudicada com a calamidade que acometia a metrópole soteropolitana, as epidemias alcançavam toda a sociedade, como expõe Souza, “as epidemias afetavam ricos e pobres indistintamente, [...] as endemias eram um fator de entrave ao desenvolvimento econômico do país”. (SOUZA, 2005).

Sobre o deslocamento da população abastada para novas regiões da cidade, Milton Santos ratifica que: “Para o sul, surge o bairro da Vitória, construído por grandes e belos palacetes, rodeados de jardins, residências de uma burguesia enobrecida pela exploração da terra.”(SANTOS, 2012)

Mais tarde, os casarões e sobrados do CHS, deixados pela população nobre, foram subdivididos em cômodos para atender à demanda de uma nova parcela da população, não mais os nobres detentores do capital, e sim indivíduos desabastados de recursos que procuravam trabalho e melhores condições de vida, como os migrantes da zona rural, famílias dos proletários que trabalhavam nas crescentes indústrias da época, os escravos libertos ou qualquer outro grupo descapitalizado que necessitasse morar na região central sem muitos custos.

Como já explicitado neste capítulo, a evasão da população tradicional para esses novos bairros que estão emergindo com as intervenções urbanas e a formação de uma segregação socioespacial da cidade só começam a acontecer no último quarto do século XIX. Sobre esse quadro populacional do passado, Pinheiro (2011) afirma que, no espaço físico da urbe, considerando a topografia cidade alta e cidade

baixa, a maioria da população se concentrava na parte alta da cidade e declara que, até o final do século em destaque, a população vivia misturada, independentemente de sua posição social e econômica. A autora reitera que os bairros abrigavam escravos, libertos, funcionários, artesãos, burgueses e nobres que compartilhavam de uma mesma área e que realizavam vários tipos de atividades.

A notoriedade da segregação socioespacial que estava se desenhando na cidade desde então não era apenas expressa pelas fronteiras dos diferentes bairros, existia uma separação dentro dos próprios sobrados, motivadas por questões raciais, sociais e econômicas.

Os sobrados, cuja subdivisão espacial acarretaria graves problemas de salubridade, aparecem como moradia de escravos e libertos envolvidos na revolta de 1835, conhecida como levante dos Malês. Na ocupação dos diversos andares dos sobrados, chama a atenção o aparecimento de uma hierarquização racial e social, quando se observa a distribuição dos seus moradores. (CARDOSO, 1991, p.59)

Nos andares mais altos, localizavam-se os trabalhadores brancos, casados pela Igreja Católica e funcionários públicos. Já os andares mais baixos eram habitados pelos crioulos, migrantes e até mesmo os escravos recém-libertos. É relevante destacar que neste trabalho, no tópico quatro, em que se aborda sobre os cortiços nos dias atuais e o perfil dos seus moradores será explanada essa mesma estratificação social dentro desses imóveis de aluguel, porém induzida por novos fatores.

### **3.1 A projeção de uma nova cidade e a invisibilidade dos cortiços**

A projeção de uma nova cidade, contemplada a partir da implantação dos meios de transporte, das reformas urbanísticas, da expansão dos novos bairros, do aumento do número de moradias e do próprio crescimento da população resultam de uma dinâmica natural e de forças advindas da atuação dos diferentes agentes públicos e privados, atuantes naquele período entre os séculos XIX e XX. Esse conjunto de melhorias passou a dinamizar a circulação das pessoas, do mercado e dos serviços urbanos. Reflexo dessa nova forma de produzir a cidade.

Apesar dos projetos de revitalização da cidade para uma nova urbe, é importante destacar que os primeiros planos de revitalização não foram suficientes para mudar os fortes traços coloniais e escravistas que ainda persistem nas paisagens

de Salvador. Essas transformações não foram rápidas, passaram por mudanças lentas que aos poucos introduziam a cidade num novo cenário. Tentar mudar essas peculiaridades do passado era fundamental para conquistar uma cidade moderna no início do século XX, entre os anos 1912-1916.

Segundo Pires (2011), “A elite crê que romper com o passado colonial, introduzindo novos modelos arquitetônicos, em moda na Europa, é a melhor maneira para se alcançar a modernidade e o progresso”. Essa ansiedade da população na implantação de um novo padrão urbano manifestou-se com o resultado da pesquisa realizada pelo Jornal de Notícias no período entre 18 e 25 de junho de 1912.

‘Higiene nas ruas’, ‘Saneamento geral e esthetico’, ‘Approvo o remodelamento completo de todo o districto da Sé’, ‘Ruas largas e iluminadas’, ‘Architectura, mas architectura de um novo estylo moderno’, ‘De tudo quanto precisa de uma cidade moderna’, ‘Avenidas, calçamentos, edificios’, ‘Melhoramentos materiais’ (JORNAL DE NOTÍCIAS apud PIRES, 2011, p. 215)

Com o avançar dos anos e com a evolução da cidade, novas áreas foram recebendo estímulos, novos centros comerciais foram sendo criados, e o antigo centro, o centro tradicional da cidade, vivenciou uma acentuada desvalorização, depreciação e degradação. Importantes projetos foram idealizados e implantados com o objetivo de revitalização social, cultural e econômica dessa área, todavia a maioria desses projetos, na prática, não beneficiava todos, e os maiores prejudicados são os moradores, não mais as famílias ricas que deixaram o local e migraram para novos bairros a partir do século XIX, e sim habitantes desprovidos de recursos que transformaram muitas dessas habitações antigas em verdadeiros cortiços.

Os cortiços, que integram a paisagem do Centro Antigo na atualidade, são marcas deixadas ao longo dos anos no território. Esses casarões fazem parte da história contada através das construções – histórias de conflitos, histórias de racismo, histórias de desigualdade. O termo “rugosidades”, utilizado por Milton Santos, entrelaça-se perfeitamente com a realidade desses antigos casarões, eles existem nas paisagens como se fossem marcas deixadas na cidade ao longo dos anos, são “rugas” que contam histórias de um passado.

As rugosidades que são representadas através dos espaços construídos foram transformadas no percurso do tempo histórico e passaram a compor as paisagens da atualidade. Esse “espaço, portanto, é um testemunho; ele testemunha um momento de um modo de produção pela memória do espaço construído, das coisas fixadas na

paisagem criada” (SANTOS, 2008, p. 138). Ainda à luz de Milton Santos, o espaço é uma forma durável que não se desfaz com as mudanças dos processos, alguns processos passam a se adaptar às formas preexistentes, como aconteceu com os cortiços do centro da cidade.

No Centro Antigo de Salvador, os casarões foram abandonados e muitos se encontram degradados, pela própria ação do tempo. Na maioria das vezes, esses imóveis não são valorizados por se tratarem de construções consideradas obsoletas, ultrapassadas, fora de um padrão estético arquitetônico contemporâneo. É relevante acentuar que, apesar da não valorização desses imóveis, eles contam uma história do passado e trazem consigo riquezas materiais e imateriais para cidade.

Nas cidades brasileiras encontram-se testemunhos absolutamente incríveis de territórios e ambientes construídos que foram progressivamente sendo abandonados. Isto ocorreu por terem sido considerados velhos, obsoletos e fora das possibilidades de colocação nos “mercados imobiliários” cada vez mais ajustados aos desejos de lucro das empresas e de consumo dos grupos mais afortunados das populações urbanas metropolitanas. (SCHWEIZER, 2011, p.136)

“As edificações antigas são sacrificadas” Schweizer (2011) afirma ainda avaliando que esse sacrifício é uma consequência da imposição de uma falsa visão desenvolvimentista, que valoriza apenas os empresários, o capital, incentiva a especulação imobiliária e despeja moradores antigos, desprovidos de recursos que não se “encaixam” nesse novo padrão mercadológico.

Nesse mesmo contexto, o mercado atua de tal forma que não é mais visto como uma área restrita de trocas ou de comércio local. Com o advento do mundo capitalista, o olhar mercadológico avança de maneira que transpassa as diferentes esferas, desde o âmbito social, cultural até o econômico, tudo passa a ser visto como fonte de lucro e de renda. E não seria diferente com as questões habitacionais.

Reconhecendo o valor histórico, artístico e cultural do Centro Histórico da cidade e visando uma maior visibilidade para esse espaço, como já mencionado neste trabalho, os projetos desenvolvidos priorizaram o turismo como uma das atividades econômicas a serem intensificadas. Este lugar “torna-se um cenário para dinamização do consumo, e a rua, espaço público por excelência, converte-se em rede organizada e disputada pelo/para o consumo”. (CIFELLI; PEIXOTO, 2012). As intervenções governamentais sobre a perspectiva mercantilista acobertaram os reais problemas sociais que ainda eram significativos na região. Os moradores foram excluídos desse

processo de “turistificação”, as reformas visavam apenas à melhoria da infraestrutura e os reparos das edificações, a preocupação com uma estética mercadológica era o cerne principal. A população local foi destituída dos seus meios de sobrevivência como consequência dessa operacionalização turística, “já que o comércio popular foi preterido em detrimento dos incentivos para favorecer a instalação de estabelecimentos comerciais e serviços voltados para o turismo” (CIFELLI; PEIXOTO, 2012). O reforço policial foi uma das formas que o governo encontrou para evitar que ambulantes malquistos circulassem no centro. A permanência de vendedores nas ruas só seria possível mediante cadastro e autorização prévia da prefeitura, a qual cobraria uma taxa que deveria ser paga antes da abertura do processo. Não só os ambulantes como as baianas de acarajé deveriam preencher formulários e seguir legislações condizentes com as atividades realizadas<sup>11</sup>.

**FIGURA 6: Centro Histórico – Área central**  
**A elitização do espaço e o policiamento atuante nas áreas turísticas**



Fonte: Deise Borges, 2019.

Apesar de a imagem representar uma linguagem não verbal, os signos e os sinais presentes nas fotos acima compartilham inúmeras informações. Região central, muitos turistas, policiamento, um cenário típico de um espaço voltado ao mercado e

<sup>11</sup> Disponível em: <<http://www.ordempublica.salvador.ba.gov.br/index.php/mercados-e-feiras-municipais>>. Acessado em: 18 dez. 2019.

ao consumo. Cabe, nesse contexto, uma reflexão muito além de uma análise superficial, outras leituras podem e devem ser feitas. Transcorreram-se os séculos, mas o estreitamento do espaço/tempo não conseguiu ser feito. Atualmente ainda se vive uma “apartheid”, mesmo que de forma velada. Não há mais os sujeitos escravizados no sentido literal da palavra, mas ainda existem os grilhões que, embora não sejam de ferro, são de outra natureza. São os grilhões que aprisionam uma parcela da população, principalmente a população pobre, a população negra, a população segregada que não se encaixa no perfil de consumidores daquele espaço, são os que estão ali para servir, os que são explorados, os excluídos, que não se sentem pertencentes àquele território que outrora tinham como referência de identidade.

Para o aprofundamento da pesquisa e como estratégia de aproximação da atual realidade do Centro Histórico de Salvador, alguns relatos dos trabalhadores e moradores foram fundamentais. Trabalhadora do Pelourinho, vendedora há mais de 20 anos, não mora no bairro, mas trabalha na loja do irmão. Apesar de não residir próximo ao trabalho, considera-se uma conhecedora da dinâmica do Centro Antigo, uma vez que transita por lá todos os dias. Ao ser indagada sobre as reformas que aconteceram na região, a vendedora argumentou que ocorreram melhoras “*os antigos casarões estavam muito desgastados*” e reitera que a reforma beneficiou principalmente os comerciantes. Afirma ainda que os moradores lutaram, “*eles não queriam sair dali, eles lutaram contra essas reformas*” A vendedora relembra o episódio e relata que vários moradores da Rocinha interditaram as ruas tentando impedir as obras, mas infelizmente não resultou em nada, não sabe afirmar qual foi o destino deles, apenas continua a conversa declarando que “*tinham famílias decentes, mesmo sendo uma área de muitos drogados*”. A região do Centro Histórico da cidade, principalmente o Pelourinho, tornou-se uma área de grande concentração de problemas sociais, como a criminalidade, a prostituição, a violência, o tráfico de drogas e a marginalidade social (CIFELLI; PEIXOTO, 2012).

Uma última pergunta foi feita a essa trabalhadora do local: Quando você ouve a palavra Pelourinho, o que vem a sua mente? Ela não precisou parar para refletir, a primeira palavra que saltou foi: “*turismo!*”, mas afirmou logo em seguida que a pobreza é uma realidade.

Outra pessoa entrevistada, que trabalha no centro histórico há mais de 40 anos e que sempre morou no Centro Antigo da cidade, ao ser indagada sobre a existência



de cortiços naquela região, afirmou imediatamente que sim. Ela pegou um papel e desenhou um mapa identificando aproximadamente onde esses cortiços permanecem. *“Isso não tem em nenhum mapa oficial”* afirmou a vendedora após desenhar o mapa. Ela afirmou que, apesar do processo de regularização que muitas casas estão passando, os cortiços ainda são uma realidade do Centro Antigo de Salvador, e continua sua fala assegurando que esses casarões no formato de cortiços estão diminuindo *“porque os casarões caem e, se não caem, os moradores continuam lá”*. Afirma ainda que a rua Ruy Barbosa também é uma área que tem cortiços, *“Você não vai encontrar cortiços nas áreas centrais e nas ruas principais.”* Essa observação é relevante, afinal as áreas centrais e as ruas principais foram áreas fomentadas pelo governo para a dinamização econômica.

**FIGURA 7: Imagem de satélite da rua Ruy Barbosa**



Fonte: Google Maps – Disponível em:

<https://www.google.com/maps/place/Rua+Ruy+Barbosa>. Acessado em 18 dez. 2019

A última frase da vendedora, a segunda entrevistada, ratifica o olhar mercadológico desprendido para esses espaços. Como já exposto, os agentes públicos e privados atuam em prol do capital e do potencial de exploração e acumulação de riquezas naquela região e há, por conseguinte, um descaso para com a população moradora menos favorecida.

Em suma, Milton Santos (2012), em sua obra sobre o Centro Histórico da Cidade do Salvador, resume em quatro fortes fatores que contribuíram para formação desses cortiços no Centro Histórico de Salvador.

O primeiro fator está na reorganização familiar do passado, que foram atraídas por novos modelos de casas que emergiam e que dispensavam a possibilidade de numerosos escravos, não precisando assim daquele formato de sobrado construído para atender essa realidade; o segundo fator, dentre os benefícios trazidos pela introdução dos novos meios de transporte, as pessoas de maiores posses se mudaram para bairros mais afastados do centro, inspirado no ideário europeu; como terceiro fator, a perda da importância e do papel dos antigos casarões que passaram a ser utilizados por uma nova classe desprovida de recursos; e por último, o quarto fator, a baixa rentabilidade desses imóveis que, para os proprietários, passam a não ser rentáveis, pois não veem vantagens em cuidá-los, tornando-se casas cada vez mais sórdidas.

Ainda sobre o surgimento dos cortiços no Centro Histórico Cifelli e Peixoto (2012) afirmam que “ao longo do século XX, o adensamento da pobreza e da deterioração física do Centro Histórico resulta numa estigmatização da área que passou a ser como área de prostíbulo e cortiços”. (CIFELLI; PEIXOTO, 2012)

Segundo Pedro Vasconcelos, dentre os motivos para a formação dos cortiços no Centro Antigo de Salvador, a abolição da escravidão, em 1888, também contribuiu de forma significativa para as transformações que acometiam a cidade. Visto que a manutenção dos antigos casarões dependia dos escravos, desde então, esses imóveis começaram a passar por um processo de abandono e decadência, assim muitos dos sobrados tornaram-se verdadeiros cortiços (VASCONCELOS, 2016).

Em suma, ao passear pelos séculos XVI ao XXI, pode-se perceber que o espaço urbano sofreu transformações significativas cujas influências são das mais diversas ordens: políticas, arquitetônicas, fundiárias, culturais entre outros, no entanto, o que fica em segundo plano é a população que, sem escolha alguma, vive nos cortiços, sem destino certo, às vezes ainda, “sem identidade”, obrigada a romper com seus laços afetivos, criados com o material e o imaterial desse lugar.

Cabe pontuar que esse fluxo é fruto de um sistema capitalista vigente no país desde a colonização, que perdura até o século atual e impõe ao Centro Histórico da cidade, em destaque o Pelourinho e a outros espaços historicamente valorosos uma

dinâmica excludente, na medida em que pintam as fachadas dos casarões, impulsionam o turismo, mas não se preocupam com o morador local.



A desvalorização do mundo humano aumenta em proporção direta com a valorização do mundo das coisas.

(Karl Marx)

## 4 A DINÂMICA DOS CORTIÇOS NOS DIAS ATUAIS

A heterogeneidade é um traço marcante da característica dos moradores dos cortiços. Olhar para esse tipo de habitação e acreditar que existe um único padrão que caracteriza seus moradores, seria um grande equívoco, já que, em pesquisas mais recentes em grandes cidades brasileiras, pode-se observar outra realidade.

Este quadro das condições de vida dos moradores dos cortiços reforça a ideia de heterogeneidade e diversidade como características principais deste grupo social, tornando impossível e incorreto construir um tipo ideal do morador do cortiço. (SANTOS, LACERDA, WERNECK & RIBEIRO 2017).

Dentro dessa heterogeneidade se encontram: aposentados, inativos, solteiros, imigrantes e trabalhadores que muitas vezes escolhem morar nesses centros devido às facilidades encontradas, como, a mobilidade urbana, a proximidade com os mais diversos serviços e por terem acesso, no caso de alguns imóveis, aos serviços de água e energia elétrica coletiva sem custos adicionais. Em suma, uma estratégia para morar no centro sem gastar muito.

Não se pode perder de vista que a maioria dos moradores de cortiços ainda se encaixa no padrão de trabalhadores informais, transeuntes, desempregados entre outros segregados que não apresentam condições de custear por um imóvel bem localizado com custos elevados.

Em grandes capitais brasileiras, o levantamento feito por vários autores como Vêras (2016), Kowarick (2016), Ribeiro (2017), Santos (2017), Amore (2018) entre outros, sobre as atuais regiões encortiçadas, trouxeram diversas contribuições, dentre as quais, olhares acerca da invisibilidade desses espaços, os movimentos sociais, a luta por moradia e a humilhação, subalternidade, segregação a que seus moradores são submetidos. A consecução de renda de forma indevida dessas unidades, também foi contemplada por esses escritores. Mesmo se tratando de construções precárias, os proprietários desses imóveis tiram proventos dessas habitações.

Como se trata de imóveis em geral deteriorados, mesmo situados em áreas valorizadas, seus donos parecem constituir parcelas do capital rentista, nem sempre logrando possibilidades de incorporação do local para outros empreendimentos mais lucrativos. (VÉRAS, 2016).

#### 4.1 NOVAS QUESTÕES SOBRE OS CORTIÇOS NO CENTRO ANTIGO DE SALVADOR

Faz-se necessário esclarecimento acerca das tipificações das modalidades reconhecidas enquanto cortiços e ocupações existentes no Centro Antigo de Salvador, uma vez que existem semelhanças tanto do aspecto físico quanto do social e econômico, incluindo a semelhança no perfil dos seus habitantes, mas, apesar de se referir a mesma tipologia de habitação, ocupações e cortiços não significam a mesma coisa.

A população desprovida de recursos, que não conseguem subsidiar os gastos com aluguel, passa a ocupar espaços (terrenos, prédios, casas) principalmente em centros urbanos das cidades metropolitanas. Muitos deles, no processo de ocupação, estão organizados junto a movimentos como o Sem Teto que, na década de 1990 eram comuns nas grandes cidades brasileiras (URIARTE, 2019).

Os moradores dessas ocupações partilham do mesmo sentimento, eles vivem em um contexto de indeterminação permanente, não conseguem se apropriar do lugar, criar raízes e até mesmo promover melhorias, em detrimento da possibilidade do despejo a qualquer momento por mandato judicial de reintegração de posse (URIARTE, 2019). A vida nesses espaços ocupados é precária. A clandestinidade para obter o fornecimento de água e luz, o compartilhamento dos espaços comuns, um ambiente de insalubridade e pobreza reproduzem as condições inadequadas de moradia dessas ocupações. São moradores que vivem uma realidade de insegurança, de medo, conforme evidencia o seguinte relato: *“Eu quero ter minha casa, a vida na ocupação é difícil, sempre deixa a desejar, começa com alegria e termina com tristeza, é muito ilusão, é doloroso”*.<sup>12</sup>

Apesar da semelhança entre as ocupações e os cortiços, é a relação de inquilinato que os distingue. Os habitantes que vivem nos cortiços, mesmo que com valores mais baixos, pagam aluguéis para residirem em seus cômodos.

No Centro Antigo de Salvador, foram identificadas essas duas realidades: a primeira retrata os casarões antigos onde seus moradores não precisam custear para residirem nestas habitações. Esses moradores fizeram parte dos movimentos sociais que culminaram na conquista de suas moradias após anos de luta.

---

<sup>12</sup> Trecho extraído de uma pesquisa etnográfica realizada no Centro Histórico da cidade do Salvador pela professora Urpi Montoya Uriarte. CADERNO CRH, Salvador, v. 32, n. 86, p. 383-393, Maio/Ago. 2019.

A segunda realidade refere-se aos cortiços que existem como moradias de aluguel, realidade presente não só em Salvador, como nos grandes centros urbanos do Brasil. Refletindo esse assunto, Kowarick (2016) afirma: “Casarões antigos com frequência transformam-se em moradias com maior número de cubículos, acarretando lucro derivado da exploração do imóvel, bastante superior que o obtido em um apartamento unifamiliar.”

Analisando a segunda realidade apresentada, serão considerados apenas os imóveis que se enquadram no perfil de habitação de aluguel, não serão analisadas as ocupações por movimentos sociais que ocorreram no Centro Antigo, pois, as mesmas não apresentam uma relação de inquilinato.

Confirmando o perfil do cortiço enquanto imóvel com perfil de aluguel, Verás (2016) afirma que seu traço forte é a relação de inquilinato, que pode ser chamada também de “inquilinato selvagem”, visto que essa relação de aluguel dispensa formalidades contratuais. Destaca ainda que, do ponto de vista dos moradores dos cortiços, “a ausência de condições para integrar o mercado formal de locação – como documentos, emprego, renda estáveis, além de fiador [...] os induzem a aceitar uma situação de informalidade”. (VERÁS, 2016)

Sobre os cortiços, é comum os proprietários destes imóveis deixarem uma pessoa responsável pela manutenção, pela cobrança e o repasse dos valores dos aluguéis aos seus donos. Esses proprietários, apesar de na maioria das vezes não residirem nos imóveis e não se preocuparem com a manutenção deles, recolhem fielmente seus aluguéis.

Um aspecto observado na análise dos cortiços no Centro Histórico da cidade é a variação na tipificação. Essa averiguação ocorre apenas para classificá-los enquanto elementos que exemplificam diferentes tipos de apropriações desses imóveis, todavia todos são classificados enquanto cortiços. As tipologias mais comuns encontradas no Centro Antigo da cidade se resumem em três: 1) Ocupações que se tornaram cortiços: Imóveis ocupados que se tornaram cortiços. Uma pessoa, ou um grupo de pessoas, se apropriam do imóvel sem autorização do proprietário, fazem a gestão daquele imóvel e passam a cobrar de outras pessoas para residirem ali. Esse foi o tipo de cortiço retratado pelo filme *Ó Paí Ó*, onde a gestora do imóvel, que tem o controle da água, dos serviços fornecidos e que recebe o pagamento do aluguel cobrado, não é a proprietária legal do espaço, como esclarecido por ela no filme, aquele prédio representa uma ocupação que se tornou um cortiço. A relação dela com

a propriedade é de posseira, e a relação dela com os moradores é de inquilinato. 2) Imóveis públicos que se tornaram cortiços: Imóveis que pertencem ao governo, mas que através da apropriação irregular por terceiros, que o utilizam como obtenção de lucro, sublocando-os para outras pessoas, na maioria das vezes sem o consentimento do Estado. 3) Imóveis particulares que se tornaram cortiços: Proprietários ou inquilinos que sublocam os cômodos da habitação para terceiros.

Para melhor compreensão do perfil desses imóveis, a metodologia adotada para este trabalho teve como ponto de partida a análise de três unidades de cortiços que servirão de auxílio para reflexão crítica em torno dessa realidade. Apesar do recorte dos três imóveis, outros cortiços referidos pelos moradores também serão registrados.

#### 4.1.1 IMÓVEL 1

Fica mais fácil compreender a dinâmica e os conflitos dessas habitações quando nos aproximamos dos antigos e atuais moradores do Centro Antigo de Salvador. Em uma das entrevistas de campo, uma antiga moradora e atual frequentadora do Centro Antigo da cidade rememora os problemas inerentes a essa modalidade de moradia. Através do primeiro relato, ela descreve uma ocupação que se tornou um cortiço, *“um grupo de pessoas ocupou o casarão, e eles viviam do sistema de compartilhamento desses espaços”*. A entrevistada afirmou que apenas os cômodos dos quartos eram privados, mas todos os outros espaços eram compartilhados, como a cozinha, o banheiro e a sala. Segundo a moradora, esse casarão localiza-se na Ladeira do Passo. O segundo caso referenciado pela entrevistada retrata um imóvel herdado da família que foi subdividido em cômodos para locação. Situações como essa eram bem comuns no passado, na medida em que são habitações muito antigas do centro da cidade. Os moradores desta habitação não se consideravam moradores de cortiços, *“eles chamavam de pousadas”*, visto que a “definição” desse perfil de habitação é mais aceita e menos estigmatizada do que os cortiços. Eram pessoas que não podiam pagar para residirem em lugares mais caros. Ela reiterou que *“na verdade não é uma pousada, é um “muquifo”, um lugar horrível, que se aluga um quarto e divide os espaços coletivos”* afirma ainda que *“tinham muitos estrangeiros que vinham na condição de explorar a arte”*. Esses



turistas chegavam a Salvador com o objetivo de conhecer a sua riqueza e o seu carnaval, uma vez que “a comercialização da cultura afro-baiana, difundida por meio de espetáculos artísticos e musicais e de uma série de mercadorias expostas nas fachadas das edificações” (CIFELLI; PEIXOTO, 2012) atraía esse público. A moradora que viveu muito tempo próximo a essas pessoas declara que muitos deles passavam a fazer parte dos projetos culturais locais, e que outros vinham para estudar a música local. Inclusive relata sobre um musicista que investigava ritmos brasileiros e que não tinha condições de custear por outra moradia, então foi morar nesse cortiço. Sobre essa realidade, vale ressaltar que a popularidade dos artistas baianos de expressão mundial, como o Olodum, expressa um interesse mercadológico estratégico para o Centro Histórico, em destaque o Pelourinho. (CIFELLI; PEIXOTO, 2012).

Os moradores dos cortiços, durante as entrevistas, expressaram dificuldades em adquirirem serviços básicos, como ligações de água ou de luz, dentro dos critérios legais. Desse modo, torna-se importante refletir sobre as contradições atuais dos cortiços. Em um mundo tecnológico, com tantos avanços, tantas pessoas ainda enfrentam sérios problemas para terem acesso aos conjuntos dos serviços básicos essenciais para vida.

Além das dificuldades de acesso a esses serviços básicos, o processo de individualização, regulamentação e possíveis desmembramentos dessas instalações também se tornaram um grande problema para essa população.

Quando algum morador desse tipo de habitação tenta realizar a regularização de suas ligações ou até mesmo o desmembramento de suas contas para obter um comprovante de residência, a burocracia exigida pelos órgãos responsáveis é tão grande que muitos desistem e preferem seguir com suas ligações clandestinas. Muitos desses imóveis apresentam muitos débitos, com matrículas e registros antigos que, ao solicitarem uma nova ligação para o endereço, esses débitos são encontrados e precisariam ser quitados para realização de qualquer serviço. Como normalmente são valores extremamente elevados, corrigidos com juros elevadíssimos, esses moradores desistem do processo de regularização e seguem na clandestinidade.

Outro problema fruto da não regularização junto às concessionárias de energia elétrica e de abastecimento de água é a não concessão de comprovantes de endereço, pois não há contrato regular para a emissão deles. Essa questão torna-se

um entrave para inscrição em alguns programas sociais que solicitam comprovante de residência, como o Bolsa Família, ou ainda serviços como de cartório e até abertura de contas em bancos.

Sobre esses serviços básicos, alguns códigos são utilizados pelas empresas que abastecem a cidade com o objetivo de oferecer descontos nos serviços prestados. O Governo Federal criou esses benefícios para ajudar as famílias de baixa renda, como ocorre na Coelba (Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia), onde existe o NIS – número de inscrição social – código utilizado para beneficiar, “Toda Unidade Consumidora classificada na Subclasse Residencial Baixa Renda” e que cumpra com mais algumas solicitações cadastrais, segundo o site da Coelba, como participar de um programa social. A moradora Jecilda afirma que, apesar da existência desses benefícios, os valores das contas não são diferenciados.

Nas visitas realizadas ao Centro Antigo, chamou à atenção a situação da gestão do cortiço citado abaixo.

#### **4.1.2 IMÓVEL 2**

Sabendo que a pesquisa não apresenta um viés investigativo de delação e/ou acusação, adotou-se como critério manter o sigilo do endereço do imóvel e os nomes dos entrevistados, uma vez que a informação, por si só, já traz novos olhares para a dinâmica dos cortiços na atualidade.

Ao contrário do conceito tradicional construído sobre os cortiços do ponto de vista da renda fundiária, que se constituem normalmente como moradias de aluguel associadas a um proprietário que vê no imóvel uma forma de rentabilidade através da sua exploração, o imóvel pesquisado abriga 12 famílias, e, embora se encaixe no conceito do cortiço, não é um prédio privado. Esse imóvel é um patrimônio que pertence ao IPAC (Instituto do Patrimônio Antigo e Cultural), ou seja, o proprietário é o próprio Estado. Ainda que pertença ao governo, apresenta a mesma dinâmica do cortiço.

O Estado deixou esse imóvel aos cuidados de um funcionário antigo a administração do prédio como forma de prevenção de possíveis ocupações. Tudo que

acontece no imóvel é de responsabilidade dessa pessoa, *“ele não mora aqui, mas aparece de vez em quando para saber como as coisas estão e para pegar o dinheiro”*, afirma o entrevistado que é o “subgerente” do local. A partir dessa observação, chama atenção para o fato da existência de cortiços não só em propriedades privadas. O imóvel em destaque, não obstante sua peculiaridade, apresenta o uso de moradia de aluguel, onde tudo é comunitário, nada é individualizado.

É importante salientar que o dinheiro advindo dos aluguéis não é repassado para o Estado. O gestor do cortiço tem essa habitação como uma de suas fontes de renda, e de acordo com os entrevistados, o IPAC não sabe dessa dinâmica.

A manutenção do prédio é feita pelo próprio IPAC que envia funcionários para realizarem possíveis ajustes na estrutura física do prédio, evitando assim possíveis riscos de desabamento. A identificação e resoluções de pequenos problemas, como troca de lâmpadas, cobrança de valores para alguns consertos, como o exemplo da bomba de água e algumas manutenções superficiais, fica sobre a responsabilidade do entrevistado, o subgerente, já que ele não paga aluguel para residir em um dos cômodos do imóvel. É uma forma de garantir sua moradia com seus serviços. Ele não paga pelos serviços como os inquilinos, apenas organiza os consertos através das coletas dos valores.

Sobre os valores que as famílias pagam para residirem nos cômodos, existe uma variação. Dependendo do andar e do tamanho do cômodo, o valor pode ser entre R\$ 100 (cem) e R\$ 200 (duzentos) reais. Os serviços básicos como energia e água não são pagos uma vez que são ligações clandestinas.

**Figura 8: Imagem do térreo do cortiço**



Fonte: Deise Borges, 2019

No subsolo do prédio, existem lojas comerciais de roupas. Essas lojas pagam o IPTU e o aluguel para o IPAC. A informalidade acontece apenas na parte superior da habitação. Segundo o entrevistado nenhum valor é repassado formalmente para a pessoa responsável pelo prédio. O perfil desse imóvel representa perfeitamente uma realidade citada por Milton Santos em 1959.

As atividades que não têm força para se criarem um quadro alojam-se em um quadro pré-existente. Assim, os palacetes e sobradões envelhecidos, que perderam seu antigo papel de residência dos nobres e da gente rica, conhecem agora outras utilizações. Alguns servem exclusivamente à

residência pobre. Outras abrigam, no andar térreo, um comércio de transição ou artesanato e, nos outros andares, servem como residência pobre [...]. (SANTOS, 1959)

Sobre as dificuldades enfrentadas nesse prédio, o entrevistado, ao ser questionado sobre a dinâmica do local, afirma “*não existe união entre os moradores! Apesar de três banheiros no imóvel, apenas um é utilizado. Têm dois anos que dois banheiros estão entupidos*”. O morador afirma que a falta de união gera conflitos na convivência diária. Relata também que o conserto do segundo banheiro do imóvel custaria R\$ 350 reais, mas ratifica que as pessoas não querem ajudar.

**Figura 9: Portas de entrada de diferentes cômodos no mesmo cortiço**



FONTE: Deise Borges, 2019

Ao analisar os cômodos do casarão pesquisado, cabe ressaltar que os cômodos, em sua maioria, são construídos com paredes de madeirite. Em cada cômodo, residem em média duas ou três pessoas. A privacidade é mínima! Roupas

penduradas nos corredores, som alto, bebê chorando, pessoas passando com roupas íntimas, um breve resumo do que pôde ser observado na figura 9.

As lideranças entrevistadas afirmaram que a maioria dos moradores está desempregada, vive de subsídios do governo, como o Bolsa Família, o auxílio aluguel e que continua à espera da aprovação de outros benefício, como o de alimentação – cesta básica – e o Minha Casa Minha Vida. Normalmente eles vivem de “bicos” (trabalhos informais).

Quando questionado sobre a maior dificuldade enfrentada nessa moradia, eles afirmam que é o banheiro. Um único banheiro para atender 12 famílias. O banheiro que também é utilizado para outros serviços, como lavar roupas e lavar pratos. A energia foi a segunda preocupação demonstrada pelo morador. “As instalações são antigas, olhem esses fios expostos”, afirma o entrevistado mostrando emaranhados de fios aparentes.

**FIGURA 10: Fiação de luz exposta e o banheiro coletivo**



Fonte: Deise Borges, 2019

Ao final da entrevista, as lideranças afirmaram que, “apesar de tudo, a moradia aqui é tranquila”. Já o gestor ressalta “Só rola uma zoada quando o pessoal toma uma cervejinha”. Afirmou também que não existe uma pessoa responsável pela limpeza e

que cada morador, quando usa do bom senso, ajuda de alguma forma, mas isso não é sempre.

No momento da saída, o gestor fez questão de mostrar as instalações precárias, o mau cheiro era notório, a cozinha é inutilizada e os moradores cozinham em seus próprios cômodos. Ao subir e descer do imóvel, foi preciso tomar muito cuidado para não se apoiar nos corrimões das escadas, já que eles estavam soltos e com risco de queda.

**FIGURA 11: Cômodo com paredes de madeira e as escadas do cortiço**



Fonte: Deise Borges, 2019

Sobre a estrutura dos cortiços, Milton Santos (2012), em seu livro *O Centro da Cidade do Salvador*, o qual foi publicado pela primeira vez no final da década de 50, descreve com detalhes as reais condições dessas habitações naquela época. Ele relata que eram encontrados cômodos demasiadamente pequenos separados por paredes de madeira, muitas vezes sem luz, ambientes abafados e sem nenhum asseio. Correlacionando as observações feitas pelo autor algumas décadas atrás, ao observar os cortiços visitados na atualidade, é expressivo destacar que não ocorreram grandes transformações na aparência física desses imóveis. Muitos cômodos continuam sendo subdivididos por paredes de madeira, com instalações precárias,

ambientes sujos e mal cheirosos, permanecem os corrimões com madeira envelhecida entre outras características comuns às duas épocas – 1950 e 2019.

### 4.1.3 IMÓVEL 3

No terceiro cortiço visitado, o imóvel privado, gerido por uma corretora de imóveis, foi alugado por Dona Maria que reside nele há mais de quinze anos. Na entrevista, Dona Maria falava enfaticamente sobre os problemas existentes no prédio e as “melhorias” promovidas por ela: *“quando eu peguei, estava caindo, a benfeitoria que aparece eu que mando fazer”*. Apesar do relato sobre as benfeitorias realizadas, era notória a precariedade do imóvel. Um prédio antigo, com aspecto envelhecido e pouco cuidado. Na entrada, um longo corredor com paredes manchadas, umedecidas e com portas bem antigas, não foi possível observar todos os cômodos, e a responsável demonstrou muita insegurança e medo ao falar sobre ou mostrar o imóvel, mesmo afirmando no momento da entrevista que não seria divulgado o endereço do lugar.

Realidade essa, não só observada em Salvador como em grandes metrópoles brasileiras.

[...] nem sempre foi possível realizar entrevistas com os(as) moradores(as), seja pela dificuldade de acesso a alguns locais controlados pelo tráfico local, seja pela desconfiança dos mesmos, já que a situação de vulnerabilidade e informalidade desta forma de moradia também traz insegurança, uma vez que não existe contrato que assegure aos mesmos sua permanência nas habitações. (SANTOS et al, 2019, p.9)

Dona Maria é a locatária do imóvel e subloca os cômodos para outras pessoas. Por se tratar de uma prática ilegal, justifica a insegurança dela ao ser questionada sobre a situação do prédio. Segundo a Lei do Inquilinato, Lei 8.245/91 que trata sobre locações e sublocações de imóveis, o locatário só poderia sublocar um imóvel desde que o locador tivesse conhecimento e que o mesmo fosse favorável com a prática, o que não acontece com esse cortiço. Dona Maria relata que o proprietário não tem responsabilidade com nada, tudo é ela quem faz e resolve: *“você sabe que eu não conheço o dono daqui? São gente muito rica”*, afirma a inquilina. A relação contratual foi feita diretamente com a corretora há 15 anos.



Sobre os cômodos, *“tem uns quartinhos aqui que eu alugo, vem ver o tamanho dos quartos!”*. Ao mesmo tempo em que Dona Maria indicava insegurança ao mostrar as unidades do imóvel, ela levantou rapidamente do banco e fez questão de mostrar um dos quartos. No fundo da casa, uma porta de madeira, amarrada com correntes e cadeado. Nessa oportunidade, ela exibiu um quarto muito pequeno, sem nenhuma ventilação. No alto da parede, bem próximo ao teto, uma grade com pequenas aberturas por onde “circulava” o ar, um verdadeiro cubículo. Quando foi solicitada a liberação para fotografar, a moradora sem nenhuma hesitação continuou: *“sabe o que é? É que eu tenho um filho que é advogado e, para fazer essas coisas, eu preciso falar com ele”*. Nesse momento, ficou claro que existe uma preocupação com a possível divulgação daquela realidade.

*“isso é do tempo, minha filha, que existia escravos! Esses quartinhos é quartinho para escravo”*. Essa frase de Dona Maria ao caracterizar o quarto que acabara de mostrar nos transporta a uma reflexão sobre o cenário dos dias atuais. Mesmo que mascarado, esse quadro excludente e desumano ainda existe em Salvador.

Quando questionada sobre os serviços básicos, ela afirma que é um problema. *“Meu problema aqui é que a luz, desde que eu vim morar aqui nunca ajeitou, já pedi até pra pessoas lá de dentro da Coelba, mas nunca acharam um recibo”*, relatou Dona Maria, justificando a irregularidade da luz. Relata ainda que desde os locatários antigos, esse problema existe. Já tentou regularizar várias vezes, mas não obteve sucesso. A água é regularizada. Afirmou que já encontrou o imóvel assim: *“Eu já achei assim e assim eu vou levando”*.

Jecilda, que acompanhou a visita, afirmou que muitos imóveis no Centro Antigo apresentam problemas com o abastecimento de água e luz, que os moradores usufruem dos abastecimentos, mas não regularizam suas ligações. *“Nos prédios que a gente mora, tem lugares que temos água e que não pagamos, a EMBASA não conseguiu cadastrar um novo número de matrícula, são duas ou três matrículas antigas”*.

A partir das observações feitas da estrutura física do prédio, ficou visível que o imóvel não foi construído para atender uma família tradicional, abastada do século

XVIII, como é comum ao observar nos dias atuais alguns casarões antigos que se tornaram verdadeiros cortiços. No prédio, não tem cozinha e não tem sala, apenas um banheiro em cada andar e vários cômodos por andar. É perceptível uma construção estruturada para auferir renda, provavelmente para atender às demandas populacionais do passado, principalmente os imigrantes do século XIX, naquela época as habitações rentistas eram comuns.

Os banheiros coletivos são comuns na caracterização dos cortiços e normalmente são citados como um dos maiores problemas enfrentados nesse tipo de moradia. Os moradores relatam sobre a dificuldade em partilhar um único banheiro, a ausência de privacidade e a dificuldade de manter um ambiente limpo e harmonioso. A gestora Dona Maria afirma, que apesar de um banheiro por andar, o quarto dela é o único que tem banheiro privativo. Em alguns cortiços, é comum os próprios moradores tomarem iniciativas para tentar amenizar esse ambiente desasseado.

**FIGURA 12: Área comum do cortiço**



Fonte: Deise Borges, 2019

Mesmo com dificuldades em residir nesses imóveis, muitos moradores alegam que existem alguns benefícios que levam esses habitantes a se submeterem a essas difíceis condições de moradia. Além do baixo custo habitacional, a proximidade e a facilidade com as oportunidades de trabalho nas regiões centrais também são fatores

atrativos para esses grupos, visto que não precisariam desprender de grandes jornadas em sua carga horária diária no deslocamento entre os bairros periféricos e os centros comerciais. “*Vou falar a verdade, se tivesse outro lugar para ir, eu ia, só não saio do centro porque trabalho aqui, estaciono [guardo] carros na porta da faculdade no Comércio, é só descer o Taboão e estou lá, sem contar com a escola dos meus filhos, fico tranquilo porque eles passam o dia todo lá e é perto de casa*”.<sup>13</sup>

Sobre as vantagens de viver em cortiços, Kowarick descreve:

[...] a vantagem fundamental centra-se nas oportunidades de trabalho, formal ou informal, e o tempo despendido para chegar a ele. É uma enorme diferença em relação às fronteiras da capital, onde a ida e volta entre residência e trabalho chega frequentemente a quatro horas ou mais. Mas há também outras distâncias, como a solidão das periferias [...]. (KOWARICK, 2016)

Não só a acessibilidade e a facilidade aos diferentes serviços e transportes justificam a permanência desses habitantes nesses cortiços nos grandes centros urbanos, a identidade com o bairro, o afeto, a história construída são alguns fatores relevantes que confirmam a moradia nessas habitações. “*Você prefere morar em uma casa de cômodo, se apertar dentro de um quarto, você e sua família, mas vai ter acesso a médico, vai ter acesso ao mercado de trabalho, e escola para os filhos*” afirma Jecilda que já foi uma moradora de cortiço. Após essa afirmação, a moradora sugere uma reflexão acerca da possibilidade de residir em outros bairros. Ela relata que não existe afetividade, não existe identidade, não tem vínculo, a história deles não é representada naquele lugar. Jecilda afirma que já recebeu benefícios do governo para morar em outro bairro – Minha Casa Minha Vida –, mas rejeitou por não apresentar nenhum laço afetivo com aquele bairro.

#### **4.2 Localização dos cortiços no Centro e no Centro Histórico de Salvador na atualidade**

A partir da análise dos estudos *in loco*, e a comparação com as estimativas oficiais fornecidas pelo IBGE através do Censo de 2010 e pela EMBASA, foram identificadas as ruas que se destacam pela presença de cortiços. No Centro Antigo

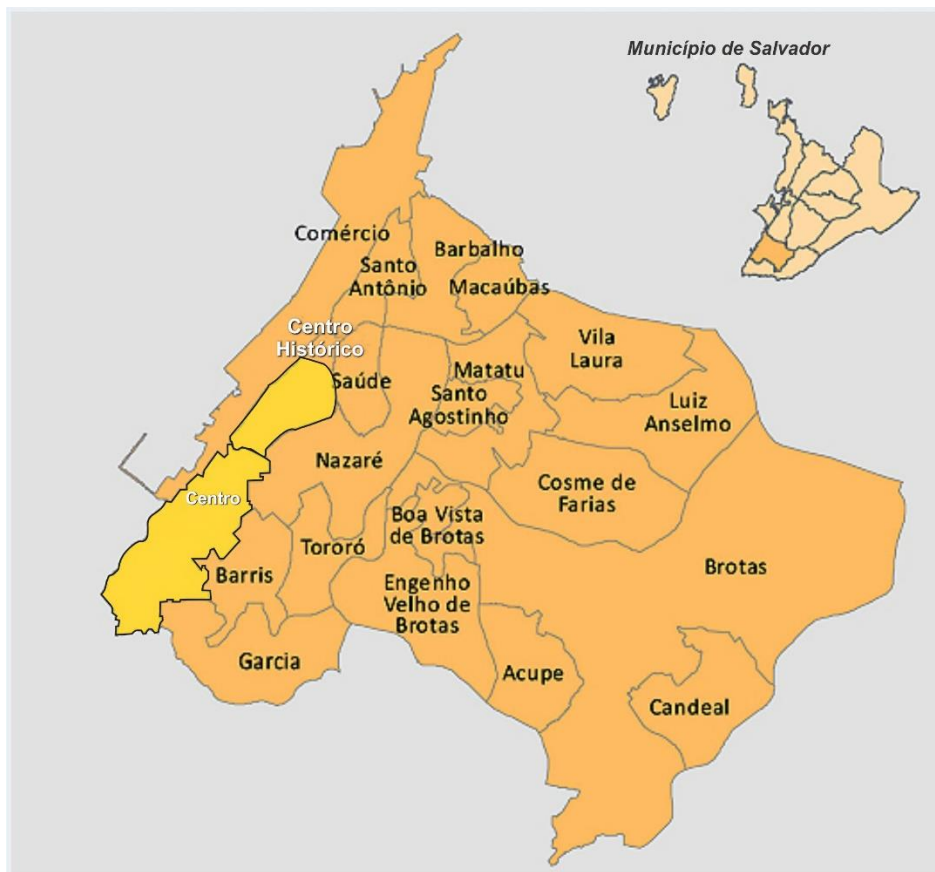
---

<sup>13</sup> Trecho extraído de uma pesquisa etnográfica realizada no Centro Histórico da cidade do Salvador pela professora Urpi Montoya Uriarte. CADERNO CRH, Salvador, v. 32, n. 86, p. 383-393, Maio/Ago. 2019.

da cidade, destacaram-se as ruas: Areal de Cima, Rua do Sodré, Avenida Carlos Gomes, Travessa Falcão, Avenida Vale dos Barris e rua Direta da Piedade. Na região do Centro Histórico, se destacaram as ruas: Ruy Barbosa, rua de São Francisco, rua do Tijolo e a Avenida José Joaquim Seabra. Para melhor compreensão dessas informações, os cortiços presentes nessas ruas, a concentração deles e a localização serão melhor observados nas tabelas e nos mapas a seguir.

Vale ressaltar que as plantas do setor censitário utilizadas pelo IBGE em 2010 aplica outra configuração em relação ao mapa adotado por essa pesquisa, o qual faz referência às poligonais de tombamento. O IBGE separa a região Centro, da região Centro Histórico, assim, neste caso específico para análise de dados, as regiões Centro e Centro Histórico não se interpõem, essas duas áreas integram o Centro Antigo da Cidade. Para melhor compreensão, as áreas estão em destaque no mapa da Figura 13.

**Figura 13: Mapa Prefeitura-Bairro Centro/Brotas – município de Salvador**



Fonte: Conder, 2019

Tabela 1

**Número de Cortiços encontrados no Centro de Salvador de acordo com o Senso de 2010**

<b>Nome do Nível Geográfico</b>	<b>Código do Item Geográfico</b>	<b>Habitação em: casa de cômodos, cortiço ou cabeça de porco</b>
Setor Censitário (2010)	292740805240011	09
Setor Censitário (2010)	292740805240012	32
Setor Censitário (2010)	292740805240013	55
Setor Censitário (2010)	292740805240014	45
Setor Censitário (2010)	292740805240018	02
Setor Censitário (2010)	292740805240019	01
Setor Censitário (2010)	292740805240020	01
Setor Censitário (2010)	292740805240022	07
Setor Censitário (2010)	292740805240027	35
Setor Censitário (2010)	292740805270094	21
Setor Censitário (2010)	292740805270096	01
Setor Censitário (2010)	292740805270244	02
		<b>Total: 211 cortiços</b>

Fonte: IBGE, 2010.

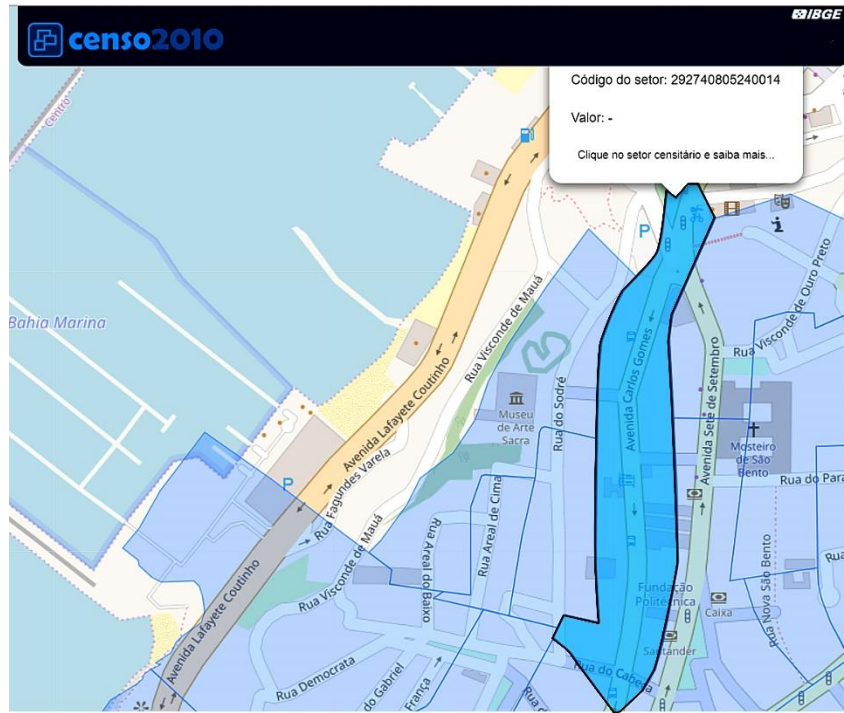
A tabela evidencia 211 cortiços oficiais na área do Centro de Salvador, conforme dados do IBGE, a partir do último senso de 2010.

**Figura 14 - Mapa concentração de 25 cortiços (região da Rua do Sodré)**



Fonte: IBGE, 2010.

Figura 15 - Mapa concentração de 45 cortiços (região da Avenida Carlos Gomes)



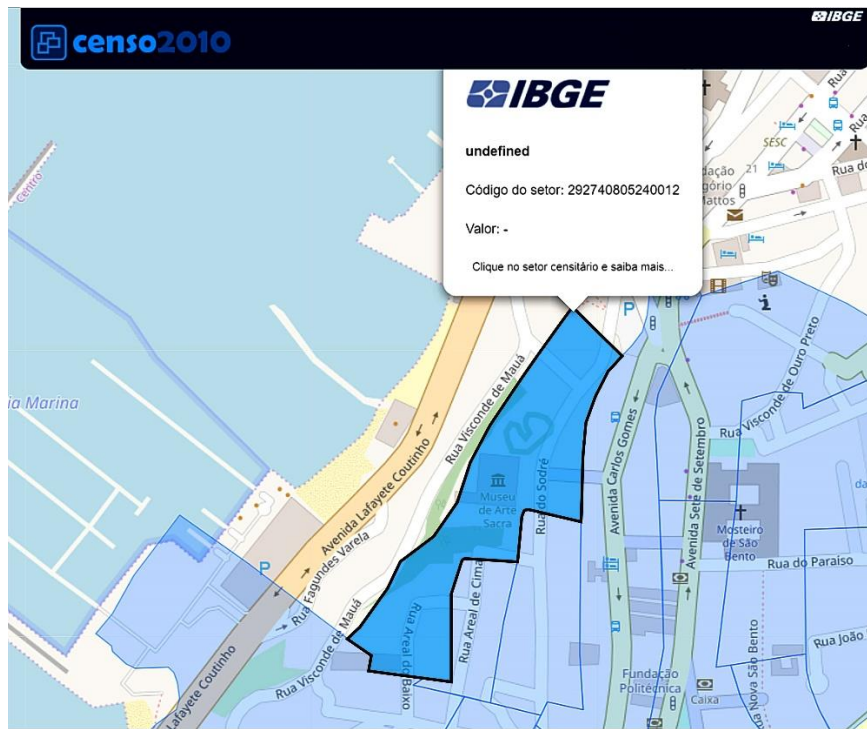
Fonte: IBGE, 2010

Figura 16 - Mapa concentração de 55 cortiços (região da rua Areal de Cima)



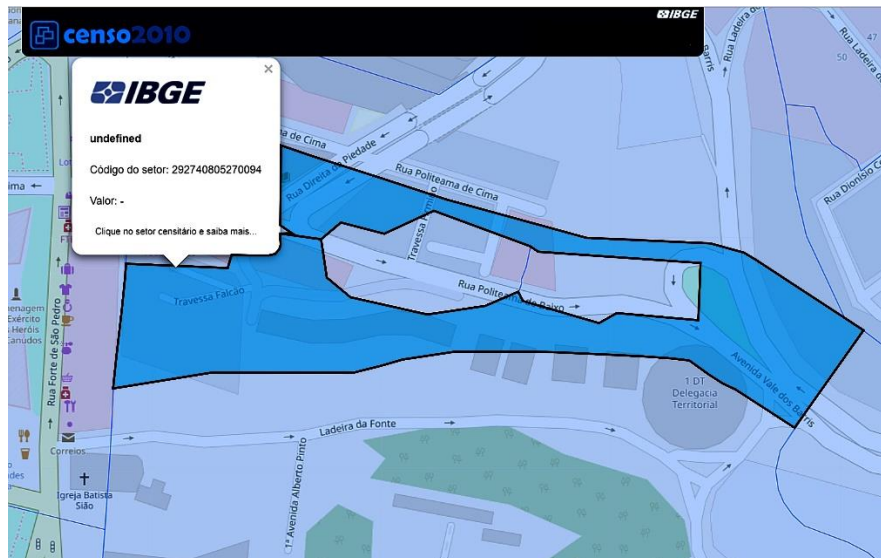
Fonte: IBGE, 2010

**Figura 17 - Mapa concentração de 32 cortiços (região das ruas Areal de Baixo e rua do Sodré)**



Fonte: IBGE, 2010

**Figura 18 - Mapa concentração de 21 cortiços (região das ruas Avenida Vale dos Barris, Travessa Falcão e Rua Direta da Piedade)**



Fonte: IBGE, 2010

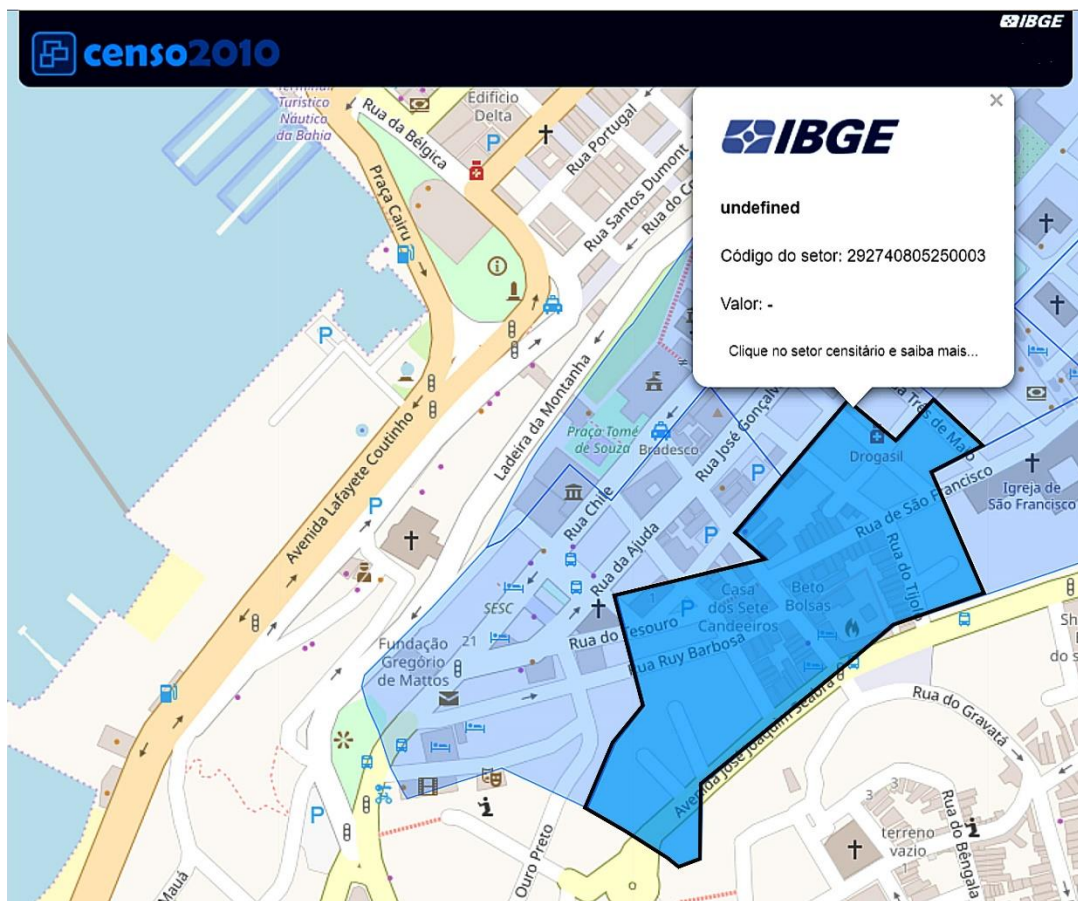
Tabela 2

**Número de Cortiços encontrados no Centro Histórico de Salvador de acordo com o senso de 2010**

Nome do Nível Geográfico	Código do Item Geográfico	Habitação em: casa de cômodos, cortiço ou cabeça de porco
Setor Censitário (2010)	292740805140003	07
Setor Censitário (2010)	292740805250001	04
Setor Censitário (2010)	292740805250002	02
Setor Censitário (2010)	292740805250003	41
Setor Censitário (2010)	292740805250004	01
		<b>Total: 55 cortiços</b>

Fonte: IBGE, 2010.

**Figura 19 - Mapa concentração de 41 cortiços (região das ruas Ruy Barbosa, Rua de São Francisco, Rua do Tijolo e a Avenida José Joaquim Seabra)**



Fonte: IBGE, 2010



De acordo com os dados obtidos, 211 cortiços se aglutinam na região do Centro da cidade e 55 cortiços se localizam no Centro Histórico, totalizando assim 266 cortiços na região central da cidade do Salvador. No Centro da cidade, as ruas Areal de Cima e Avenida Carlos Gomes foram as que mais se destacaram com a concentração de cortiços, totalizando em aproximadamente 100 unidades. No Centro Histórico, os 41 cortiços se concentram nas ruas Ruy Barbosa, rua de São Francisco, rua do Tijolo e a Avenida José Joaquim Seabra. Vale ressaltar que não foram utilizados todos os mapas das regiões que apresentam cortiços no Centro e Centro Histórico da cidade, como exposto nas tabelas 1 e 2, apenas foram destacadas aquelas ruas que apresentaram uma maior aglomeração dessas habitações.

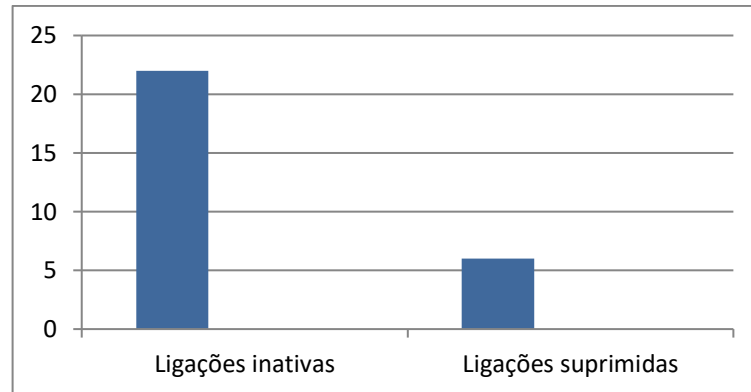
Apesar da EMBASA utilizar um critério de subdivisão da região central (zonas de abastecimento) divergente do referencial utilizado pelo IBGE, quando analisados os dados fornecidos pelas duas empresas, as evidências da existência de cortiços nessas regiões centrais foram ratificadas. Para melhor análise desses valores, foi feito um levantamento da situação cadastral das ligações de água dessas ruas, com enfoque maior, para região do Centro Histórico da cidade, visto que algumas ruas do Centro, não foram contempladas pelos dados fornecidos pela EMBASA.

O Engenheiro da EMBASA responsável por um dos setores de abastecimento da região central da cidade, explicou que as ligações inativas são aquelas em que o ramal<sup>14</sup> da ligação é mantido, porém não existe mais o faturamento por parte da EMBASA para estas ligações. Já as ligações suprimidas, são aquelas em que ainda existem cadastros na EMBASA e que no passado já usufruíram do abastecimento, mas que atualmente não existem mais esses ramais. Nesse último caso, os ramais foram retirados pela própria empresa. Esse entendimento torna-se necessário para análise dos gráficos.

---

<sup>14</sup> A ligação ou ramal predial é a canalização entre a rede pública de abastecimento de água e o hidrômetro. Disponível em: <[http://www.embasa.ba.gov.br/images/documents/1121/20190411\\_REV\\_GuiaDoUsuario.pdf](http://www.embasa.ba.gov.br/images/documents/1121/20190411_REV_GuiaDoUsuario.pdf)> Acessado em: jan. 2020

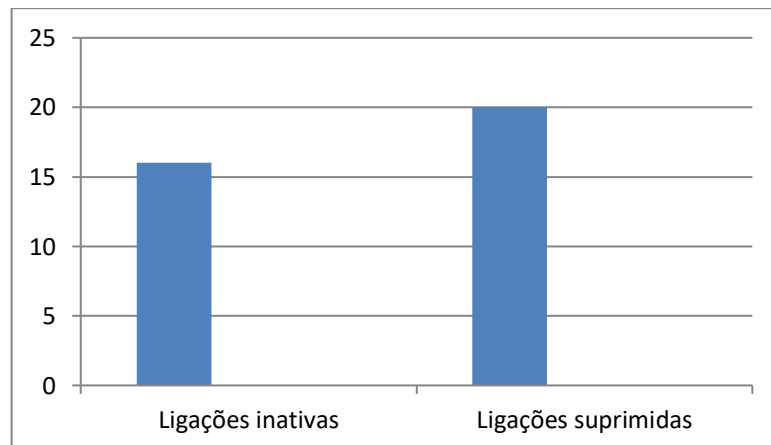
**Gráfico 3 – Situação da ligação de água das unidades dos imóveis da Rua Ruy Barbosa**



Fonte: EMBASA, 2019

Totalizando 28 ligações, sendo 22 ligações inativas e 6 ligações suprimidas na rua Ruy Barbosa.

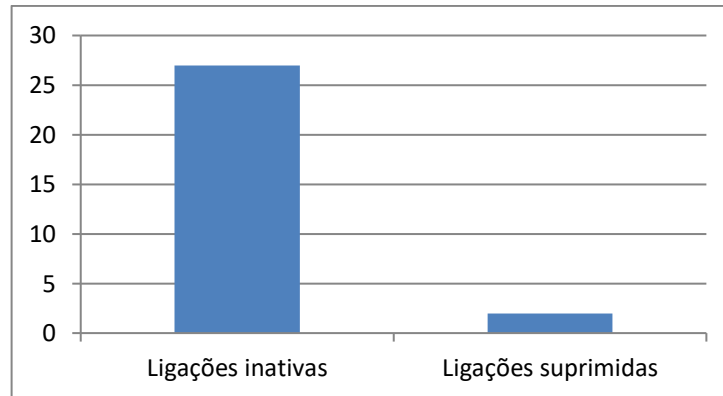
**Gráfico 4 – Situação da ligação de água das unidades dos imóveis da rua do Tijolo**



Fonte: EMBASA, 2019

Totalizando 36 ligações, sendo 20 ligações suprimidas e 16 ligações inativas na rua do Tijolo.

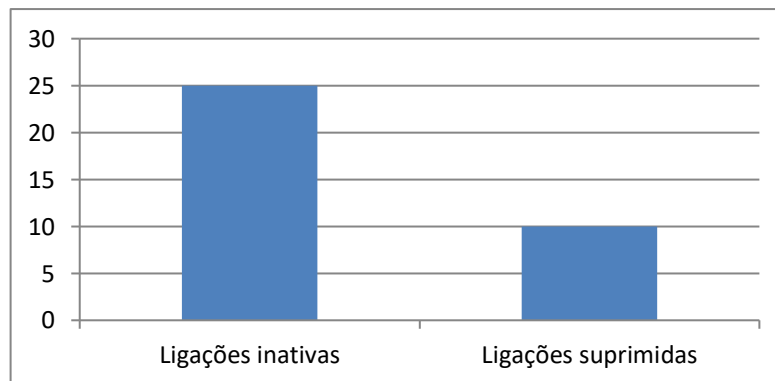
**Gráfico 5 – Situação da ligação de água das unidades dos imóveis da Avenida José Joaquim Seabra**



Fonte: EMBASA

Totalizando 29 ligações, sendo 27 ligações inativas e 2 ligações suprimidas na Avenida José Joaquim Seabra.

**Gráfico 6 – Situação da ligação de água das unidades dos imóveis da rua de São Francisco**



Fonte: EMBASA

Totalizando 35 ligações, sendo 25 ligações inativas e 10 ligações suprimidas.

Ultrapassando a fronteira do Centro Histórico da cidade, na rua Areal de Cima foi identificada uma ligação suprimida e na rua Calos Gomes 15 ligações inativas e 3 ligações suprimidas.

Vale registrar que essa amostra das ligações inativas e suprimidas fornecidas pela EMBASA, não devem ser interpretadas de forma isolada no levantamento da

quantidade de imóveis identificados enquanto cortiço na região Central, visto que algumas habitações de cortiços, mesmo revelando uma minoria, já possuem suas ligações de água regularizadas. Na maioria dos casos a situação dessas ligações suprimidas/inativas no sistema da EMBASA não condizem com o abastecimento real de água destas casas, uma vez que as ligações clandestinas são realizadas sem o consentimento da empresa. Por esse motivo, essas ligações inativas ou suprimidas são indícios de irregularidades e possivelmente da presença de cortiços. Sobre essa realidade, Orlando afirma que muitos problemas são decorrentes “da informalidade das ligações ou da precariedade das infraestruturas existentes, como foi explicitado por 40% dos moradores da amostra que disseram que sofrem, problemas no abastecimento de água”<sup>15</sup> (Júnior, 2017)

### **4.3 OS MORADORES DOS CORTIÇOS**

Após a explanação da estrutura física de algumas unidades de cortiços no centro antigo de Salvador, torna-se pertinente explicitar a respeito do perfil dos moradores desse tipo de imóvel. Surgem assim algumas indagações: Qual é o perfil desses moradores? Como eles vivem? Qual a relação deles com o trabalho? Encontram-se no perfil de trabalhadores formais ou informais? Como poderá ser observado mais adiante, a pesquisa revela a existência de uma heterogeneidade na representação desses moradores, diversidade entre os grupos sociais, predominância de homens em relação às mulheres em algumas unidades e a importância da facilidade de residir no centro da cidade.

Para melhor compreensão dessa realidade, tornou-se necessário compreender qual população se enquadra no perfil de morador de cortiço. Sobre esse tema, PICCINI explana que

Por moradores, o que abrange tanto a categoria de locatário/inquilino permanente quanto temporário, entendem-se aqueles agentes que alugam os cômodos dos cortiços. Essa não é uma opção ditada pela livre escolha, mas por contingências relacionadas principalmente à locação do imóvel em relação às fontes de trabalho e serviços da cidade, às possibilidades de pagamento de

---

<sup>15</sup> Pesquisa realizada na área portuária do Rio de Janeiro. Invisibilidade, heterogeneidade e vulnerabilidade: os cortiços na área portuária do Rio de Janeiro. XVII ENANPUR 2017.

aluguel, à falta de fiador, como abriga a lei, e à impossibilidade de comprovação de renda, entre outros. (PICCINI, 1999).

Dessa forma, a pesquisa se limitará na investigação dos moradores e dos intermediários<sup>16</sup>, não serão evidenciados os proprietários<sup>17</sup> desses imóveis.

Para analisar a situação dos moradores encortiçados, faz-se necessário revisar a conjuntura à qual eles são subjugados e rotulados no contexto neoliberal onde tudo é mercantilizado. Torna-se importante também situá-los no contexto de desigualdade social onde compartilham das mesmas situações de precariedades e vulnerabilidades.

Uma classe social não pode ser definida por uma única variável e nem por uma soma de propriedades (CANCLINI, 2015), e sim “pela estrutura das relações entre todas as propriedades pertinentes que confere a cada uma delas, e aos efeitos que exerce sobre as práticas, seu valor próprio” (CANCLINI, 2015, p.74, apud BOURDIEU, 1979, p. 117-118). A percepção reducionista e superficial sobre a real situação dos problemas sociais do Brasil e as categorizações das classes suscitou a ilusão de que essa classificação refere-se “apenas a “herança” material, pensada em termos econômicos de transferência de propriedade e de dinheiro” (SOUZA, 2011, p.18,19) uma falsa concepção de que a definição das classes se resume a posse de bens. “Imagina-se que a “classe social”, seus privilégios positivos e negativos se transferem às novas gerações por meio de objetos materiais e palpáveis”. A incoerência dessa percepção não mostra o mais importante que são os valores imateriais<sup>18</sup>. (SOUZA, 2011).

Os moradores dos cortiços pertencem à classe daqueles que não podem consumir diante da uma visão de mundo capitalista marxista. Sobre essa perspectiva,

---

<sup>16</sup> “aquele agente que se interpõe representando o proprietário nas relações com os inquilinos no dia-a-dia. Na maioria dos casos ele também é morador do cortiço, no qual atua, podendo assumir funções de zelador ou cessionário” (PICCINI 1999, pág 79,80)

<sup>17</sup> “entendem-se aqueles agentes que têm domínio do imóvel. Conforme estudos do CDHU (1988), ele normalmente não é um investidor, mas tem uma visão empresarial do business. A relação entre proprietário e inquilino se dá mediante a locação do imóvel e, na maioria das vezes, é uma forma ilegal de exploração porque o imóvel não apresenta condições de habitabilidade e porque não existem relações contratuais legais entre proprietários e inquilinos.” (PICCINI 1999, pág 79)

<sup>18</sup> Jessé Souza (2011) discorre sobre a herança material e imaterial (transmissão invisível cotidiana de dentro de casa que permitirão aos filhos competir, com chances de sucesso na apropriação e reprodução do capital econômico e cultural) dos ricos sobre o da classe média. Os desprovidos de recursos são excluídos dessa dinâmica hereditária.

Souza (2011) e Canclini (2015) apresentam um olhar a respeito dessas pessoas que estão à margem da sociedade, que não fazem parte do protagonismo do mundo capitalista contemporâneo que tem como força o consumismo. Essa periferização social sempre foi e continua sendo naturalizada pelas classes dominantes, “os reais conflitos sociais que causam dor, sofrimento e humilhação cotidiana para dezenas de milhões de brasileiros são tornados literalmente invisíveis” (SOUZA, 2011, p.17). Assim, essa parcela da população busca esses outros espaços da cidade. Segundo Palma (2008), eles compõem os submundos urbanos que “*são apartados do circuito produtivo da globalização*”.

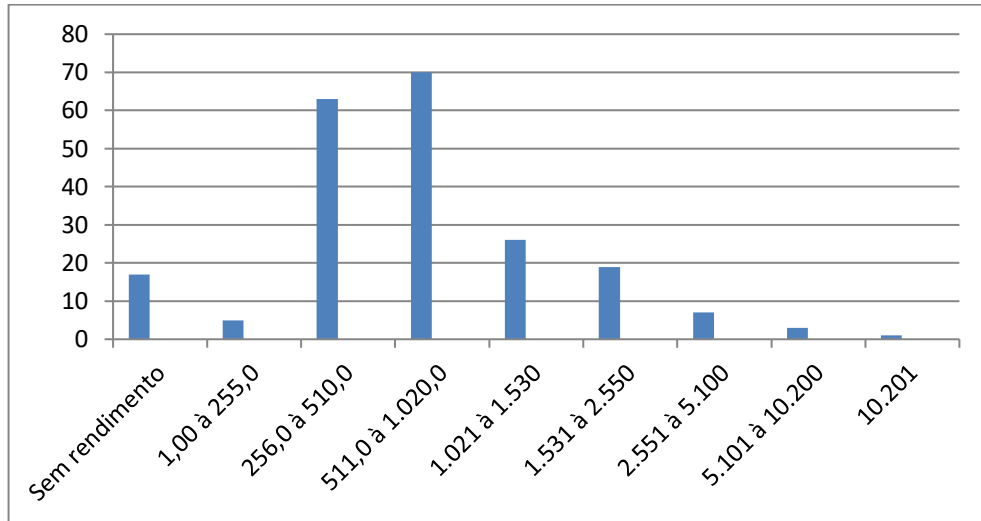
Outro referencial relevante para melhor compreensão do perfil dos moradores dos cortiços concerne ao rendimento mensal dos seus habitantes. Com base nas remunerações, percebe-se o reduzido ou nenhum provento por parte dessa população. O salário mínimo, que foi estabelecido por lei enquanto forma de pagamento para o empregado, segundo a Constituição Federativa do Brasil, ele deveria ser o suficiente para suprir as necessidades básicas de todo cidadão, assim como: educação, saúde, moradia, lazer, transporte entre outros direitos. Tendo em vista a média de renda dos moradores dos cortiços, conclui-se que essa população está à margem de uma vida digna proposta pela própria Constituição Federal. “É humanamente impossível acreditar que o salário mínimo seja capaz de garantir ao cidadão moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social”.<sup>19</sup> O rendimento mensal domiciliar dos moradores das unidades do tipo cortiço do Centro e Centro Histórico, de acordo com o censo de 2010, está abaixo do salário mínimo estabelecido para o período. Os valores que se destacavam para a região do Centro da cidade, segundo o censo do IBGE de 2010, variava entre R\$ 256,0 – R\$ 510,0 e R\$ 511,0 à R\$ 1020,0. Para o Centro Histórico, a variável de maior destaque era entre R\$ 256,0 e R\$ 510,0 reais. Um grupo expressivo que não pode ser deixado de lado são aqueles que não apresentaram rendimento algum, contribuindo assim para uma maior subalternidade. É importante destacar que esses valores são atribuídos ao rendimento mensal domiciliar, ou seja, quanto maior a densidade demográfica desses cômodos, maior será a precariedade daquela família. É importante salientar que a maioria desses valores são adquiridos pelos auxílios

---

<sup>19</sup> Trecho extraído do artigo disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/37969/salario-minimo-digno-a-constituicao-federal-o-garantiu-mas-o-brasil-nao>> Acessado em Jan. 2020.

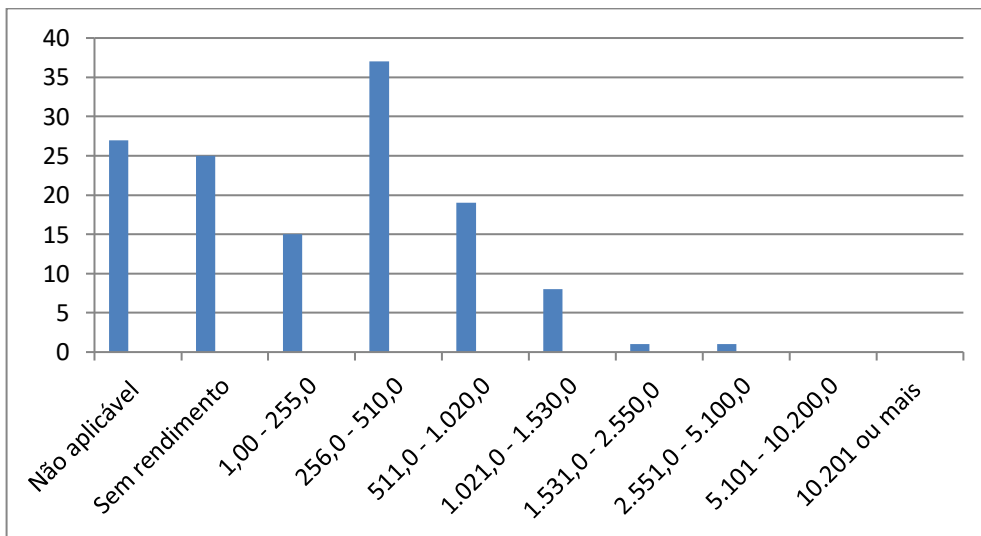
governamentais e através dos serviços informais. Para melhor análise dessas informações, torna-se relevante analisar os gráficos 7 e 8 deste capítulo. Devido a baixa remuneração desses moradores, os cortiços se tornaram uma das poucas opções para esses moradores continuarem residindo no centro da cidade.

**Gráfico 7 - Rendimento mensal domiciliar Centro – Senso 2010. Frequência (número de unidades do tipo cortiço)**



Fonte: IBGE, 2010

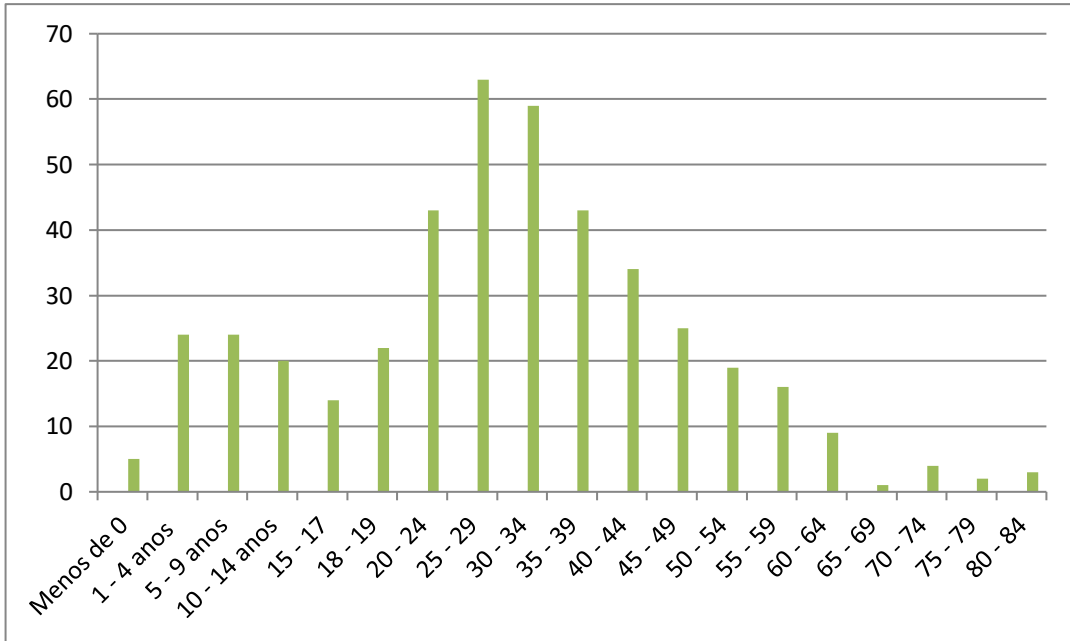
**Gráfico 8 - Rendimento mensal domiciliar Centro Histórico – Censo 2010. Frequência (número de unidades do tipo cortiço)**



Fonte: IBGE, 2010

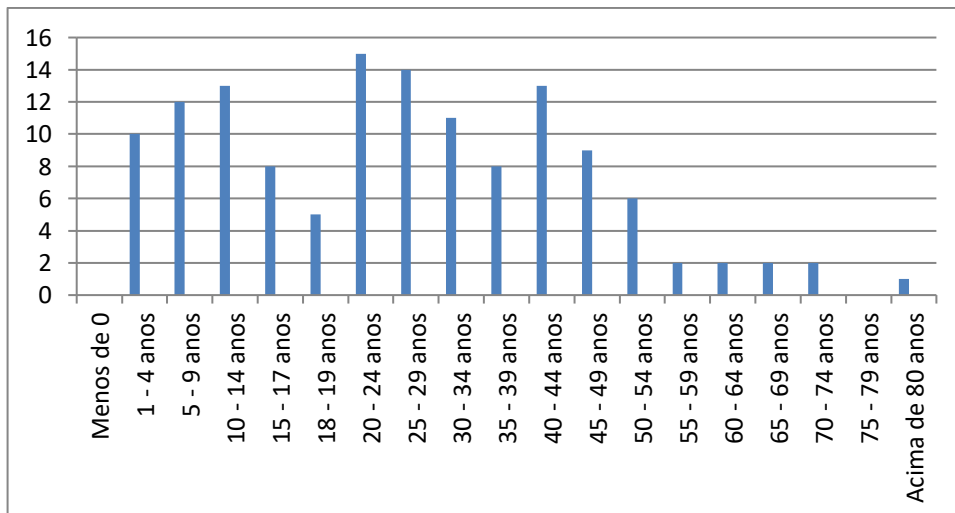
Sobre as faixas etárias dos moradores do Centro e Centro Histórico da cidade.

**Gráfico 9 - Número de moradores por classe de idade em cortiços – Centro 2010**



Fonte: IBGE, 2010

**Gráfico 10 - Número de moradores por classe de idade em cortiços – Centro Histórico 2010**



Fonte: IBGE, 2010



Sobre a faixa etária dos moradores dos cortiços da região central da cidade que apresenta destaque, estão os jovens e os adultos. Na região do Centro de Salvador, a predominância é de pessoas com idade entre 24 e 35 anos. Já na região do Centro Histórico, são os jovens entre 20 e 29 anos que apresentam relevância. A partir dessa análise, conclui-se que a população jovem adulta predomina os cortiços da região central de Salvador. Segundo Orlando, “nem tão jovens, nem idosos, mas que ainda estão em uma fase da vida de construção e consolidação do seu espaço profissional” (JÚNIOR, 2017, p.16). Ainda segundo o autor, essa parcela da população trabalha em serviços pouco remunerados e, encontra nos cortiços, uma alternativa de moradia condizente com a renda. A proximidade com o mercado de trabalho, também é um fator relevante.

Faz-se relevante realçar as dificuldades encontradas na acessibilidade a esses cortiços e o receio de alguns moradores em fornecer informações no momento das entrevistas. Essa realidade impõe algumas limitações, já que algumas informações foram omitidas, pelo medo da exposição da irregularidade à que eles são submetidos. Tráfico de drogas e atividades ilegais são alguns dos problemas que refletem a insegurança desses moradores. Vale ressaltar que as observações aqui mencionadas tratam-se da realidade de uma amostra desses moradores de cortiços, mas que são relevantes no contexto social.

*“são muitos desempregados que vivem do auxílio aluguel e do Bolsa Família, a menina que mora aqui também recebe benefícios por causa da criança, essa menina pariu tem pouco tempo, ela fica nesse quarto aqui”,* essa foi a fala do responsável pelo cortiço 2 retratado nesta dissertação. Sobre essa perspectiva dos benefícios governamentais, Souza (2011) traz uma reflexão a respeito da visão distorcida da sociedade em relação a essa população excluída, “o marginalizado social é percebido como se fosse alguém com as mesmas capacidades e disposições de comportamento do indivíduo da classe média”. A partir dessa linha de pensamento, é como se toda situação de privação à que essa população está submetida pudesse ser revertida a qualquer momento, bastando para isso uma “ajuda passageira e tópica do Estado para que eles pudessem “andar com as próprias pernas””. (SOUZA, 2011). Ainda sobre esse entendimento, o autor afirma que as políticas assistenciais no Brasil seguem o mesmo princípio. Essa visão reducionista da população como um todo

contribui para um julgamento maior sobre esses moradores que muitas vezes são apontados como culpados pelos seus próprios infortúnios.

Nos cortiços visitados, a diversidade entre os moradores dos imóveis era visível. Cada cortiço apresentou perfil diferente na composição de seus habitantes. Essa diversidade, apesar de não ser refletida pelas condições socioeconômicas, visto que a maioria dos inquilinos dos cortiços não têm condições de custear habitações melhores, foi observada a partir das categorias faixa etária, gênero/ sexo, raça/cor, renda e alfabetização. A base para obtenção das informações foram os dados fornecidos pelo IBGE e análise da visita de campo.

Cabe ressaltar que, de acordo com o IBGE, a pesquisa da cor ou raça da população brasileira é realizada consoante a autodeclaração do entrevistado. A população quando questionada sobre a sua cor, tem como base as opções fornecidas pelo próprio órgão, que se resumem em preta, branca, parda, indígena ou amarela. Partindo dessa premissa, foi feito um levantamento do perfil dos moradores dos cortiços do Centro Antigo do Salvador. Faz-se importante realçar que não existe uma precisão dos dados que serão expostos a seguir, visto que muitas pessoas no momento do censo se intitulam enquanto pardos por não se reconhecerem na qualidade de pessoas negras, principalmente por medo de discriminação ou racismo que ainda é muito presente no território brasileiro, sem perder de vista o estigma reiterado pelos meios de comunicação de massa, ou ainda pelas expressões artísticas acerca do negro no país. Embora não seja a intenção desta pesquisa, uma breve análise sobre esse aspecto se torna relevante mais adiante, visto que alguns gráficos e tabelas foram construídos pelo IBGE tomando como referência a autodeclaração da população.

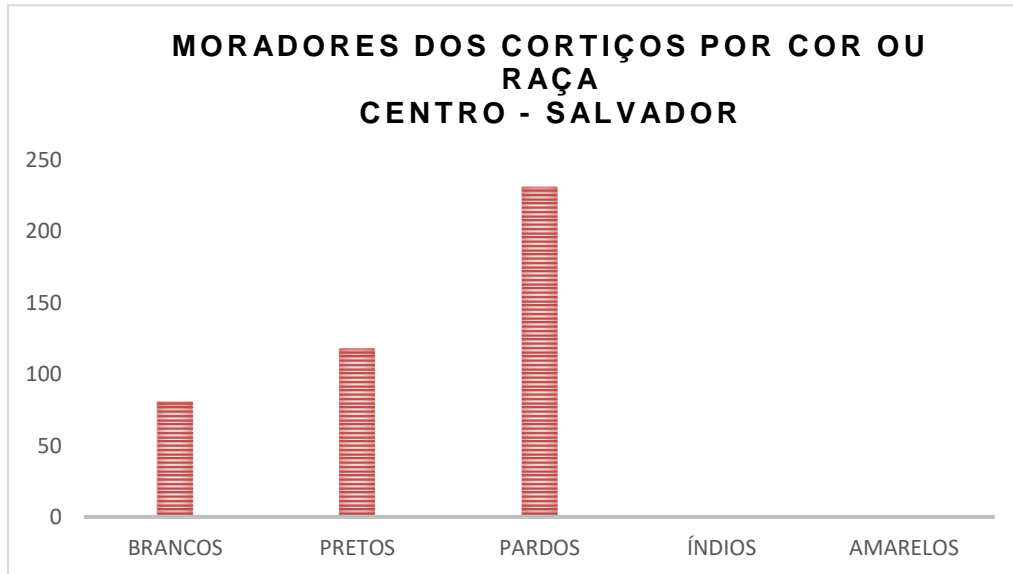
**Tabela 3 - Número de moradores por cor ou raça em cortiços no Centro de Salvador – 2010**

<b>Censo</b>	<b>Código do Item Geográfico</b>	<b>Raça ou cor</b>	<b>Frequência (número de moradores)</b>
Setor Censitário (2010)	292740805240011	Branca	01
Setor Censitário (2010)	292740805240011	Preta	02
Setor Censitário (2010)	292740805240011	Parda	09
Setor Censitário (2010)	292740805240012	Branca	11
Setor Censitário (2010)	292740805240012	Preta	12
Setor Censitário (2010)	292740805240012	Parda	50
Setor Censitário (2010)	292740805240013	Branca	24
Setor Censitário (2010)	292740805240013	Preta	45
Setor Censitário (2010)	292740805240013	Parda	36
Setor Censitário (2010)	292740805240014	Branca	13
Setor Censitário (2010)	292740805240014	Preta	27
Setor Censitário (2010)	292740805240014	Parda	74
Setor Censitário (2010)	292740805240018	Branca	01
Setor Censitário (2010)	292740805240018	Parda	02
Setor Censitário (2010)	292740805240019	Branca	02
Setor Censitário (2010)	292740805240019	Parda	01
Setor Censitário (2010)	292740805240020	Branca	03
Setor Censitário (2010)	292740805240020	Parda	02
Setor Censitário (2010)	292740805240022	Preta	03
Setor Censitário (2010)	292740805240022	Parda	14
Setor Censitário (2010)	292740805240027	Branca	15
Setor Censitário (2010)	292740805240027	Preta	20
Setor Censitário (2010)	292740805240027	Parda	27
Setor Censitário (2010)	292740805270094	Branca	10
Setor Censitário (2010)	292740805270094	Preta	08
Setor Censitário (2010)	292740805270094	Parda	10
Setor Censitário (2010)	292740805270096	Branca	01
Setor Censitário (2010)	292740805270096	Parda	03
Setor Censitário (2010)	292740805270244	Preta	01
Setor Censitário (2010)	292740805270244	Parda	03

Fonte: IBGE, 2010

Para melhor compreender o resultado da tabela 3, sobre o perfil dos habitantes que residem os cortiços do Centro, segue o gráfico.

### GRÁFICO 11



Fonte: IBGE, 2010

De acordo com as estimativas oficiais de 2010 e a partir das análises dos gráficos e tabelas acima, aproximadamente 435 pessoas vivem em cortiços no Centro da cidade. Tendo como referência um total de 15.695 habitantes na mesma região, conclui-se que 2,8% desses habitantes moram em cortiços. De acordo com a autodeclaração dos moradores desses cortiços analisados, há uma predominância de pessoas pardas e negras se comparadas com as pessoas brancas. Cabe pontuar também que apenas na região da rua Areal de Cima há uma predominância de negros autodeclarados.

**Tabela 4 - Número de moradores por cor ou raça em cortiços no Centro Histórico de Salvador - 2010**

<b>Censo</b>	<b>Código do Item Geográfico</b>	<b>Raça ou cor</b>	<b>Frequência (número de moradores)</b>
Setor Censitário (2010)	292740805140003	Branca	03
Setor Censitário (2010)	292740805140003	Preta	12
Setor Censitário (2010)	292740805140003	Parda	10
Setor Censitário (2010)	292740805250001	Branca	04
Setor Censitário (2010)	292740805250001	Preta	03
Setor Censitário (2010)	292740805250001	Parda	10
Setor Censitário (2010)	292740805250002	Preta	01
Setor Censitário (2010)	292740805250002	Parda	02
Setor Censitário (2010)	292740805250003	Branca	06
Setor Censitário (2010)	292740805250003	Preta	23
Setor Censitário (2010)	292740805250003	Amarela	01
Setor Censitário (2010)	292740805250003	Parda	57
Setor Censitário (2010)	292740805250004	Preta	01

Fonte: IBGE, 2010

Ao analisar a área do Centro Histórico, pode-se inferir que a predominância de negros moradores de cortiços autodeclarados ocorre na região contemplada pelas ruas Ruy Barbosa, rua de São Francisco, do Tijolo e a avenida José Joaquim Seabra. Essa área representada pelo mapa da Figura 18 confirma que a maior quantidade de negros se concentra nas ruas que apresentam um maior número de cortiços (vide tabela 2). Dos 55 cortiços identificados pelo IBGE no Centro Histórico, 41 cortiços se aglomeram nesse espaço.

### Gráfico 12



Fonte: IBGE 2010

Do total de 2.253 habitantes do Centro Histórico da cidade, 132 foram classificados enquanto moradores de cortiços, atingindo assim um percentual de 5,9% da população total dessa área vivendo em cortiços. A partir dessa análise, chega-se à conclusão de que o número de moradores dos cortiços concentra-se no Centro Histórico da cidade se comparado com o Centro Antigo.

Por sua vez, esse resultado pode expressar números abaixo da realidade, visto que muitos moradores não se reconhecem enquanto moradores de cortiços. Pode existir uma negação por própria estratégia de sobrevivência e permanência.

Como resultado da pesquisa do IBGE e observação dos dados expostos nas tabelas e gráficos dos moradores dos cortiços, considerando a região do Centro e do Centro Histórico da cidade do Salvador, 16,6% se declararam brancos; 27,7% negros e 55,6% se declaram pardos. Portando há uma predominância de pardos e negros residindo os cortiços dessa região central.

As tabelas e gráficos a seguir trazem a proporção dos moradores dos cortiços por sexo/gênero e o total de cômodos por domicílios. Essa análise torna-se relevante para confrontar com os resultados obtidos na pesquisa de campo, pois alguns gestores dos cortiços apresentaram objeções em alugar quartos para as mulheres.

**Tabela 3 - Número de moradores total e por sexo em cortiços**

**Centro de Salvador - 2010**

<b>Censo</b>	<b>Código do Item Geográfico</b>	<b>Mulheres</b>	<b>Homens</b>	<b>Total</b>	<b>Número de cômodos/ domicílios</b>
Setor Censitário (2010)	292740805240011	07	05	12	09
Setor Censitário (2010)	292740805240012	40	33	73	32
Setor Censitário (2010)	292740805240013	44	61	105	55
Setor Censitário (2010)	292740805240014	50	64	114	45
Setor Censitário (2010)	292740805240018	01	02	03	02
Setor Censitário (2010)	292740805240019	02	01	03	01
Setor Censitário (2010)	292740805240020	03	02	05	01
Setor Censitário (2010)	292740805240022	07	10	17	07
Setor Censitário (2010)	292740805240027	28	34	62	35
Setor Censitário (2010)	292740805270094	07	21	28	21
Setor Censitário (2010)	292740805270096	03	01	04	01
Setor Censitário (2010)	292740805270244	02	02	04	02

Fonte: IBGE

No Centro da cidade, totalizaram-se 194 mulheres e 236 homens.

Gráfico 13



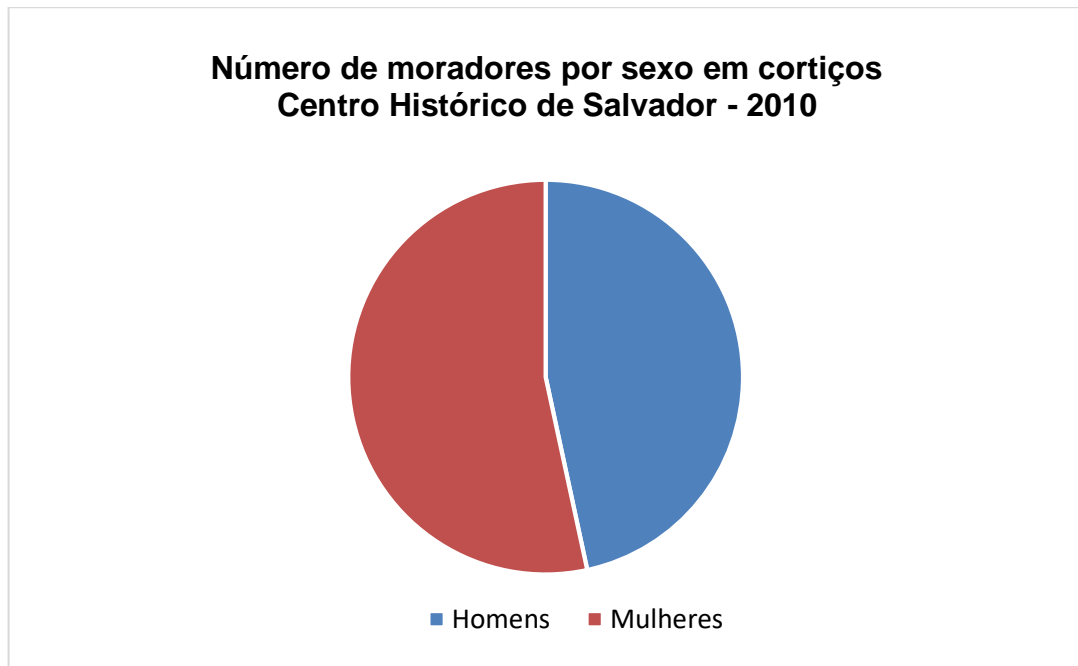
Fonte: IBGE, 2010

**Tabela – 5 - Número de moradores total e por sexo em cortiços  
Centro Histórico de Salvador – 2010**

<b>Censo</b>	<b>Código do Item Geográfico</b>	<b>Mulheres</b>	<b>Homens</b>	<b>Total</b>	<b>Número de cômodos/ domicílios</b>
Setor Censitário (2010)	292740805140003	10	15	25	07
Setor Censitário (2010)	292740805250001	11	06	17	04
Setor Censitário (2010)	292740805250002	02	01	03	02
Setor Censitário (2010)	292740805250003	48	39	84	41
Setor Censitário (2010)	292740805250004	0	01	01	01

Fonte: IBGE

Gráfico 14



Os dados relativos ao número de homens e mulheres que residem nos cortiços do Centro e do Centro Histórico da cidade do Salvador mostram que há uma predominância dos homens em relação às mulheres. Dentre eles, 52,6% representam os homens e 46,7% as mulheres que residem nos cortiços.

Em uma das unidades dos cortiços visitadas durante o levantamento de campo, a responsável pelo prédio se recusa a aceitar outras mulheres no imóvel. Ela mesma se expressa de maneira bem incisiva quando questionada sobre o perfil dos moradores: *“Sem mulher! Com mulher aqui eu não alugo, só se for igual a mim ou até melhor que eu, como eu sei que não tem, não alugo. Quer bagunçar dentro do que é meu? Oxente! Mulher rapariga tem gigolô, um bocado de macho safado que dá uma surra nela e lá vai, no dia de pagar o quarto não tem dinheiro, o gigolô toma o dinheiro, e lá vai. Não quero problema pra mim”* Continua explicando enfaticamente que só aceita homens e, de preferência, mais velhos que não dão trabalho.



Diferente da gestora do cortiço que apresentou restrições para alugar os cômodos às mulheres<sup>20</sup>, em um outro imóvel de cortiço, quem concedeu a entrevista foi uma mulher<sup>21</sup>, moradora de um dos cômodos. Ela reside em um quarto muito pequeno com o marido e uma filha. São dois adultos e uma criança de colo que habitam esse espaço bem amontado, cabem uma geladeira pequena, cama, armário. Ela relata: *“tudo aqui é muito apertado”*. Ao ser indagada sobre como era a vida naquele lugar, ela firma que *“a vida na forma de morar é tranquila, porque não é um lugar muito violento, mas em termo de a pessoa correr atrás de seus objetivos já é mais difícil”*. Ao observar a frase da moradora, fica claro que a maior preocupação é a dificuldade em encontrar emprego. *“Eu mesmo não trabalho, mas para eu manter minhas duas filhas eu ganho os benefícios do Bolsa família, mas agora está bloqueado. Hoje eu pego umas roupas e lavo, mas é muito difícil”* afirma a entrevistada.

Joana, nome fictício utilizado para preservar a identidade da moradora, menciona que a segunda filha mora com a mãe, visto que o espaço do cômodo é reduzido e não teria condições de abrigar quatro pessoas. Por se tratar de um ambiente exíguo, essa realidade é muito comum na vida dos encortiçados. É perceptível o sofrimento dessa população, isso fica visível durante as entrevistas.

No transcorrer da conversa, Joana declara que outras mulheres moradoras daquele cortiço estão na mesma situação que a dela ou até mesmo pior, menciona: *“tem uma amiga minha que mora aqui que está em uma situação mais difícil e mais complicada que a minha, ela não trabalha e tem o pai dos filhos dela que não ajuda, o filho estava na UTI entre a vida e a morte”*. A moradora continua a narrativa fazendo alusão à amiga/ vizinha: *“pra completar está grávida, já tem três filhos e com esse aí agora fica quatro”*. No momento em que a entrevistada falava sobre a amiga, lamentava o quadro em que ela se encontrava, afirmando que ainda não sabia o sexo do bebê por falta de recursos para custear pelos exames necessários às mulheres grávidas, como a ultrassom e o pré-natal. Sobre essa triste realidade dos moradores de cortiços, *“trata-se de pessoas pobres [...] destituídas de qualquer capital econômico”* (KOWARICK, 2016, p.186). A mãe de Bárbara, nome fictício dado à amiga

---

<sup>20</sup> Gestora do imóvel de categoria particular que aluga para terceiros.

<sup>21</sup> Moradora de um dos cômodos de cortiço retratado como imóvel do Estado com relação de inquilinato.

da Joana, também moradora do cortiço, está cega e é portadora do vírus da imunodeficiência humana, o HIV. Um contexto de subalternidade e humilhação, os moradores desses casarões são pessoas desprovidas de uma condição mínima para sobrevivência com dignidade. Ade mais, ressalta-se que a falta de informação impede-os de requerer direitos sociais, inclusive disponíveis pelo Estado, apesar da oferta questionável.

A falta de conhecimento e acesso às informações contribuem para que esses moradores, muitas vezes, não conheçam seus direitos enquanto cidadãos e se submetam a, ou apenas aceitem, essas condições subalternas. A doença do filho e a da mãe de Bárbara retratam a falta de cuidado com a saúde e higiene nesses ambientes.

Nesse cortiço, vivem mais casais e crianças. Todos os casais têm filhos e estão desempregados. Algumas famílias vivem nesse imóvel por causa do auxílio aluguel, em torno de R\$ 300,00 (trezentos reais), ou porque recebem algum benefício do governo.

#### **4.4 AS MULHERES DOS CORTIÇOS**

Embora o objetivo seja tratar do perfil dos moradores dos cortiços, torna-se relevante refletir sobre a situação da mulher nesse lugar. Essa mulher que vive em um espaço marginalizado, que enfrenta dificuldades, essa mulher que é mãe, que é filha, que é esposa, essa mulher que é mulher. Quem é essa mulher? Quem é a mulher moradora de cortiços?

Apesar da palavra “mulher” ser utilizada no plural para concordância do substantivo feminino no contexto da frase, e para reportar a totalidade das “mulheres” moradoras de cortiços, essa mulher não deve ser pensada no coletivo, como aponta Cerqueira:

[...] as mulheres são muitas e diversas entre si. Compartilham de diferentes experiências de acesso de acordo com raça, classe, sexualidade e identidade de gênero; categorias que posicionam determinados locais sociais para cada uma das sujeitas. (CERQUEIRA, 2017)

O objetivo é compreender o lugar dessa mulher enquanto moradora desses espaços exclusivos, respeitando a identidade desse sujeito feminino, independente do sexo, entendendo como mulher, a pessoa que se reconhece enquanto mulher, “a gente não nasce mulher, torna-se mulher”. (BEAUVOIR, 2017)

Ainda que se trate de um tema relevante para discussão, em pleno século XXI, as mulheres continuam enfrentando limitações nas diversas esferas e restrita atuação nas decisões da cidade. A representatividade masculina nos espaços decisórios é predominante, e isso é reflexo da construção de um quadro urbano segregador e violento, principalmente para as mulheres, “nas instâncias de representação, ainda persiste a maioria masculina. Nos espaços de poder e de visibilidade, o homem surge e domina” (PINHEIRO, 2017). Segundo a autora, isso justifica a pouca, ou até nenhuma, participação expressiva das mulheres nas dimensões de políticas urbanas, assunto pouco debatido nesses espaços, quando existem aberturas para debates.

A atuação da mulher na cidade tem sido um grande desafio e, se esse protagonismo da mulher na urbe já é limitado, o desafio se torna maior ainda para aquelas que habitam lugares exclusivos como os cortiços.

Cabe pontuar ainda que a mulher do centro usufrui de “privilégios” diferentes da vulnerabilidade à qual está exposta a mulher da periferia. Sem contemplar a história de vida de cada uma como sujeito único, apenas ao observar o aspecto espacial, é possível perceber as desigualdades acentuadas.

As mulheres moradoras dos cortiços são minoria se comparadas com o total de homens que residem nesses lugares. Essa informação não surpreende, visto que não são poucos os gestores de cortiços que impõem restrições em alugar cômodos para as mulheres, “o que talvez expresse o fato dos homens serem maioria entre os que alugam os cômodos, até porque [...] muitos cortiços alugam quartos apenas para homens” (SANTOS, 2017). O caso já citado anteriormente de Dona Maria justifica a afirmação de Santos, a proprietária e gestora do cortiço alega de forma incisiva que não aluga cômodos para mulheres “*sem mulher, mulher aqui eu não alugo!*”. “As cidades têm uma significativa relação com o uso e a ocupação que o mundo masculino

faz delas. Foram idealizadas e erguidas dentro dessa perspectiva, em que a presença da mulher era ignorada...” (CASIMIRO, 2017)

Como também já exposto no capítulo anterior, a responsável pelo imóvel argumenta que alugar cômodo para mulher é sinônimo de problema e prejuízo. Dona Maria demonstrava insegurança e preocupação em alugar cômodos para mulheres e sempre as chamava de raparigas. Apesar da variação conceitual do vocábulo “rapariga”, a proprietária utilizava a palavra com a conotação pejorativa de mulheres que se prostituem. Sobre a prostituição, Jessé refletindo acerca dos estudos de Simmel, aponta o desprezo que a prostituição desperta nas pessoas, na “boa sociedade”. “Ser pobre e prostituta, vender o corpo por dinheiro, como se faz com qualquer mercadoria, repugna a “boa sociedade””, o autor elucida ainda que essa repulsão é resultado de uma condenação à prostituta “por ela reverter toda hierarquia de valor dominante fundada na família, na contenção e disciplina dos desejos”. Isso mostra o quanto esse tema, em pleno século XXI, ainda é estigmatizado e enfrenta preconceitos. Matos entende como uma violência simbólica e que, na maioria das vezes, é velada pela sociedade.

Em 1948, com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, o direito à moradia digna foi entendido como pressuposto para atender todo cidadão. Em 1988, esse direito foi propagado para Constituição Federal Brasileira, na qual se pode observar, no Art. 6º, “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.”

Apesar de presente na Carta Magna, entre tantos outros direitos privados aos moradores dessas habitações exclusas, o direito à moradia está sendo retirado dessas mulheres. Esse direito tem sido violado a partir do momento em que esses gestores de cortiços criam restrições para atender às necessidades de moradia delas. Cardoso (2017), ao abordar sobre essas questões de moradia, declara que o direito à cidade e à garantia de uma moradia digna é um exemplo de modo de vida digno e que pode e deve ser contemplado por uma perspectiva feminista e feminina, um “meio ambiente urbano inclusivo” e não excludente como retrata a realidade. Não só o direito à moradia está sendo vetado a essas mulheres, mas o direito a uma moradia digna.

De acordo com dicionário da Língua Portuguesa, a palavra “digna” expressa “decência, dignidade, apropriado”, qualidades que não são encontradas na maioria dos imóveis de cortiços. É relevante também refletir que embora legitimado pelas leis, muitas vezes quando o feminino compõe alguns espaços decisórios de planejamento e atuação gera um desconforto e descontento dos próprios criadores das leis, o que solidifica o patriarcalismo no ambiente urbano, dificultando assim uma equidade nesse espaço entre o feminino e o masculino.

Sobre o cortiço que apresentou objeção em aceitar mulheres, o que chama atenção é que esse mesmo imóvel é gerido por uma mulher. O machismo que se apresenta como uma das “amarras” das mulheres, muitas vezes se deve as próprias mulheres. Sobre esse machismo feminino, Priore (2013), professora universitária que pesquisa sobre a *História das Mulheres no Brasil*, afirma que muitas mulheres “não conseguem se ver fora da órbita do homem”. Essa afirmação foi contemplada quando Dona Maria, ao ser questionada sobre a possibilidade de tirar fotos dos cômodos do imóvel, respondeu: “*Só com a permissão de meu filho, e ele não está aqui*”. Isso mostra o quanto muitas mulheres ainda dependem da aprovação do masculino. Mesmo Dona Maria estando ali para responder pelo espaço, pela moradia que ela é a proprietária, ela “precisa” da autorização do sujeito masculino, uma voz subalterna diante do filho; mas uma voz empoderada diante das mulheres às quais nega a possibilidade de acesso ao seu imóvel; inclusive rotulando-as de raparigas, o que reitera um discurso machista vigente nesse recorte social analisado.

As mulheres moradoras dos cortiços carregam consigo muitas opressões, opressões essas que impactam direta e indiretamente em suas vidas. As múltiplas repressões à que elas são submetidas se manifestam por vários fatores, dentre os quais o fato de serem moradoras de cortiços, quando isso é possível, e por serem mulheres, já que vivemos em uma sociedade que apresenta um patriarcado enraizado, “pouco se fala dos impactos do sistema patriarcal e escravocrata no processo de urbanização” (CERQUEIRA). Em suma, elas vivem em condições de vulnerabilidade social, econômica e cultural.

Um aspecto relevante é a questão étnico racial, apesar de não ser o objetivo do trabalho, é importante destacar a predominância de mulheres negras nessas

habitações. Importantes autores como Cerqueira (2017); Silva (1999); Werneck (2010); Schuman (2012) entre outros, se dedicam a esses estudos.

KOETZ suscita uma reflexão sobre o trabalho de produção social e o trabalho reprodutivo. Em sua análise, a autora descreve que o trabalho de produção social é o trabalho que se volta ao espaço público, “cuja produção se volta ao mercado”. Já o trabalho reprodutivo pertence ao trabalho privado, “todos aqueles essenciais à perpetuação de uma sociedade”, os trabalhos ligados à limpeza, ao cuidado de crianças, idosos entre outros. Ainda segundo a autora, essa divisão do trabalho contribui para direcionar as mulheres negras à realização de tarefas mais discriminadas e menos valorizadas, que é a desvalorização da tarefa doméstica. “*Hoje eu pego umas roupas e lavo, hoje eu vivo lavando roupas [...], mas é muito difícil*”. Essa frase foi dita pela moradora do último cortiço, quando questionada sobre os meios de sustento. Sobre essa prática, Souza (2011) declara que, como essa parcela da população não encontra emprego produtivo e que se subentende precisar de elevado conhecimento técnico ou “capital cultural”, termina sendo absorvidas pelo mercado com funções de mero desempenho de energia muscular. O autor esclarece que é dessa forma que as classes alta e média exploram esses trabalhadores, “como “corpo” vendido a baixo preço, seja nos trabalhos das empregadas domésticas [...], seja ainda na realização literal da metáfora do “corpo” à venda, como na prostituição.”” (SOUZA, 2011, p.24)

“*As mulheres que vivem aqui estão na mesma situação*” Essa foi mais uma das frases da moradora quando questionada sobre a situação de trabalho daquelas mulheres que residem no cortiço. Continuou sua fala: “*todo mundo aqui desempregado*”. Quando a entrevistada afirma que estão todos desempregados, subentende-se que eles não estão atuando no mercado formal e, em consequência, não possuem os benefícios trabalhistas que a legislação vigente proporciona para os trabalhadores que possuem carteira assinada. Os direitos trabalhistas que poderiam garantir uma aposentadoria para esses moradores foram suprimidos, contribuindo assim para um sentimento de desesperança e abandono dessa população diante do Estado. Se o acesso aos empregos formais já são difíceis para essa parcela excluída da população, na condição de mulher negra, a dificuldade se torna bem maior.

Os serviços domésticos realizados como forma de obtenção de renda e sustento são os mais comuns entre as moradoras dos cortiços. “A profissão de empregada doméstica é um dos principais meios dos quais as mulheres que vivem sob condições sociais precárias podem dispor para obter renda” (SOUZA; ROCHA, 2011, p.125). Mesmo que através das atividades informais, são as mulheres que se destacam quanto à remuneração da família com os trabalhos domésticos, essa realidade “contribui para a entrada precoce de crianças e adolescentes (os filhos) no exercício de atividades remuneradas, interrompendo ou não priorizando os estudos devido à necessidade de ajuda no sustento da família.”<sup>22</sup> Sem diminuir e tirar a importância dos trabalhos domésticos, esses trabalhos reprodutivos, que muitas vezes não são devidamente valorizados pela sociedade, distanciam cada vez mais a mulher do espaço de decisão na cidade. “Sob essa perspectiva, a garantia da participação e assento nos espaços decisórios é uma das principais pautas reivindicatórias femininas”. Casimiro continua afirmando que, além de dar voz à mulher na urbe, é importante superar a segregação social e econômica que, de forma tão cruel, exclui as mulheres, e, principalmente, as mulheres negras.

Sobre o diálogo do feminino no espaço urbano, Lígia Casimiro elucida a importância desse tema, haja vista as várias atribuições da mulher nas diferentes áreas, por isso “solicita da cidade a mobilidade e a acessibilidade, envolvendo o livre transitar da mulher, inclusive para o trabalho, [...] serviços públicos e privados [...] sem cerceamento”. (CASIMIRO, 2017, p.9)

---

<sup>22</sup> Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. CAS – Centro Antigo de Salvador [livro eletrônico]: território de referência. – Salvador: SEI, 2013.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os cortiços, que constituem a realidade dos centros urbanos das grandes cidades brasileiras, são habitações que persistem nas paisagens da região central da cidade do Salvador. Essa opção de moradia é uma alternativa para um grupo social que não tem condição de custear por moradias mais caras em regiões centrais.

O processo de segregação habitacional na cidade é consequência das ações dos diferentes agentes públicos e privados que veem a urbe como um lugar para mercantilização e acumulação do capital. Para isso, os projetos de reformas e intervenções nessa região buscaram transformar o centro da cidade em um espaço de referência turística voltado a atender aos anseios empresariais, “a cidade se torna a materialização das intencionalidades de um pequeno grupo que participa da sua gestão” (RIBEIRO, 2017). Tendo em vista que essas reformas não contemplavam os habitantes locais, eles foram afastados e o Centro Histórico, principalmente o Pelourinho, tornou-se um cenário teatral que ganhou características típicas de um museu, apenas uma representação de cidade antiga (SCHWEIZER, 2011), ainda segundo o autor “uma maquete sem vida permanente”

Tudo que foi construído pela humanidade torna-se enfraquecido nesses espaços mercantilizados, a cidade passou a ser percebida enquanto mercadoria, reduzida a valores monetários (SCHWEIZER, 2011). Embora a expansão comercial tenha expulsado vários moradores dos antigos prédios residenciais em meados do século XX, “e a população residente no centro diminuiu de 7,9% em 1940 para 4,8% em 1950” (SANTOS, 159, p.131), “o fato é que a pobreza que foi expulsa do Pelourinho não abandonou a área” (URIARTE, 2019) visto que naqueles espaços as memórias e histórias, justificam enraizamento dos seus moradores. Os habitantes que ficaram passaram a morar em ruas que se tornaram verdadeiras zonas de cortiços (URIARTE, 2019).

Pode-se afirmar que a ineficiência de um planejamento urbano e o desinteresse da atuação do governo nos habitantes locais potencializam os problemas sociais, econômicos e estruturais com o surgimento de cortiços e precariedades no saneamento básico. De outro lado, observa-se uma dinâmica voltada aos interesses



de uma parcela reduzida da população, a atuação dos agentes privados que superfaturam nesses espaços.

Sob uma ótica habitacional, o descaso dos órgãos governamentais com as habitações encortiçadas está relacionado com a baixa rentabilidade advinda dessas áreas que, por isso, não são valorizadas no cenário das grandes metrópoles.

Torna-se necessário um olhar sobre os cortiços no Centro Antigo, importante repensar as alternativas para se viver com dignidade, dentro de um padrão com condições para habitabilidade. Sobre esse assunto, segundo PICCINI

O crescimento dos cortiços nos centros urbanos das grandes cidades [...] impõe a necessidade de encontrar soluções urgentes. Essas passam pela esfera social, econômica, política e ambiental e requerem propostas de intervenção, não só de cunho político de amplo alcance, mas que apresentem soluções locais. Só assim se poderá intervir na qualidade física dos cortiços e repensar sua inserção no universo urbano.

Muitos problemas afetam as populações dessas casas populares, não só questões estruturais de um imóvel que não apresenta condições dignas de moradia, mas também pelas questões emocionais, às quais seus moradores são submetidos, se sentem muitas vezes desvalorizados, humilhados, inferiorizados, oprimidos e desenvolvem doenças psicológicas que podem levar até a morte. As mulheres, que apesar de serem minorias se comparadas aos homens que habitam os cortiços da região central de Salvador, também sofrem com esse descaso do, e por se tratarem de mulheres, o sofrimento termina sendo maior, principalmente para as mulheres negras, visto que a sociedade apresenta o machismo e o racismo enraizado em suas práticas.

Assim, apesar da centralidade ser um direito dos moradores da cidade, Salvador ainda vive uma crise socioespacial, consequência da maquiagem dos gestores que visam “melhorias” preocupados com o turismo e escondem os reais problemas da região central. Os numerosos cortiços que compõem o centro da cidade de Salvador, estão fora desse olhar mercadológico.

Tendo em vista a invisibilidade dessas habitações, torna-se necessário rever os planos e projetos de melhorias para cidade. Que esses cortiços das regiões

centrais sejam reconhecidos e se tornem moradias dignas na região do centro da cidade do Salvador. Nesse sentido cabe também às artes servirem para dignificar os cortiços, não de forma pejorativa e nem com moradores estigmatizadas, haja vista que independente do formato, trata-se de pessoas e suas moradias.

## REFERÊNCIAS

- ALUÍSIO, Azevedo. **O cortiço**. 1 ed. São Paulo: Brasiliense – USP, 1890.
- ALVES, Manoel Rodrigues. **Cidade Contemporânea: Questões conceituais da conformação de sua espacialidade**, v.1, n.2, Setembro, 2017. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/topos/article/view/2196>> Acessado em: 19 dez. 2019.
- AMADO, Jorge. **Suor**. 45 ed. Rio de Janeiro: Record, 1986.
- AZEVEDO, Paulo Ormino. **O caso do Pelourinho**. In: ARANTES, Antonio Augusto (Org.) Produzindo o passado: estratégias de construção do patrimônio cultural. São Paulo: Brasiliense, 1894.
- BRAGA, Paula Marques. **“Requalificação Urbana: novos caminhos para o centro histórico de Salvador”**. Dissertação de mestrado, PUCCampinas, 2008.
- BUTLER, Judith. Problemas de Gênero: **feminismos e subversão de identidades**. Rio de Janeiro: 2010
- CARDOSO, Luiz Antonio Fernandes. **“Entre Vilas e Avenidas: Habitação Proletária em Salvador, na Primeira República.”** Salvador: UFBA, 1991. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1991.
- CANCLINI, Nestor Garcia. **Diferentes, desiguais e desconectados: mapas da interculturalidade**. Tradução Luiz Sérgio Henriques. – 3. ed. 1.reimp. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.
- CARDOSO, Ceila Rosana Carneiro. **A Península de Itapagipe como Sítio Industrial da Salvador Moderna (1892-1947)**. Salvador: UFBA, 2004. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.
- CARVALHO, Inaiá M. Moreira; Pereira, G. Corso; GORDILHO-SOUZA, Angela Maria **Polarização e Segregação Socioespacial**. Caderno CRH, Salvador, v.17, maio/agosto, 2004.

CASIMIRO, Lúgia Maria Silva Melo. (IBDU). **Direito à Cidade: uma visão por gênero** - São Paulo: IBDU, 2017.

CERQUEIRA, Jéssica Tavares. (IBDU). **Direito à Cidade: uma visão por gênero** - São Paulo: IBDU, 2017.

CIFELLI, Gabrielli; PEIXOTO, Paulo. **Centros históricos e turismo patrimonial: o pelourinho como exemplo de uma relação contraditória**. Sociologia. [on line]. 2012, vol.24, pp.35-54. ISSN 0872-3419.

CLARCK, David. **Introdução à geografia urbana**. Tradução de Lúcia Helena e Silvana Maria. Lisboa: Difel, 1982. p. 17-35.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

\_\_\_\_\_. **Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 1997. p, 137-145.

DAVES, Mike. **Planeta Favela**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2006.

DUNKER, Chistian Ingo L. A lógica do condomínio fechado. **Mal-estar, sofrimento e sintonia**. São Paulo: Boitempo, 2015.

EMPRESA BAHIANA DE ÁGUAS E SANEAMENTO (EMBASA). Disponível em: <[http://www.embasa.ba.gov.br/images/documents/1121/20190411\\_REV\\_GuiaDoUsuario.pdf](http://www.embasa.ba.gov.br/images/documents/1121/20190411_REV_GuiaDoUsuario.pdf)>. Acessado em: 10 jan. 2020.

FERNANDES, Ana. Sampaio, Sanane e Cruz, Leandro. **Grandes projetos urbanos: o que se pode aprender com a experiência brasileira? Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador (Bahia, Brasil)**, Ana Fernandes (coord), PPG-AU Faculdade de Arquitetura, UFBA, Lincoln Institute of Land Policy, Salvador, 2006.

FERNANDES, Ana; DANTAS NETO, Paulo Fábio. **Região metropolitana de salvador: espaço de refúgio, espaço de esperança** (apresentação). In: Inaiá M. M. de Carvalho; Gilberto Corso Pereira. (Org.). Como anda salvador. Salvador: EDUFBA, 2006.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda, **Novo dicionário da língua portuguesa**. 2 ed.. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FLEXOR, Maria Helena Ochi; SCHWEIZER, Peter José. **Península de Itapagipe: patrimônio industrial e natural**. Salvador: Edufba, 2011.

FOLHA DE SÃO PAULO. Disponível em:

<<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/07/1904396-incendio-atinge-cortico-na-regiao-central-de-sao-paulo.shtml>>. Acessado em: 19 jan. 2020.

GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras; FERNANDES, Ana. **Idealizações urbanas e a construção de Salvador moderna: 1850-1920**. In FERNANDES e GOMES (org.). Cidade, História, Modernização das cidades brasileiras nos séculos XIX e XX. Salvador: UFBA, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, ANPUR, 1992.

GORDILHO-SOUZA, A. M.. **Limites do Habitar: segregação e exclusão na configuração urbana contemporânea de Salvador e perspectivas no final do século XX**. 2. ed. rev. e ampl. Salvador: EDUFBA, 2008.

G1. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2018/12/25/incendio-em-cortico-deixa-feridos-no-centro-de-sao-paulo.ghtml>>. Acessado em: 13 jan. 2020.

HASBAERT, Rogério. **Territórios alternativos**. Niterói: EdUFF; São Paulo: Contexto, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO URBANÍSTICO (IBDU). **Direito à Cidade: uma visão por gênero** - São Paulo: IBDU, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo de 2010: considerações e critérios utilizados para definir domicílios. Disponível em: <[https://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/notas\\_metodologicas.html?loc=0](https://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/notas_metodologicas.html?loc=0)>. Acessado em: 10 jan.2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Biblioteca digital. Disponível em < <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca>>. Acessado em: 10 jan.2020.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO ARTÍSTICO E CULTURAL DA BAHIA (IPAC). **Centro Histórico de Salvador, Programa de Recuperação**.

JESUS, Liliane Vasconcelos. **O Imaginário da Cidade Contemporânea: Salvador entre o texto e a tela**. Tese (doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Instituto de Letras, 2016.

KOETZ , Vanessa; MARQUES, Helena; CERQUEIRA, Jessica. **Direito à Cidade: uma visão por gênero** - São Paulo: IBDU, 2017.

KOWARICK, Lúcio; FRÚGOLI, Heitor. **Pluralidade urbana em São Paulo: Vulnerabilidade, marginalidade, ativismos**. 1 ed. São Paulo: Editora 34; FAPESP, 2016.

LEITE, Rogério Proença. **Prós e contras da revitalização de centros urbanos**. Disponível em: <<http://www.comciência.br/cidades>. acessado em abril 2010.> Acessado em: 12 jan. 2020.

MOURA, Laila Nazem. **O processo de gentrificação do centro antigo de Salvador 2000 a 2010/** Tese (doutorado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Arquitetura, 2011.

OKIN ,Susan Moller. **Gênero, o público e o privado**. In: Estudos Feministas, Florianópolis, 16(2): 440, maio-agosto/2008

Ordem Pública. Disponível em: <<http://www.ordempublica.salvador.ba.gov.br/index.php/mercados-e-feiras-municipais>>. Acessado em: 18 dez. 2019.

PALMA, Daniela. **Margens de dentro: submundos urbanos em filmes brasileiros**. *Revista Fronteiras* – estudos midiáticos. X(1) 56-66, jan/abr 2008.

PERES, Fernando da Rocha. **“Memória da Sé”**. Salvador: Macunaíma, 1974.

PERLMAN, Janice. E. **O mito da marginalidade: favelas e política no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PICCINI, Andrea. **Cortiços na cidade: conceito e preconceito na reestruturação do centro urbano de São Paulo**. São Paulo: Annblume, 1999.

PINHEIRO, Eloísa Petti. **Europa, França e Bahia: difusão e adaptação de modelos urbanos (Paris, Rio e Salvador)**. 2 ed. Salvador: EDUFBA, 2011.

REBOUÇAS, Thaís de Miranda. **Costurando escalas: 7ª etapa de recuperação do Centro Histórico de Salvador**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Arquitetura, 2012.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. **Dos cortiços aos condomínios fechados: as formas de produção da moradia na cidade do Rio de Janeiro**. 2 ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

RIBEIRO, Bruna Cardoso. **Cortiços de hoje na cidade do amanhã: invisibilidade e despossessão**. Rio de Janeiro, UFRJ. Programa de Pós Graduação em Planejamento Urbano e Regional, 2017

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 10ªed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SANTOS, Milton. **O Centro da Cidade do Salvador**. 2ªed. 1 reimpr. São Paulo: Ed Edusp, 2012.

\_\_\_\_\_. **Por uma Geografia Nova: Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica**. 6. ed., 1. Reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

\_\_\_\_\_. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. 5. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

SINGER, Paul. **Economia política da urbanização**. São Paulo: CEBRAP, 1973.

SOUZA, C.M.C. de: **A gripe espanhola em Salvador, 1918: cidade de bicos e cortiços**. História, Ciências, saúde – Manguinhos, v.12, n.1, p. 71-99, jan – abr. 2005.

SOUZA, Jessé. **A ralé brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA (CAS) – Centro Antigo de Salvador [livro eletrônico]: território de referência. Salvador: SEI, 2013.

SANT'ANNA, Márcia. **A cidade- atração: a norma de preservação dos centros urbanos no Brasil dos anos 90**. Tese (doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Arquitetura, 2004

TOPALOV, Christian. **As aventuras das palavras da cidade, através dos tempos, das linguagens e das sociedades**. Org. Christian Topalov; Stella Bresciani; Laurent Coudroy de Lille; Hélène rivièr e d'Arc. Ed. Romano Guerra. ISBN - 8588585456 9788588585454.

TURNER, John C. **Habitação de baixa renda no Brasil, atuais e oportunidades futuras**. Arquitetura, São Paulo, nº 68, p. 16-19, fev. 1968.

URIARTE, Urpi Montoya. **Habitar casarões ocupados no Centro Histórico de Salvador, Bahia, Brasil: velhos cortiços e novas experiências e direitos**. Cad. CRH, Salvador, v.32, n.86, p.383-398, Agosto. 2019.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. **Pobreza Urbana e a Formação de Bairros Populares em Salvador na Longa Duração**. GEOUSP – Espaço e Tempo, São Paulo, nº20, pp 19 – 30, 2006.

WIPFLI, Mônica. **Intervenções Urbanas em Centros Históricos estudo de caso: Cidade de Salvador**. Dissertação de Mestrado – Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2001.